



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB**  
**INSTITUTO DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES - IHAC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES**  
**ÉTNICOS-RACIAIS -PPGER**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

**ARETUZA DA CRUZ SILVA**

**O RITO E OS LAÇOS: o batismo e a formação de parentesco espiritual na freguesia de**  
**São Bernardo da Vila de Alcobaça - Ba (1845-1856)**

**TEIXEIRA DE FREITAS – BA**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Federal do Sul da Bahia  
Sistema de Bibliotecas

S586r Silva, Aretuza da Cruz.

O rito e os laços: o batismo e a formação de parentesco espiritual na freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça - BA (1845-1856) / Aretuza da Cruz Silva. Teixeira de Freitas, 2023 - 105 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Paulo Freire, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2023.

Orientador: Prof. Dr. André de Almeida Rego.

1. Batismo. 2. Vila Alcobaça (BA) – Séc. XIX. 3. Parentesco espiritual.  
I. Título. II. Rego, André de Almeida.

CDD – 265.1

Bibliotecária: Amanda Luiza de S. Mattioli Aquino - CRB 5/1956

**ARETUZA DA CRUZ SILVA**

**O RITO E OS LAÇOS: o batismo e a formação do parentesco espiritual na freguesia de  
São Bernardo da Vila de Alcobaça - Ba (1845-1856)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientador: André de Almeida Rego

**TEIXEIRA DE FREITAS – BA**

**2023**

**ARETUZA DA CRUZ SILVA**

**O RITO E OS LAÇOS: o batismo e a formação do parentesco espiritual na freguesia de  
São Bernardo da Vila de Alcobaça - Ba (1845-1856)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

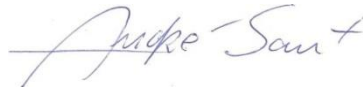
Aprovada em: 17/02/2023

Banca Examinadora



---

Prof. Dr. André de Almeida Rego (Orientador)  
Universidade Federal do Sul da Bahia



---

Prof. Dr. André Domingues  
Membro Interno – Universidade Federal do Sul da Bahia



---

Prof. Dr. Halysson Gomes da Fonseca  
Membro Externo – Universidade Estadual da Bahia

**TEIXEIRA DE FREITAS – BA**

**2023**

*A você meu leitor, que me dedica seu tempo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Este tempo chega bem depois do que eu considerava adequado, porém chegou. Todo texto é escrito com alguma dose de abdicação, outra dose de lágrimas, alguma alegria e alguma frustração. Este tem tudo isso, porém, escrevo no plural, pois muitos colaboraram com a sua realização. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Jesus, visto que em vários momentos ele me segurou pela mão e me esperou parar de chorar.

Todo o meu reconhecimento ao Colegiado de História - UNEB/Campus X, vocês ainda corrigem meus escritos, andam nos meus caminhos e aplaudem minhas conquistas, obrigada. Eu bem sei, que várias vezes, muitos de vocês fizeram além do trabalho esperado e ofereceram mais que aulas.

Agradeço a minha mãe que nunca me deu a chance de voltar, nunca me ofereceu a oportunidade de desistir e sempre achou tudo muito pouco. Eu sempre devo ir mais longe. Junto a ela, agradeço ao meu pai, que do chão da zona rural de Alcobaça financiou tudo para que todas as exigências de minha mãe fossem cumpridas. Enfrentou muita chuva, muita lama, muitas vacas, muitas dificuldades e sem reclamações disse: “Viver sempre foi caro!”.

Agradeço a Teodora, meu maior patrimônio, precisei esperar por ela para enfim dar este passo. Ela, por sua vez, conseguiu suportar, aguardar e compreender, os dias, as noites e os fins de semana que este tempo requisitou. Sem ela, não teria o mesmo gosto ou o mesmo sentido.

Urano de Andrade, um planeta inteiro, paciência alguma. Comigo a mais de uma década, obrigada por sempre me socorrer em várias dificuldades. Mais uma vez, sua mão está contribuindo com este texto.

Agradeço ao meu orientador André de Almeida Rego, os dias foram difíceis e o homem foi paciente. Agradeço por todas as partes, por cada conversa, cada detalhe e e-mail. Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais- PPGER da Universidade Federal do Sul da Bahia por acolherem e compreenderem meu projeto.

Agradeço à Luanna pelo apoio, carinhos, quadros, tabelas e gráficos.

Agradeço ao professor Francisco Cancela, pelas indicações, livros, artigos e fontes primárias que sem ele, não teria acesso em um curto espaço de tempo mediante a grandes distâncias.

Agradeço a Uerisleida, Ramon, Luciana, Camila e Benedito que olharam, corrigiram, opinaram e me suportaram.

Gratidão em especial por André Domingues e Liliane Gomes, que as Universidades tenham mais pessoas como vocês.

Minha família aguentou, esperou e às vezes ouviu. Junto a eles, agradeço a Rogério e Werônica, pelo apoio no cuidado com Dora.

Agradeço a Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas por autorizar o acesso e compreender minha demanda, mesmo durante a pandemia.

Houve amigos dentro do PPGER que seguraram comigo as dificuldades e me ajudaram a passar por elas, Andressa e Adriel. Não esquecerei.

Em especial, agradeço a Pétala, Rachel Marques e Luciano.

Um agradecimento muito especial a todos os amigos que alcancei em Ibirapuã durante o tempo que estive trabalhando no Colégio Estadual Professor Paulo Freire, em especial a Ricardo Monfardini por me ajudar, incentivar e me apoiar neste processo.

Meus queridos estudantes, todos, de todas as épocas: Obrigada!!

Aos meus colegas Almi, Pedro, Mariane, Jaqueline e Carmem, obrigada pelo apoio no processo e por me ajudarem na travessia.

“Você não vai pedir a benção? Virou malungo?”

Dito popular de Alcobaça



## RESUMO

A presente pesquisa está inserida nas discussões sobre História Social da Bahia do século XIX e tratará especificamente das relações sociais na Freguesia São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1856) através do rito do batismo. Para tanto, serão utilizados registros eclesiásticos de batismos do período correspondente, este tipo de registro é caracterizado como uma fonte serial: homogênea, massiva e reiterativa. Para a análise foram realizadas as leituras e transcrições dos registros que foram tabulados para formação de um banco de dados e, em um segundo momento, gráficos e tabelas para posterior análises dos dados coletados. Através destes registros, foi possível compreender a formação de laços de parentesco espiritual por meio do compadrio estabelecido na pia batismal na Vila de Alcobaça entre os anos 1845-1856. Como produto desta pesquisa foi produzida uma dissertação que está estruturada em três capítulos: o primeiro, trata da caracterização da vila de Alcobaça e sua população relacionadas a um determinado contexto sócio-histórico; o segundo, a caracterização do rito do batismo e do compadrio na vila; o terceiro, versa sobre a participação dos povos negros e indígenas no rito do batismo e algumas das estratégias utilizadas por eles para ampliação dos laços de parentesco espiritual. Portanto, esta pesquisa buscou analisar os diversos grupos sociais presentes na Vila de Alcobaça e suas escolhas na formação do compadrio; a análise da dinâmica social da vila e o sentido dos laços de compadrio estabelecidos na pia entre diversos grupos sociais.

Palavras-chave: Parentesco espiritual; Vila Alcobaça; Século XIX; Batismo.

## **ABSTRACT**

The present research is inserted in the discussions about the Social History of Bahia in the 19th century and will deal specifically with the social relations in the Freguesia São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1856) through the rite of baptism. For this purpose, ecclesiastical records of baptisms from the corresponding period will be used, this type of record is characterized as a serial source: homogeneous, massive and reiterative. for the analysis, the readings and transcriptions of the records were carried out, which were tabulated to form a database and, in a second moment, graphs and tables for further analysis of the collected data. Through these records it was possible to understand the formation of spiritual kinship ties through the godparenthood established at the baptismal font in the village of Alcobaça between the years 1845-1856. As a result of this research, a dissertation was produced that is structured in three chapters: the first deals with the characterization of the village of Alcobaça and its population in its socio-historical context; the second the characterization of the rite of baptism and godparenthood in the village; the third deals with the participation of black and indigenous peoples in the rite of baptism and some of the strategies used by them to expand fictitious kinship ties. Therefore, this research sought to analyze the various social groups present in Vila de Alcobaça and their choices in forming godparents; the analysis of the social dynamics of the village and the sense of the bonds of comradeship established in the sink between different social groups.

**Keywords:** Spiritual kinship; Vila Alcobaça; 19th century; Baptism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Mapa da nova Villa de Alcobaça na capitania de Porto Seguro - 1774.....	30
Figura 2 - Tipos de habitações indígenas .....	32
Figura 3-"Préparation de la farine de mandioca" .....	39
Figura 4 - Gráfico de Batizados por sexo.....	55
Figura 5 - Povos tratados como tapuios .....	87
Figura 6 - Machari.....	88
Figura 7 - Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes .....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Padres na Freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça.....	47
Tabela 2 - Número de batismo por ano 1845-1856.....	50
Tabela 3 - Número de batismo por ano e sexo 1845-1856.....	51
Tabela 4 - Classificação do batizando no período de 1845-1856.....	55
Tabela 5 - Associação da classificação do batizando com a sua condição jurídica no período de 1845-1856.....	58
Tabela 6 - Condição jurídica dos padrinhos no período de 1845-1856.....	64
Tabela 7 - Condição jurídica da madrinha no período de 1845-1856.....	67
Tabela 8 - Recorrência de senhores de escravos na pia de 1845-1856 .....	69

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	14
1.1 FONTES, MÉTODOS E FORMAS .....	20
<b>2. A VILA DE ALCobaÇA E A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO</b> .....	24
2.1 A VILA DE ALCobaÇA .....	26
2.2 ALCobaÇA: SOBRE A ORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DA POPULAÇÃO .....	28
2.3 ENTRE O MAR E O SERTÃO: PRODUTOS E PRODUÇÃO DA VILA DE ALCobaÇA.....	37
2.4 QUESTÕES ECLESIÁSTICAS E ADMINISTRATIVAS DA VILA DE ALCobaÇA.....	43
<b>3. O RITO E O SUBSCRITO: O BATISMO E O COMPADRIO NA VILA DE ALCobaÇA</b> .....	45
3.1 AS FAMÍLIAS NO RITO DO BATISMO: AS LIVRES E A ESCRAVIZADAS .....	52
3.1.1 As famílias livres.....	57
3.1.2 As famílias escravizadas.....	60
3.2 PADRINHOS E MADRINHAS .....	59
<b>4. TECENDO ALGUNS LAÇOS: A FORMAÇÃO DE PARENTESCO ESPÍRITUAL ENTRE AS POPULAÇÕES NEGRAS E INDÍGENAS</b> .....	68
4.1 O PARENTESCO RITUAL E O SENTIDO DOS SEUS LAÇOS DENTRO DAS SENZALAS E FORA DELAS. ....	73
4.2 LEGÍTIMAS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS .....	78
4.3 ALFORRIA NA PIA BATISMAL OU FORROS DE PIA .....	77
4.4 PRESENÇA INDÍGENA NA PIA BATISMAL E SEU CONTEXTO.....	86
4.4.1 Os Kurukas no rito do Batismo .....	87
4.5 ESCRAVIZADOS E INDÍGENAS ALGUMAS RELAÇÕES DE COMPADRIO E CASAMENTO .....	94
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95

## 1. APRESENTAÇÃO

No Século XX, existia um costume católico na região do extremo sul da Bahia, buscar os padrinhos de batismo para pedir a benção na sexta-feira Santa, sendo a primeira sexta-feira após a quaresma. Esta era uma visita formal, após o almoço, onde todos comiam peixe regado em leite de coco e dendê. Este pedido (“a benção, padrinho?”) era respondido com um “Jesus te abençoe!” e era repetido e estendido a todos os familiares ascendentes hierarquicamente, tios, tias, avó, avôs, pais, algumas vezes este pedido era feito de joelhos, em sinal de reverência ao mais velho. Toda vez que um jovem desavisado não clamava por ser abençoado poderia, em brado, ser chamado de “malungo”. Em nenhum tempo este termo soou com estranhamento, ele sempre foi familiar, fazia e faz parte da oralidade de Alcobaça, tão espalhado em nosso meio como pipoca e caçula.

O professor Robert Slenes<sup>1</sup> em seu texto “*Malungu Ngoma vem*” recorre às observações de Rugendas para introduzir alguns aspectos da complexa diáspora africana para o Brasil, um destes aspectos, foi o linguístico. Neste processo, o autor historiciza e ressignifica o termo “malungo” dilatando o entendimento do seu leitor sobre aspectos da cosmogonia dos povos bantos e as representações linguísticas que a sintetizavam. Para trazer uma compreensão sobre o termo, analisa-se a raiz da palavra em kimbundu, kikongo e umbundu. O termo ao que foi apurado pelo autor significava na África, nestas línguas e no contexto do tráfico de pessoas da África para o Brasil; o companheiro da travessia, aquele que lhe acompanhou através do mar para o mundo dos brancos, o companheiro na travessia da *Kalunga*, aqueles que estavam no mesmo barco. Este “malungo” da tradição oral do extremo sul da Bahia poderia ser traduzido como um “pagão”, aquele que não foi batizado, uma ofensa grave em uma família católica. Ao mesmo tempo que, regionalmente, o termo adquire um significado diferente, não deixou de ter uma referência clara a sua origem, ou seja, aquele que veio de uma terra que não professa o catolicismo como fé. Também remete a reflexão sobre o quanto de África está inserida na estrutura das sociedades coloniais e por consequência nas sociedades do Brasil contemporâneo.

Sendo a sociedade baiana e brasileira, no século XIX, governada por um império católico, que, ao mesmo tempo que pregava a salvação, exercia a escravidão, a prática dos

---

<sup>1</sup> Slenes, R. W. (1992). “**Malungu, ngoma vem!**”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, (12), 48-67. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i12p48-67> Acesso em: 29 dez. 2022.

ritos católicos era considerada de suma importância nos domínios do império. Os portugueses deveriam ser zelosos em relação aos sacramentos, tanto com as suas famílias, quantos com os povos indígenas, aos recém-chegados e escravizados. O batismo é o primeiro sacramento ministrado pela Igreja Católica, é caracterizado como a porta de entrada ao catolicismo. Na cosmogonia católica, a morte sem a ministração do sacramento do batismo implicava a perda da salvação eterna. Portanto, os pais deveriam ser cuidadosos na sua ministração. No processo de ser batizado estava incluso o recebimento de um nome cristão, todos os que possuíam um nome pagão, no caso os adultos que seriam batizados, eram obrigados a deixá-lo. Logo em sua porta o catolicismo renomeava a pessoa aos termos que achasse adequado, tentando assim, apagar identidades anteriores à conversão, ao mesmo tempo que reafirmava e propagava uma cultura cristã-portuguesa. No processo do batismo, também estava incluso o apadrinhamento, sendo que padrinhos e pais se tornavam, por tradição, comadres e compadres. E até hoje um padrinho de renome é uma figura conhecida da cultura brasileira e de sua economia de prestígio e influência, já que o apadrinhamento era um processo de ampliação da família do ponto de vista espiritual.

Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>2</sup>, as crianças deveriam ser batizadas até oito dias de nascidas, na pia batismal da paróquia e pelo pároco de onde viviam, podendo também serem batizadas em capelas, conforme a necessidade e demanda. Em regra, todos deveriam ser batizados ainda crianças, quando eram classificados como “*innocentes*”, ou seja, até os sete anos, mas acontecia de muitos receberem o batismo quando adultos, era o caso dos judeus que se tornavam cristãos-novos, os indígenas catequizados e os africanos traficados. Sendo o catolicismo uma religião de “berço”, estes grupos carregavam o estigma de terem sido batizados “em pé” e mesmo que convertidos estavam impedidos de ascender na hierarquia eclesiástica devido aos critérios de “pureza de sangue”. Estes adultos, recém-convertidos, deveriam confessar a fé católica com a sua própria boca, mesmo que através de intérprete, esta confissão respondia as seguintes perguntas:

Queres lavar a tua alma com água santa?  
 Queres comer o sal de Deus?  
 Botas fora de tua alma todos os teus pecados?  
 Não hás de fazer mais pecados?  
 Queres ser filho de Deus?  
 Botas fora tua alma do demônio?<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. 2010, p. 139.

<sup>3</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da, 2010, P.146

Esta recomendação era especialmente direcionada aos escravizados que vinham de regiões denominadas como pagãs, e, aos senhores destes escravizados, era recomendado o zelo com o batismo destes. Sendo que, da parte senhorial, o cuidado acontecia por este e por outros interesses. De acordo com Moacir Rodrigo de Castro Maia<sup>4</sup>, o batismo cristão obrigatório foi recriado por diversas comunidades como meio de fortalecer ou recriar seus laços internos. Logo, não era apenas o rito católico, mas todas as inferências de diversos grupos sociais que foram feitas a partir destes.

As Constituições regulamentavam como deveriam ser os padrinhos e madrinhas contraídos deste sacramento<sup>5</sup>. De acordo com estas, deveriam ser um padrinho ou uma madrinha, pessoas batizadas, o padrinho maior que quatorze anos e a madrinha maior que doze. Sendo os pais proibidos de batizar os próprios filhos, ao mesmo tempo que o sacramento do batismo era um rito de entrada na Igreja Católica, também uma ampliação de parentesco, já que deste surgia o compadrio e comadrio, o batizando e os pais contraíam um parentesco espiritual e uma corresponsabilidade com a vida do batizando.

Diante da seriedade do laço estabelecido no batismo, o compadrio se caracteriza como um importante fenômeno social nas comunidades católicas por possibilitar a formação de parentesco ritual de modo horizontal e vertical na sociedade, sendo que cada vila e cidade formavam arranjos próprios de acordo com suas experiências e configurações. Sendo importante frisar que nesta pesquisa o batismo em si, não está sendo compreendido como um rito de conversão para todos, como deveria ser de um ponto de vista litúrgico, mas como uma necessidade de sobrevivência e permanência em uma sociedade católica. Seguindo a lógica da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida<sup>6</sup> o rito seria mais uma imposição sobre a qual os grupos indígenas vão lidar, segundo os seus interesses e demandas.

Não somente grupos indígenas irão se relacionar segundo seus interesses e demandas, mas outros grupos sociais também irão usar o rito do batismo para seus próprios interesses. Afinal, participar deste rito era uma forma de demonstrar concordância com as normas, para a sociedade livre, em simultâneo, em que era tecimento de redes de sociabilidades e solidariedade através do compadrio. De todo modo, o que poderia ser espaço de formação e estabelecimento de redes de sociabilidade, era, e não poderia deixar de ser, espaço sagrado

---

<sup>4</sup> MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. **“De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos couras do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760)”** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. p.24

<sup>5</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da, 2010, p.152.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas.** Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.17-38. EpubAug 17, 2017. ISSN 1806-9347. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>>. Acesso em 12/01/2021. Pp.21-22



para os seus fiéis. E esta sacralidade do batismo e dos seus símbolos não reduziram ou anularam outras práticas religiosas, como recentemente demonstrou Moacir R. de Castro Maia:

A passagem pelos ritos, particularmente o batismo, marcaria a entrada na comunidade, como símbolo de conversão e subordinação ao Estado Cristão e ao seu senhorio. Na conversão e controle de diferentes povos e etnias, o catolicismo foi recebido, ressignificado e apropriado pelos cativos. Partindo dessa noção, entendemos que muitos africanos, escravos e libertos aprenderam a se mover nas sociedades escravistas americanas, mantenedoras de valores do Antigo Regime<sup>7</sup>.

Este é o mesmo sentido que também já foi atribuído por João José Reis<sup>8</sup>, o autor aponta que pessoas escravizadas de diversas origens étnicas se utilizavam de celebrações brancas para a prática de suas próprias celebrações e, em outra pesquisa,<sup>9</sup> indica o batismo sendo utilizado como um elemento que afirmava credibilidade numa petição de um africano liberto. Deste modo, estes indicativos nos remetem à proposição de Carlo Ginzburg<sup>10</sup> em seu clássico *“O queijo e os vermes”*, no qual o autor discute a circularidade cultural entre dois níveis de cultura: a cultura das classes dominantes e a cultura das classes subalternas. Sendo que as últimas não aceitam passivamente o que é imposto pela dominante e que deformam e deterioram os códigos impostos, encontrando meios para manter os seus costumes, mesmo diante das transformações sociais e imposições.

A análise da formação do compadrio no rito do batismo nos permitiu compreender os diferentes agentes sociais na composição desta sociedade no seu processo de expansão. Ao mesmo tempo, em que muitas vezes demonstra os conflitos e sociabilidades em diferentes grupos. Sobre o registro eclesiástico de batismo, Stephen Gudeman e Stuart B Schwartz escrevem o seguinte:

Significativamente, a informação efetivamente contida nos registros de batismo brasileiros é mais completa. Os registros da Igreja não são documentos apenas religiosos, mas sociais; a informação registrada fala da persona social total do indivíduo. De uma freguesia para outra havia leves variações, mas o formato geral era constante. Para todos os participantes — batizando, mãe, pai, madrinha, padrinho — em geral se registrava o estatuto social, o estado civil e a cor (se não branca). O estatuto legal era definido como livre, escravo ou forro/liberto. A essa

<sup>7</sup> MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. **“De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos couras do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760)”** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, P. 29.

<sup>8</sup> REIS, João José. **“Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”** Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1996, p.7-33, p. 03.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. **“Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia.”** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 151

<sup>10</sup> GINZBURG, Carlo. **“O queijo e vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.”** São Paulo: Companhia das letras, 1987.

posição legal do indivíduo frequentemente se acrescentava a cor da pessoa, codificada não numa base binária, mas segundo uma escala de variações. A cor servia como um índice de ancestralidade, talvez também de aculturação no Novo Mundo.<sup>11</sup>

O registro eclesiástico de batismo acaba sendo um registro também do crescimento demográfico, mas de forma indireta um registro de relações sociais, dos preceitos e preconceitos sociais. Ao mesmo tempo que detalha o contexto da época, guardando dados sobre todos os sujeitos que vivem naquela localidade e se submeteram, ou foram submetidos, ao rito.

Deste modo, um homem escravizado sendo batizado já adulto não é apenas isso, mas também um africano recém traficado, comprado e às vezes com alguma sorte ele é classificado como de “*mina*” da “*costa*”. Uma família indígena com casamento legítimo que apresenta seu filho ao batismo não é apenas uma, mas um fragmento de um grupo maior, e este casal, reconheceu os códigos de outra sociedade e está se relacionando com ela. Quando são denominados como “tapuios” no registro batismal, existe um indicativo que mesmo ali no contexto da vila ainda são reconhecidos como os “outros” de outra origem, de outro lugar.

De que forma o rito do batismo em um império católico pode nos ajudar a compreender a dinâmica populacional da Vila de São Bernardo de Alcobaça? Em que medida a análise do rito do batismo como ampliação do parentesco através do ritual pode contar sobre as condições e contradições neste espaço? Em uma pesquisa anterior sobre Vila Viçosa<sup>12</sup>, no período de 1842-1847, identificamos que até o espaço da pia batismal era representativo de distinção social, havendo uma pia que era preferencialmente usada para escravizados e relações ilegítimas e outra pia que era usada para os filhos oriundos das relações legítimas e senhoriais.

Naquela pesquisa<sup>13</sup> notamos ainda que a participação da população indígena foi inferior ao que é demonstrado por outras pesquisas como existente na região. Sendo que dos 420 batismos realizados entre os anos de 1842-1847 na pia batismal da vila, apenas em 70 assentos de batismos do total analisado (Vila Viçosa e Colônia Leopoldina), uma das partes

---

<sup>11</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. **Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII.** In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Editora brasileira; CNPq, 1988 [1984], p.33-59. p. 39-41

<sup>12</sup> SILVA, Aretuza da Cruz. “**Ungindo com os óleos santos na Bahia dos oitocentos: Compadrio entre escravos em Vila Viçosa e Colônia Leopoldina (1842-1849).**” Monografia (pós-graduação em História do Brasil) Faculdades Integradas Jacarepaguá, 2011.

<sup>13</sup> SILVA, Aretuza da Cruz. “**Ungindo com os óleos santos na Bahia dos oitocentos: Compadrio entre escravos em Vila Viçosa e Colônia Leopoldina (1842-1849).**” Monografia (pós-graduação em História do Brasil) Faculdades Integradas Jacarepaguá, 2011, p. 30.

envolvidas foi classificada como índia ou índio, o que naquele contexto representou 14,2% do total dos assentos analisados. O que não significa uma inexistência de uma presença indígena maior na circunscrição da vila, somente uma ausência da população indígena identificada na prática do rito, ao qual, também não eram obrigados. Sobre estes dados precisamos pensar que existiram 14,2% de indígenas identificados, mas o padre pode simplesmente não classificar determinado sujeito como indígena, já que não era uma obrigação do assento, se faz necessário pontuar que, ou havia menos indígenas, ou simplesmente os padres é que não anotavam essa informação. Ao contrário dos indígenas, os negros escravizados aparecem massivamente, crianças, adultos, homens e mulheres, já que o registro de batismo era também um interesse senhorial, por ser um registro escrito que denotava posse e também exigido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Na vila de Alcobaça, porém, encontrei uma presença escravizada menor, em números de escravizados por senhor e uma majoritária população livre.

Lembrando que este tipo de fonte é democrático no processo de desvelamento de aspectos da família livre como também da formação da família escravizada, demonstrando o seu crescimento e as relações constituídas entre sujeitos de diferentes senzalas. Sendo assim, permite trazer dados e informações sobre pessoas e grupos sociais marginalizados, em relação as quais existem poucas informações a respeito. Deste ponto de vista, o compadrio traz para dentro da Igreja os mesmos conflitos existentes fora dela.

O principal objetivo desta pesquisa estava em compreender a formação de laços de parentesco espiritual através do compadrio e comadrio<sup>14</sup> estabelecido no rito do batismo na freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça nos anos 1845-1870. Então, em nosso ponto de partida, pretendíamos fazer uma caracterização do rito do batismo, do compadrio e demonstrar como a sociedade envolvida se relacionava através dele. O objetivo se manteve, o recorte, porém, foi reduzido para os anos de 1845-1856<sup>15</sup>. Este objetivo geral foi dividido e transformado em três partes. Os resultados desta pesquisa foram estruturados em três capítulos. O primeiro deles busca fazer uma reconstrução do contexto histórico, social e econômico em que o rito do batismo na vila de Alcobaça estava inserido, tentando verificar questões pontuais sobre a vila, bem como o seu entorno e as implicações desta sobre o processo histórico. A construção deste capítulo, especificamente, visou servir a cidade de

---

<sup>14</sup> Ou do apadrinhamento e amadrinhamento no caso dos adultos.

<sup>15</sup> A redução do recorte temporal da pesquisa esteve relacionada ao tempo disponível para a execução desta.

Alcobaça com dados mais precisos sobre sua própria história, população e sobre sua relação com outras partes do Brasil.

O segundo capítulo procurou analisar o rito do batismo e a formação de laços de parentesco espiritual de modo macro, são linhas gerais, é o todo, todas as pessoas, toda a população. Para a construção deste foi realizada uma macroanálise usando gráficos e tabelas, resultados da tabulação. Através desta, foi possível traçar qual era o comportamento geral da vila, qual o total da população livre, qual o total da população escrava, qual o perfil de escolha de padrinhos e madrinhas, quantas crianças nasceram, tudo isso foi realizado e descrito neste capítulo.

O terceiro capítulo é o por um olhar mais minucioso sobre o comportamento das populações negras e indígenas diante da pia. Para produzir foram separados os dois grupos e analisadas as frestas e os detalhes, é uma microanálise, são as coisas que podem fugir quando analisadas às grandes curvas estatísticas. Um assento pode mudar a interpretação sobre determinado grupo social e sua atuação na vida, o último capítulo é o resultado de um processo miúdo, lento, descritivo e comparativo. Através deste, foi possível vislumbrar quais eram as estratégias destes dois grupos no processo de construção dos laços de parentesco.

## 1.1 FONTES, MÉTODOS E FORMAS

Do ponto de vista teórico, as análises realizadas segundo as proposições da História Social, dentro do que é proposto pelo historiador inglês Eduard Palmer Thompson<sup>16</sup>, que contribui com o enriquecimento do campo da historiografia com ampliação do leque quanto às pessoas e temas que podem ser objeto de estudo. Thompson direciona o olhar aos grupos subalternos da sociedade e aos costumes e experiências destes. Para alcançar estes objetivos, o autor se utiliza de recursos da interdisciplinaridade e adiciona ao campo teórico a categoria da “experiência”, esta adição irá permitir versar sobre a singularidade de cada experiência humana no tempo e no espaço. Pois, determinado grupo ou camada social não viverá no mesmo ambiente as mesmas experiências que outra classe. Sendo assim, o rito do batismo será vivido, apropriado e reapropriado na mesma vila de diferentes modos e por diferentes classes sociais, que fizeram isso mediados pelas referências culturais que lhe são inerentes.

Para alcançar os resultados que discutiremos realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental com uso de fontes primárias seriadas, tendo em vista que os assentos eclesiásticos

---

<sup>16</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

têm como principais características serem fontes homogêneas, massivas e reiterativas<sup>17</sup>. Estas fontes possibilitaram diferentes análises sobre a sociedade de Alcobaça no século XIX, como a hierarquia social, relações interétnicas, clientela, população livre, população escravizada, população indígena e mobilidade social. As variáveis analisadas no assento de batismo correspondem a um registro de toda população da vila, ou de sua maioria, já que de acordo com o Decreto 426 de 24 de julho de 1845<sup>18</sup> os índios não deveriam ser obrigados ao batismo. Conforme o historiador Luís Augusto Ebling Farrinati<sup>19</sup>, a abordagem analítica serial permite construir longas séries de dados e, a partir delas, questionar a sua variação no tempo e as suas respectivas razões dentro de cada categoria. Esta metodologia produz series anônimas que demonstram os acontecimentos sociais a partir de uma macro perspectiva, alguns historiadores como o próprio Luís Augusto Farrinati, o Roberto Guedes<sup>20</sup> e o Antônio Carlos Jucá Sampaio<sup>21</sup> recomendam a contraposição deste método com o uso da microanálise, visando identificar as especificidades de indivíduos e grupos sociais que fogem a regra e as curvas dos gráficos das grandes séries. Logo, ao mesmo tempo, em que será possível observar os dados gerais da vila e as escolhas do grupo na sua totalidade, também observaremos os aspectos, micro, das escolhas de pequenos grupos sociais ou mesmo de uma família, e como às famílias representam uma mentalidade do todo ou uma fuga ao perfil geral.

O assento de batismo, como é característico da fonte seriada, possui uma estrutura fixa, pouco variante de pároco para pároco; com sorte, encontramos algumas poucas designações sobre origem, cor, estado civil, laços parentais. A situação jurídica no caso de pais escravizados nunca era omitida, visto que o assento também era uma espécie de atestado de posse ao recém-nascido pelo senhor, assim como a alforria concedida na pia, possuía força

---

<sup>17</sup> FRAGOSO, João. “Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e JUCÁ de SAMPAIO.” **“Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII”**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. P.23

<sup>18</sup> REGO, André de Almeida. **“Trajetórias de vidas rotas: Terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822-1862)”** Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2014. P. 351

<sup>19</sup> FARRINATI, Luís Augusto Ebling. **“Construção de séries de microanálise notas sobre o tratamento de fontes para História Social.”** Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, jul. 2008 in: [https://www.researchgate.net/publication/238096261\\_Construcao\\_de\\_series\\_e\\_micro-analise\\_notas\\_sobre\\_o\\_tratamento\\_de fontes\\_para\\_a\\_historia\\_social](https://www.researchgate.net/publication/238096261_Construcao_de_series_e_micro-analise_notas_sobre_o_tratamento_de fontes_para_a_historia_social). Acesso em 20 de janeiro de 2021

<sup>20</sup> GUEDES, Roberto. “Livros paroquias de batismo, escravidão e qualidade de cor” (Santíssimo Sacramento da Sé), Rio de Janeiro, Séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e JUCÁ de SAMPAIO. **“Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII”**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

<sup>21</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Batismos, casamentos e formação de redes: os homens cariocas nas fontes paroquias setecentistas” In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e JUCÁ de SAMPAIO. **“Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII”**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

de lei<sup>22</sup>. Os livros de registros eclesiásticos de assentos de batismos do período a ser analisado foram digitalizados com autorização da Cúria Diocesana de Teixeira de Freitas/Caravelas e editados em software próprio.

Este processo de digitalização para salvaguarda observou as orientações do Conselho Nacional de Arquivos/CONARQ<sup>23</sup> visando não causar dano ao livro físico na produção da cópia virtual. Depois desta etapa, foi realizada a leitura paleográfica dos livros, a transcrição de alguns assentos que foram utilizados na dissertação. Como parte deste processo, foram tabulados todos os assentos do período de recorte em planilha do *Excel*, o qual formou o banco de dados usados para a construção do texto. Esta planilha foi preenchida destrinchando o assento em 25 categorias. Este procedimento visa facilitar o tratamento dos dados e a produção de tabelas e gráficos<sup>24</sup> contribuíram com a análise dos dados.

A primeira categoria corresponde à data do batismo; as próximas seis estão relacionadas ao batizando, sendo elas: nome, sexo, classificação de batizando quanto à sua concepção (legítimo ou natural), cor/etnia, condição jurídica (livre, escravo, liberto) e senhor (caso seja escravizado). As próximas quatro categorias são relacionadas à mãe: nome, classificação da mãe<sup>25</sup> (normalmente relacionada a cor), condição jurídica e senhor. Às quatro categorias seguintes são sobre o pai, quando este aparece: nome, classificação do pai, condição jurídica e senhor. Vale a ressalva que em caso de mãe e pai escravo é raríssimo o registro do nome do pai no assento. As outras categorias serão relacionadas aos padrinhos e madrinhas, e uma última categoria “Observações” foi criada para as raras anotações do pároco que foge do padrão do assento e coopera com o pesquisador, como, por exemplo, batismo por procuração, batismo sob risco de morte, batismo em casa ou algum comentário.

Quanto aos padrinhos, segue classificações semelhantes. Para o padrinho também quatro categorias: nome, classificação do padrinho (cor, distinção social, título), condição jurídica e senhor, para as madrinhas se repetem as mesmas quatro categorias. Quanto às madrinhas são

---

<sup>22</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de; LIBBY, Douglas Cole. “As diversas fontes documentais de alforrias: alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rey, séculos XVIII e XIX” p.11-38 In: **História Social em Registros Paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**/ organização: Roberto Guedes, João Fragoso, -1ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. P. 12

<sup>23</sup> BRASIL, **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. Brasília: CONARQ, 2017. Disponível em: <[http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_digitalizacao\\_completa.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf)>. Acesso em 10/01/2021.

<sup>24</sup> GIL, Tiago Luís. “Geografia política e mobilidade na América Lusa (São José dos Pinhais, 1770-1800)” In: p. 145-170 In: **História Social em Registros Paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)** / organização: Roberto Guedes, João Fragoso, -1ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p.145

<sup>25</sup> Se o filho é classificado como legítimo ou natural, esta categorização também classifica a mãe, pois está relacionada ao estado civil desta.

relevantes a ocorrência, por vezes, de batismos “*com o patrocínio de Nossa Senhora*”, que assumia o lugar espiritual da madrinha e dispensava a existência de uma madrinha de carne e osso. Era uma prática costumeira no Brasil, mas que ia contra as determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1720 e do Concílio Trento

Após tabulados, os assentos foram transformados em gráficos e tabelas, visando à discussão com os objetivos inicialmente propostos, tencionando apurar em quais medidas estes correspondem ou não com as possibilidades levantadas, ao mesmo tempo, em que foram analisados mediante encontros interligados com outros documentos e pesquisas. Algumas das perguntas que foram realizadas as fontes tabuladas: “Quantos assentos foram registrados no período?” “Qual o perfil da formação familiar na vila? Legítimo, ilegítimo?” “Os batizando são de origem ilegítima ou natural?” “Qual o número de indígenas presentes à pia?” “Quantos africanos adultos foram batizados no período?” “quantos senhores escravizadores e quantos escravizados?” “Existem termos de distinção social, capitão, sinhá, dona?” “Existe indicação de origem para os africanos, brancos ou indígenas?” “Existe designação étnica?” “Os laços de compadrio entre escravizados são formados entre/dentro da mesma senzala ou com senzalas diferentes?” “Existem padrinhos preferenciais dentro de cada grupo social?” “Existem indicativos de migração nos assentos de batismo?” “Batismos de órfãos?” “Os órfãos batizados são indígenas?”

Serviram de referencial para os cruzamentos de dados sobre a região, os trabalhos que investigaram o contexto histórico do local e pesquisas relacionadas ao rito do batismo e compadrio. Nesta associação de dados, foram necessárias ainda algumas outras fontes primárias sobre Alcobaça. Este processo de análise tem a intenção de esclarecer os indícios no sentido de contribuir para que a narrativa histórica seja narrada, e, que as pistas sejam esclarecidas.

## 2. A VILA DE ALCobaça E A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO

O projeto de colonização desta região, o extremo sul da Bahia, norte do Espírito Santo e leste de Minas Gerais, acontece de modo diverso ao de outras regiões do Brasil colonial; enquanto outras regiões litorâneas estão sendo ocupadas, desmatadas e instalados os principais símbolos da colonização e exploração portuguesa desde o século XVI, esta região permanece fechada não somente por resistência indígena, mas como parte de um processo de colonização. No contexto da administração colonial portuguesa, não ocupar e colonizar o extremo sul da Bahia, também era colonização, já que fazia parte de um projeto e processo mais amplo.

A historiadora Maria Hilda B. Paraíso<sup>26</sup> em sua obra *“O tempo do trabalho e da dor”* recorre a um extenso conjunto de fontes e, por meio de análises historiográficas, etnológicas e linguísticas, reflete sobre o que ela caracteriza como “Zona Tampão”, uma área onde a interiorização da colonização fora intencionalmente impedida para que não houvesse caminhos para o desvio da produção aurífera da zona mineradora. A área incluiu o norte do Espírito Santo, o leste de Minas Gerais e o sul da Bahia. Segundo a autora, este processo de colonização e conquista nesta região poderia ser caracterizado em três marcos temporais principais:

Entre 1700 e 1808, período de estabelecimento da zona tampão; de 1808- ano da decretação da Guerra Justa aos índios arredios –1887, quando se iniciou a conquista da zona tampão; e finalmente o período de colonização ou estabilização da conquista, que se encerra em 1897, quando a área deixa de ser objeto da intervenção estatal, diante da constatação de que a conquista das terras ocupadas originalmente pelas populações indígenas estava efetivada.<sup>27</sup>

Então, no século XIX, mais propriamente com a chegada da família real em 1808 e a decretação de Guerra Justa, acontecerá um processo de devassamento dos sertões, com incentivos governamentais para a catequização, abertura de estradas e a pacificação de grupos indígenas. Também acontecerá um crescimento do tráfico interno de escravizados para supressão da demanda por braços para o trabalho nestas áreas. Vale ressaltar que a compra ou não de pessoas escravizadas dependerá de um recurso financeiro que não esteve disponível a todos os moradores da vila, já que a vila é mencionada em alguns documentos por sua

<sup>26</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **“O tempo da dor e do trabalho: A Conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”**. Salvador: Edufba, 2014.

<sup>27</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **“O tempo da dor e do trabalho: A Conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”**. Salvador: Edufba, 2014, p.18



pobreza de recursos. Ausência de recursos que não impediu o largo uso do trabalho compulsório indígena.

Em sua tese, Francisco Eduardo Torres Cancela<sup>28</sup> analisa as experiências vividas por índios, colonos e autoridades régias no decurso da execução do projeto colonizador reformista português na antiga Capitania de Porto Seguro, entre a segunda metade do século XVIII e princípios do XIX. O fio condutor da discussão é a execução do Diretório dos índios de 1757 nesta região, na qual a futura vila de Alcobaça está inserida. Francisco Cancela usa de uma vasta e diversificada gama de fontes para analisar a repercussão das medidas contidas no diretório e a criação da nova Ouvidoria em Porto Seguro sobre as povoações desta área.

Com uma forte política assimilacionista, o Diretório apresentava como suas principais medidas a extensão da vassalagem aos índios, a substituição dos missionários por párocos, a transformação das aldeias em vilas, a introdução de administradores temporais, a obrigação do uso da língua portuguesa, a transformação dos indígenas em pagadores de impostos, o incentivo ao casamento com brancos, o estímulo à ocupação dos cargos da governança local e o fomento à produção agrícola autônoma.<sup>29</sup>

A criação de diferentes vilas de índios na antiga capitania de Porto Seguro aconteceu de modo sequencial. Prado foi criada em 1764; São Mateus, 1764; Belmonte, 1765; Viçosa, 1768; Porto Alegre, (Mucuri) 1769 e, por último, Alcobaça em 1772<sup>30</sup>. Estas vilas tiveram em comum o processo de recrutamento da população indígena como força de trabalho e a execução do referido diretório, que visava retirar esta população indígena das matas, fixá-las nas vilas das zonas litorâneas e transformá-las em trabalhadores produtivos de gêneros necessários à subsistência de outras vilas. Dentro deste processo, o catolicismo exercia um papel preponderante, pois seria, em partes, o responsável pela transformação dos costumes. Acentuo a parcialidade do catolicismo neste processo, pois outros fatores também interferiam ou tinham por objetivo interferir na vida dos povos indígenas vilados<sup>31</sup>, como, por exemplo, a

---

<sup>28</sup> CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **“De Projeto a processo colonial: Índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. (1763-1808)”**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2012.

<sup>29</sup> CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **“De Projeto a processo colonial: Índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. (1763-1808)”**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2012, p. 19-20

<sup>30</sup> CANCELA, 2012, P.160

<sup>31</sup> Os indígenas que denomino como vilados são aqueles grupos indígenas que vivem nas vilas, estes recebem um tratamento diferente dos outros grupos, às vezes, são denominados pelas fontes como “civilizados”, pois estes estava mexendo nas engrenagens do sistema colonial por dentro e, ao mesmo tempo, aparentemente, cumpriam as regras e participavam dos ritos. Estes indígenas muitas vezes são mão de obra compulsória em serviços de obras públicas e nos serviços de particulares, colonos, fazendeiros e lavradores. Estes são caracterizados como mansos, pois estão integrados ao processo de colonização e trabalhando nele, por assim dizer.

escola para alfabetização das crianças e o regime da soldada. Existiu, como o próprio autor, propõe, um projeto e um processo de transformação dos povos indígenas desta região em súditos do rei e estes súditos deveriam viver de acordo com uma lógica portuguesa; como veremos, esta imposição não será aceita sem resistência.

## 2.1 A VILA DE ALCOBAÇA

A freguesia de São Bernardo da vila de Alcobaça estava na margem esquerda do rio Itanhém, no extremo sul da Bahia, distante 800 quilômetros da capital da província da Bahia, Salvador. O Arraial do Itanhém tornou-se a vila de São Bernardo de Alcobaça em novembro de 1772. O auto de ereção da vila a descreve da seguinte maneira: [...] *Servindo antecedentemente este sítio de praça e presídio de Bárbaros e Feras que não reconheciam a sua Santa Lei e agora se visse trocado em campo e aposento de Católicos [...]*<sup>32</sup>. Como bárbaros e feras ou assim denominados, liam-se os povos indígenas de diferente nações e etnias. A “santificação” deste território como espaço católico incluía a conversão dos indígenas ao catolicismo e seus ritos e a transformação do local do ponto de vista estrutural e administrativo. Mas o documento também denota que, em um período pretérito, aquele lugar já era habitado por uma pequena população e já servia como uma espécie de posto de combate da presença indígena,<sup>33</sup> “Tanien” ou “Itanien” o rio Itanhém, também chamado de rio Alcobaça.

No ato de criação da vila em 1772 foi escolhido como orago e padroeiro São Bernardo e como nome Alcobaça em referência à cidade já existente em Portugal<sup>2</sup>. Estas escolhas não são circunstanciais, pois estão obedecendo à uma normativa do alvará pombalino, que nomeia as novas vilas da colônia com o nome de vilas que já existiam em Portugal. Assim como espaço geográfico é renomeado no processo de criação da vila, os indígenas e africanos escravizados também eram renomeados com nomes cristãos no rito do batismo, uma política portuguesa de apagamento das identidades indígenas e negras tanto nos corpos quanto nos espaços. Em 1772, no processo de criação da Vila de São Bernardo de Alcobaça, os limites da vila foram da seguinte maneira descritos:

---

<sup>32</sup> **Autos de ereção e demarcação da nova vila de Alcobaça, na capitania de Porto Seguro.** Arraial de Itanhém, 12 de novembro de 1772. AHU, Catálogo Castro e Almeida, doc. 8.578. <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>

<sup>33</sup> Maximiliano de Wied Neuwied (1989,p.211) quando escreve sobre o rio Alcobaça registra estas duas diferentes denominações ou sonoridades para Itanhém que o autor escreve que é assim referido no idioma brasílico, ele provavelmente está se referindo a uma língua indígena.

Logo no mesmo dia e mês e ano declarado disseram os mesmos Partidores que querendo ir medir e demarcar o distrito e termo desta vila pela parte do Poente e caminhando de Norte para Sul **o não poderão nem podiam** fazer por serem terras muito entranhadas no sertão e da cachoeira do Rio desta villa chamado de Itanhaém **aonde circulava imensidade de Gentio** e eram tão densos os matos e bosques que dificultosamente os podiam penetrar [...] <sup>34</sup>

A demarcação do limite oeste da vila de Alcobaça não acontece de modo prático, pois este naquele tempo não “pertencia” ao controle colonizador, já que eram os grupos indígenas que estavam demarcando o limite da presença não-índia através da beligerância, deste modo o limite oeste<sup>3</sup> é uma estimativa imaginada. Logo, a existência da vila e o crescimento populacional e físico da mesma, acontece em meio a tensões internas com as pessoas escravizadas e indígenas vilados, e externas com grupos indígenas que viviam nos chamados sertões, que correspondem às áreas não efetivamente controladas pelos agentes colonizadores. O mesmo documento apresenta a vila com uma população, em 1772, de 500 pessoas livres e 300 cativos e reconhece esta população cativa como *“a força que se emprega na lavoura deste município”*. Interpretando esta população cativa como escravizada e negra, ela é compreendida como essencial para manutenção da produção agrícola, mas, por outro lado, os indígenas são classificados como *“demasiadamente bravos[...] e ocasiões em que dispensam sobre lavouras, reduzindo tudo a puros destroços”*. Deste modo, em simultâneo, em que a população escravizada é caracterizada como necessária à economia e ao sustento da vila, também é qualificada como prejuízo à sua sobrevivência. Bem como é necessário compreender que existiam indígenas que estavam presentes no cotidiano da vila e mesmo que omitidos, estavam sendo usados como força compulsória de trabalho. Lembrando que os grupos indígenas, diferentes dos africanos e negros, não eram obrigados ao batismo, então sua existência e presença na pia batismal foram raras e esparsas.

Os denominados “tapuias”<sup>35</sup>, já habitavam há séculos as áreas do extremo sul da Bahia, norte do Espírito Santo e leste de Minas Gerais. Estes, são algumas vezes caracterizados pelas constantes incursões e ataques às vilas da região, gerando uma vasta e

---

<sup>34</sup> **Autos de ereção e demarcação da nova vila de Alcobaça, na capitania de Porto Seguro.** Arraial de Itanhém, 12 de novembro de 1772. AHU, Catálogo Castro e Almeida, doc. 8.578. <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>

<sup>35</sup> O termo usado aqui se refere a uma generalização pejorativa que os povos Tupi tratavam os não-tupi. Dentro deste termo geral estavam inclusos todos os povos de língua Macro-jê, por exemplo: os pataxó, os Machakali. David Ferreira (2011, p. 120) escreve que a Comarca de Caravelas possuía uma acentuada presença de populações indígenas e que índios que habitavam o sertão desta comarca pertenciam a diversos grupos da família linguística Macro Jê, mais especificamente Pataxós, Maxacalis, Botocudos e Kamakã - Mongoió, além de alguns descendentes dos Tupis ou Tupiniquins que viviam nas vilas.

pulverizada documentação sobre estes ataques, na qual colonos solicitavam socorro e relatavam a presença de “*gentio brabo*” nas matas. A pesquisa do historiador André de Almeida Rego (2014) que reconstrói o trabalho e o regime da soldada indígena na Bahia, e nos interessa especialmente o extremo sul da Bahia, colabora para demonstrar que nesta região houve uma situação de equilíbrio e até de êxito econômico, quanto à produção de gêneros agrícolas que estavam baseados no trabalho indígena compulsório e na violência. Logo, estes povos constantemente citados e acusados de destruição também estavam envolvidos ou sendo explorados na produção agrícola da região.

Francisco Cancela<sup>36</sup> em sua tese sobre as vilas de índios na antiga Capitania de Porto Seguro sugeriu a necessidade de novas pesquisas sobre a relação entre índios e africanos nas vilas. Versa, ainda, sobre como estes estudos poderiam contribuir para uma melhor compreensão das relações interétnicas de casamentos nas vilas, com sua gênese no aldeamento indígena. É relevante observar que durante longos períodos essas vilas não apenas surgem tendo os índios como objetivo, de contatar e aldear, mas se sustentam no trabalho destes indígenas.

O território onde foi fundada a Vila Nova de Alcobaça em 1772 era área de perambulação de povos indígenas por ser a foz de um rio, o Itanhém, que era usado por como acesso ao mar e aos “sertões”. Francisco Cancela<sup>37</sup> informa que o povoamento por colonizadores da Barra do Rio Itanhém, que dá origem à vila, tem início em 1740 como um processo de expansão da produção de farinha de mandioca<sup>38</sup>, crescente em Caravelas. O autor afirma ainda que este processo acontece com auxílio militar, expulsando grupos indígenas hostis ao processo de esbulho das suas terras e ao descimento de outros indígenas aldeados para as áreas de exploração da mão-de obra indígena na região.

## 2.2 ALCOBAÇA: SOBRE A ORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DA POPULAÇÃO

Todas estas pessoas, colonos, africanos escravizados, indígenas aldeados ou não, transitavam pelo ambiente da vila, trânsitos muitas vezes em direções opostas. Maria Tereza

---

<sup>36</sup> CANCELA, 2012, p.293

<sup>37</sup> CANCELA, 2012, p.198

<sup>38</sup> Manihot esculenta Crantz, a mandioca. Originária da América do Sul e domesticada pelos povos indígenas, sendo a produção da farinha uma forma de retirar o ácido presente em algumas espécies. Passou a fazer parte da dieta dos colonizadores ainda nos primeiros anos da colonização e até os dias atuais ainda é um importante recurso alimentar no Brasil, como também parte da identidade cultural de vários grupos.

Duarte Paes<sup>39</sup> em uma análise sobre a estrutura física e material das cidades coloniais brasileiras irá propor que a organização e administração portuguesa, quanto às vilas coloniais, não foram desleixadas e que as cidades coloniais eram fundadas tendo como marcos as igrejas, as casas de câmara e a cadeia, que possuíam a função de controle civil, e que estas vilas organizadas em torno da tríade igreja-câmara-cadeia desempenhavam uma função complementar em relação à vida nos sítios e fazendas de onde era providenciado todo o sustento e onde era realizado o trabalho diário. Ao descrever o estado das principais vilas da antiga Capitania de Porto Seguro em 1803, o Capitão-mor João da Silva Santos descreve Alcobaça da seguinte maneira:

A Vila de Alcobaça é sentada entre a margem do dito rio (Itanhém) e a costa do mar, que não terá mais distância que 350 palmos, lugar aprazível a vista, porém insuficiente para fundar uma vila, pois a corrente do rio destrói o comoro dos seus terrenos sem alguma resistência por ser areia solta, pelo que hoje se vê tão vazio o mesmo rio, que ameaça breve ruína de toda a Villa. Esta formalizada com três ruas, que correm de Leste a Oeste [...] A primeira rua chama-se Direita, e é composta de 23 casas de telha, e a 2 de palha com 16 chãos devoluto. A segunda se chama Rua do Meio com 5 casas de telha e 13 chãos devoluto. A terceira Rua do Fogo composta por 13 casas de telha, 11 de palha, e há 18 chãos devolutos. A largura que tem a primeira rua à terceira é correspondente ao comprimento delas pelo estar a dita Vila formalizada em quadro<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup>PAES, Maria Thereza Duarte Paes. “**As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural**” GEOgraphia, ano. 17, n.º 33, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/labor/Downloads/13697-Texto%20do%20Artigo-53047-1-10-20150730.pdf Acesso em: 30 de janeiro de 2022, p.10

<sup>40</sup> Mapa e descrição da Costa, Rios e seus terrenos, de toda a Capitania de Porto Seguro e até onde pode chegar sumacas, lanchas e canoas em seus fundos, feito e examinado pelo Capitão-mor João da Silva Santos... principiado em abril de 1803 e de sul para norte. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 136\Doc. 27108

**Figura 1-Mapa da nova Villa de Alcobaça na capitania de Porto Seguro - 1774**



Planta ms.: color., desenho a bico de pena; 67 x 86,6cm. FONTE: AHU Inventário Castro e Almeida AHU\_ACL\_CU\_005-01, D.8629

Na Figura 1 está representada a planta da vila de Alcobaça. Podemos vislumbrar esta organização no arruamento discutido por Thereza Paes e também a centralidade da Igreja na geografia da cidade. A existência da vila de Alcobaça acontece em volta da igreja matriz. É uma materialização da ideologia colonial demarcando e reconfigurando o espaço. Ao descrever o estado das principais vilas da antiga Capitania de Porto Seguro em 1803 o Capitão-mor João da Silva Santos descreve a posição da Igreja matriz:

A Igreja Matriz é uma pequena e mal consertada choupana em qual com fatal indecência se celebra o tremendo sacrifício da Missa. Não sei bem entender a causa ou a razão, porque se acha semelhante indecência nesta vila, mas atrevo-me a conjecturar, que procede da pouca suficiência do lugar, em que se fundou a Villa, pois continuadas inundações do rio e o quanto se desfaz este e leva soltas areias do seu terreno anuncia a pouca subsistência dele, motivo este que me deixa capacitado, que não só receiam aqueles habitantes fazer boas casas para suas moradas, mas nem se animam a concorrer para a factura de uma Matriz mais suntuosa, havendo sem dúvida moradores com a deliberação, e forças para fundamentarem com magnificência uma e outra coisa. A dita Igreja Matriz está fundada na frente da Rua do Meio, bem junto ao Rio, e com a porta principal para Leste. A cadeia se acha ao fim da mesma Rua do Meio com a frente para Oeste, mas só tem a cobertura de telha, não tem porta, e sem a formalidade de prisão senão um tronco de madeira, e defronte dela está levantado o pelourinho também de pau. A Casa da Câmara é no

alinhamento da primeira rua sem distinção das outras, e nem alguma diferença e é contada no número das casas particulares<sup>41</sup>.

Basicamente, o Capitão-mor João da Silva Santos descreve a primeira igreja matriz em suas dificuldades, estrutura e pobreza da população, mas mesmo com a pobreza descrita, a vila de Alcobaça mantém a estrutura colonial casa-câmara-cadeia e em volta desta estrutura básica a vila se organizou com todas as suas contradições. O ouvidor reclama a existência de uma igreja matriz adequada à presença católica, a primeira igreja construída era semelhante às demais construções da vila, tijolo de barro, madeira e palha na cobertura, a matriz não era exatamente uma matriz e, em geral, não era registrada nos livros de registro eclesiásticos como tal, o termo “igreja matriz de...” só irá surgir em meados da década de 50 do século XIX, provavelmente, quando a construção da atual igreja se aproxima do seu fim.

Já em 1776 o Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro<sup>42</sup> descreve as dificuldades para a construção da Igreja Matriz da Vila de Alcobaça pela ausência de artífices e também a pobreza da população, que estaria dificultando até a construção em madeira. Nos anos subsequentes, esta dificuldade se manteve; a vila foi constantemente caracterizada pela pobreza e dificuldades de arrecadação, que retardaram a construção da Igreja Matriz de São Bernardo de Alcobaça até a segunda metade do século XIX. Por conseguinte, o rito do batismo em períodos anteriores era sacramentado em uma construção improvisada para realização do socorro espiritual aos fregueses, em alguns casos foram realizados em fazendas, no intuito de não deslocar a população escravizada e também para resolver urgências como os nascimentos com risco de vida. Deste modo, entender o sentido dos laços de sociabilidade estabelecidos na pia batismal possibilitou vislumbrar como os diversos grupos sociais se relacionavam no interior da vila através da fresta oferecida pelo rito do Batismo e outros documentos.

Quando o Capitão-mor João da Silva Santos<sup>43</sup>, em 1803, descreve a vila de Alcobaça, adiciona duas pequenas linhas sobre a presença indígena na vila. “Nos fundos da terceira rua, em meia distância se acham 12 casas de índios feitas de palha fora do alinhamento e boa

---

<sup>41</sup> João da Silva Santos “Mapa e descrição da Costa, Rios e seus terrenos, de toda a Capitania de Porto Seguro e até onde pode chegar sumacas, lanchas e canoas em seus fundos, feito e examinado pelo Capitão-mor João da Silva Santos... principiado em abril de 1803 e de sul para Norte”. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 136\Doc. 27108

<sup>42</sup> Carta do desembargador Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro (para Martinho de Melo e Castro) na qual lhe agradece a nomeação de seu irmão Francisco Machado para lugar de Provedor da Comarca de Avieiro e lhe dá novas informações, relativas à Capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, de julho de 1776.” AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 49\Doc. 9147 (1)

<sup>43</sup> Mapa e descrição da Costa, Rios e seus terrenos, de toda a Capitania de Porto Seguro e até onde pode chegar sumacas, lanchas e canoas em seus fundos, feito e examinado pelo Capitão-mor João da Silva Santos... principiado em abril de 1803 e de sul para Norte. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 136\Doc. 27108

ordem, que se deve praticar cujas se seguem uma desordenada rua [...]” Este documento cita a população indígena na circunscrição de Alcobaça em dois momentos: neste, indígenas vilados, ou seja, dentro da vila, e o segundo momento é a presença indígena na Fazenda Ponte do Gentio; como veremos, estes indígenas são caracterizados de modos e maneiras diferentes. Neste momento, nos importa entender os dados oferecidos pelo que estavam no contexto da vila. Eles estavam dentro da vila que possuía uma lógica e um arruamento específico que representava, como propõe Maria Thereza Paez<sup>44</sup>, uma lógica da colonização portuguesa; porém, eles se posicionaram na periferia desta comunidade, “12 casas de índios feitas de palhas” não apenas fora, mas em oposição e resistência ao que seria a “boa ordem”, o esperado. Não temos dados sobre os motivos que levaram o grupo a se fixarem na periferia da vila, mas mesmo estando nesta, ainda é possível serem mencionados como étnica e geograficamente diferenciados.

**Figura 2 - Tipos de habitações indígenas**



Fonte: Jean-Baptiste Debret 1768-1848<sup>45</sup>

<sup>44</sup> PAES, Maria Thereza Duarte Paes. “As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural” GEOgraphia, ano. 17, nº 33, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/labor/Downloads/13697-Texto%20do%20Artigo-53047-1-10-20150730.pdf Acesso em: 30 de janeiro de 2022, p.10

<sup>45</sup> A gravura de Debret demonstra diferentes formas de habitação dos povos indígenas do Brasil e a algumas delas, como as duas primeiras eram características desta região. MOTTE, Charles Étienne Pierre. **Différentes formes de huttes des sauvages brésiliens**. Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1834. 1 grav, litografia, pb, 31,6



Sobre as moradias e a estruturas da vila precisamos considerar que esta é uma fusão de estilos, onde há contribuição de elementos indígenas, portugueses e africanos. Como é possível visualizar através da Figura 2 a gravura de Jean-Baptiste Debret “*Différentes formes de huttes des sauvages brésiliens*” o autor representa casas de diversos povos indígenas do Brasil e em uma delas, a ilustração central, uma casa de pau-a-pique, que ainda é um método construtivo contemporâneo. A casa de pau-a-pique representada por Debret na Figura 2 é semelhante a descrição das casas de indígenas em Alcobaça. É importante ressaltar que as fontes estão permeadas destes olhares depreciativos em relação a este tipo de habitação que foge do padrão construtivo ocidental.

Distanciando-se do cenário da vila de Alcobaça três léguas e meia estava situada a fazenda Ponte do Gentio, e sobre ela, João da Silva Santos escreve:

“[...] Se acha a fazenda denominada Ponte do Gentio, em qual há fabricas de Engenho de açúcar, de farinha de mandioca e de anil. Até este lugar chegam embarcações a carregar não excedendo 10 palmos de fundo<sup>46</sup>. Nesta mesma fazenda se acha assistindo o gentio bárbaro desde que ali saíram em paz. No ano e 17... até o presente tendo ido alguns a sua aldeia nas cachoeiras do Mucury, e voltando outros, mas são índios tão acérrimos, na ociosidade, que pouco, ou nada trabalha, e só cuidam em destruir os canaviais, roças de mandioca e todos os mais legumes, e frutas da dita fazenda; e chegando a matarem quantidade de gado, com que se tem feito perniciosos; mas todo este destrôço tem tolerado, e tolera o senhorio da fazenda por entender e conservar a paz, e amizade com semelhante gente e por este meio persuadi-los ao Cristianismo é cousa do agrado de Deus [...]”<sup>47</sup>

O ouvidor esquece-se de informar que o senhorio cristão e tolerante da fazenda citada era ele mesmo, João da Silva Santos, fato este que se lembra de mencionar quando está fazendo uma viagem pelo rio Belmonte até Minas Novas. Quando descreve a presença indígena em sua fazenda - está sendo a segunda forma de presença indígena descrita no mesmo período - denominada como “*gentio bárbaro*”, é registrada como hostil a colonização promovida por aquela fazenda, e logo, diferenciada dos anteriormente citados como residentes da vila de Alcobaça. Caracterizar esta presença de um modo pejorativo aumenta o feito

---

x 20,2cm em 33,1 x 21,6. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=8724](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8724). Acesso em: 26 jan. 2023

<sup>46</sup> 1 palmo corresponderia a 0,22 metro, dados oferecidos pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, então conforme os dados informados a profundidade do Rio Itanhém até a fazenda Ponte do Gentio seria de 2,22 metros. Compreendendo que de Alcobaça, foz do rio até a referida fazenda, teríamos 3,5 léguas de distância ou 23,1 km, sabendo que uma légua é igual a 6,6 quilômetros.

<sup>47</sup> Mapa e descrição da Costa, Rios e seus terrenos, de toda a Capitania de Porto Seguro e até onde pode chegar sumacas, lanchas e canoas em seus fundos, feito e examinado pelo Capitão-mor João da Silva Santos... principiado em abril de 1803 e de sul para Norte. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 136\Doc. 27108

realizado pelo ouvidor e o coloca como um servo fiel de sua majestade. Não estamos compreendendo este grupo presente na fazenda de João da Silva Santos como etnicamente diferenciado do grupo citado como residentes na periferia da vila, pois o documento não oferece dados suficientes para tal, porém o trato deste grupo com os colonos e dos colonos para com estes, é diferenciado do anterior.

Podemos inferir que os indígenas citados nos livros de batismos que posteriormente discutiremos serão aqueles que estão no contexto da vila, e não estes denominados de modo pejorativo, já que os dados nos demonstram que estes não estavam totalmente fixados ao contexto da fazenda, e dentro do que já era a sua lógica, estavam realizando idas e vindas pelo território que já conheciam tão também. O grupo indígena que estava na Ponte do Gentio, além da perambulação, as aldeias nos sertões de dentro e da manutenção do contato com os grupos não-residentes na fazenda estavam realizando trocas populacionais, pessoas iam e não voltavam, e pessoas que não moravam antes, passavam uma temporada. Provavelmente, a presença indígena na Ponte do Gentio era tolerada por algum benefício que estes promoviam; com toda certeza não causavam só destroços, possivelmente, defendiam a fazenda de outros grupos indígenas e trabalhavam na mesma.

Entre 1815 e 1817, o príncipe austríaco Maximiliano de Wied-Neuwied<sup>48</sup> visita o Brasil e produz um interessante relato de viagem, no qual descreve lugares por onde passou e o que vivenciou, a sua obra, o relato de viagem, era comum no século XIX, possuía como objetivo mostrar para a Europa e os europeus o mundo em seus extremos, os povos destes lugares com um “q” idílico e etnocêntrico, útil aos europeus, que sem o qual, não veriam aquele mundo descrito, e aos historiadores, pois oferece dados para vislumbrar uma época. Maximiliano de Wied-Neuwied<sup>49</sup> não descreve a vila de Alcobaça detalhadamente, pois em sua primeira visita ficou hospedado na fazenda Ponte do Gentio e que neste momento já pertencia ao Conde da Barca, que a comprou dos herdeiros de João da Silva Santos.

A água do rio, em que há abundância de peixe e muitos jacarés, é escura. As margens cobertas de densos cerrados e florestas [...] Ponte do Gentio é uma fazenda com certa extensão de terra anexa, comprada pelo ministro aos herdeiros do capitão-mor João da Silva Santos; foi outrora, muito prospera. O proprietário anterior era um homem empreendedor, que em várias expedições contra os selvagens mostrara não lhes ter medo; e que, entretanto, sua fazenda, vivera sempre em paz com eles. Foi o primeiro que subiu o rio Belmonte até Minas Nova. Depois que ele morreu, a propriedade arruinou-se por falta dos necessários cuidados. Em vez de meter-se em paz com os selvagens, provocaram-nos. **Um negro matou na floresta um índio da**

---

<sup>48</sup>WIED-NEUWIED, Maximiliano de. Viagem ao Brasil. Tradução Flávio Süssekind de Mendonça, Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989

<sup>49</sup> WIED-NEUWIED, 1989, P.211

**tribo dos Patachós; os selvagens se encolerizaram e, por vingança, atacaram os negros numa das roças matando-os a flechadas.** Isso aumentou a desordem, acarretando a desvalorização da propriedade; o ministro comprou-a por um preço muito reduzido. Esforçaram-se atualmente para restaurar a paz com os silvícolas e melhorar o estado da fazenda. Aí estão residindo **três famílias de índios**, além de seis famílias de “ilhores” (habitantes da ilha dos açores), nove chineses, escravos negros e um português, como feitor (administrador)<sup>50</sup>. [grifo meu]

São muitos dados em uma pequena citação. Quando o ouvidor João da Silva Santos informa sobre sua própria fazenda na referência anterior, ele apresenta uma terra prospera e produtiva, onde eram produzidos açúcar, farinha de mandioca e anil, e algumas embarcações navegavam rio acima para transportar a carga produzida. No entanto, apresenta a população indígena presente como prejuízo para suas terras; porém, os dados registrados por Maximiliano reconfiguram o panorama geral: a fazenda foi instalada em uma área sob domínio da população indígena e na correlação de forças não era possível vencê-los ou lutar contra eles. João da Silva Santos, *o empreendedor*, compreendeu o jogo de forças e a sua situação de desvantagem. Sendo assim, a sua tolerância não era tolerância, era o único meio de manter a citada prosperidade da fazenda, sem a negociação estabelecida com os grupos indígenas que se apresentaram em paz, ele não conseguiria produzir. A produção e produtividade da propriedade dependiam da paz com os povos indígenas.

Conjuntamente, a paz e a presença dos povos indígenas que viviam na sua fazenda e habitavam as matas da região, em um fluxo rotativo de entrada e saída, assim também, ele, como vários outros, fazia uso de mão de obra negra escravizada para conseguir a produção que almejava. Este é um dado recorrente nesta época, o uso de mão-de obra indígena sob a forma de trabalho compulsório ou força militar e a população negra escravizada em um mesmo espaço, a presença de um, não excluiu a presença do outro. A morte de João da Silva Santos desarruma o equilíbrio das forças; os jovens herdeiros parecem não ter compreendido com quem realmente estava o controle da região. Os cuidados necessários para manutenção da dita fazenda era a paz com os indígenas, e a falta desta levou à crise. Durante uma incursão na mata um escravizado da fazenda matou um homem do povo pataxó, e este fato foi o estopim de uma crise, um grupo inteiro saiu das matas e destruíram canaviais e chegaram executando a vingança pelo seu parente morto, matando alguns escravizados que estavam trabalhando nas roças.

---

<sup>50</sup> WIED-NEUWIED, 1989, P.182

Não sabemos exatamente quantos escravizados foram mortos no processo, mas apenas esta situação já seria fator suficiente para acender a crise, porém também se desencadeou uma certa instabilidade no espaço, pois o medo de novos ataques se tornou uma constante, e este, provavelmente, não foi o único agente que desestabilizou o lugar. O novo proprietário, já havia se iniciado na compreensão de como deveria ser o esquema de trabalho, ou seja, a manutenção da paz com os índios, a três famílias indígenas fixadas na fazenda estão lá cumprindo função de “ponte” ou mediação entre a propriedade e os grupos indígenas dos sertões.

Deixando por este momento o contexto externo da vila de Alcobaça, em sua segunda passagem, Maximiliano Wied-Neuwied<sup>51</sup> visita a vila de Alcobaça e registra que no período de sua visita já possuía cerca de duzentas casas e novecentos habitantes; a maior parte das casas é coberta de telha e a igreja já é uma construção de pedra. A população total da vila, segundo o relato, quase que duplicou em menos de meio século.

No entanto, no mesmo período da visita do príncipe austríaco, em 1817, o ouvidor interino da comarca de Porto Seguro, João Almeida Freire,<sup>52</sup> apresentando informações gerais sobre a comarca de Porto Seguro e cada uma das suas vilas, escreve que a comarca de Alcobaça teria 800 pessoas entre índios, pardos, brancos, pretos forros e cativos, e manifesta como método construtivo principal das casas do período, o que é chamado hoje na região de “pau-a-pique”, o ouvidor, descreve como “madeira tapados de taipa de mão<sup>53</sup>”. Boa parte das casas eram cobertas de palha e a igreja matriz também é descrita como de madeira e taipa de mão e o ouvidor estima o número de casas em noventa e cinco, sendo a casa da câmara descrita como do mesmo material.

Ainda no processo de sua segunda passagem sobre a vila de Alcobaça, Maximiliano de Wied-Neuwied<sup>54</sup> escreve que: “Nas florestas do Alcobaça são abundantes as madeiras de lei e as plantas úteis; o pau-brasil, por exemplo, e, sobretudo, grande quantidade de jacarandá e vinhático, extraídos pelos índios civilizados que foram o núcleo original da vila [...]”.

---

<sup>51</sup> WIED-NEUWIED, 1989. P.211

<sup>52</sup> Relação circunstanciada das vilas e freguesias e povoações compreendidas na Comarca de Porto Seguro, capitania da Bahia, escrita pelo ouvidor interino João Almeida Freire. Porto Seguro, 23 de agosto de 1817. ANRJ - Série Interior, IJJ-296A

<sup>53</sup> A taipa de mão é a forma mais simples e rápida de construção de uma casa e, é uma construção coletiva, no qual é realizada uma treliça de varas e sobre esta estrutura duas pessoas em lados opostos vão preenchendo com barro previamente “pisado” usando ambas as mãos, daí o nome. Existe também a taipa de pilão que diferente desta exigia mais recursos e planejamento e possibilitava a construção de casas mais altas com paredes mais largas e duráveis, algumas vezes usadas na construção de igrejas coloniais. Ambas, são métodos ainda usual no tempo presente e a última têm sido vista como uma forma sustentável de construção, um exemplo é o projeto de arquiteto africano Francis Kéré que ganhou o Prêmio Pritzker de arquitetura em 2022.

<sup>54</sup> WIED-NEUWIED, 1989, p.212

Basicamente, o autor está diferenciando a população indígena moradora da fazenda Ponte do Gentio da população indígena moradora na vila de Alcobaça, aqueles que já foram citados como moradores das 12 casas fora do arruamento ideal. Estes, além de fazerem parte, à sua maneira, do cotidiano da vila, também trabalhavam, provavelmente, de forma compulsória, na extração da madeira nas matas próximas à vila.

### 2.3 ENTRE O MAR E O SERTÃO: PRODUTOS E PRODUÇÃO DA VILA DE ALCOBAÇA

A vila de Alcobaça estava situada dentro do mesmo contexto econômico, geográfico e político da sua comarca, Caravelas. De acordo com Tharles de Souza Silva<sup>55</sup> Caravelas possuía uma estrutura portuária que lhe permitia escoar os recursos produzidos ou extraídos nas vilas vizinhas, entre elas Alcobaça, o que transformou o porto em um grande exportador de gêneros como a farinha, pescados e madeiras. Dentro deste contexto é necessário ressaltar que a Comarca de Caravelas estava em uma posição geográfica estratégica para a distribuição destes gêneros, já que se situava entre os dois maiores portos do Brasil, a saber, Salvador e Rio de Janeiro. Hallysson Gomes da Fonseca<sup>56</sup> discutindo sobre as dinâmicas econômicas na Bahia no final do século XVIII, apresenta como a produção destas vilas, que podemos chamar de periféricas, estavam integradas a dinâmicas do mercado interno e intercolonial ao mesmo tempo que estavam conectados a outras praças atlânticas.

Um exemplo é a farinha, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva<sup>57</sup> em 1796, entre os quatro principais gêneros da produção de alimentos - sendo eles a farinha, o milho, o feijão e o arroz - 89% da produção baiana era de farinha, ou seja, ela era a parte preponderante do padrão alimentar no período. A farinha também fazia parte do trânsito interprovincial e intercontinental, pois alimentava as províncias, a própria Bahia e as vizinhas e também participava do tráfico atlântico, Jaime Rodrigues<sup>58</sup> aponta que além do consumo local havia

---

<sup>55</sup> SILVA, Tharles de Souza. **“O “Escandaloso contrabando de Porto Seguro”: Economia e sociedade no fim do período colonial”**. Salvador: Sagga, 2021. p.54-55

<sup>56</sup> FONSECA, Hallysson Gomes da. “As dinâmicas econômicas do Sul da Bahia na crise do Antigo Sistema Colonial” In: PINHO, José Ricardo Moreno; NUNES, Antonieta D’aguilar. **“Capítulos de História da Bahia: Formação econômica.”** Salvador: EDUNEB, 2020.

<sup>57</sup> SILVA, Franciso Carlos Teixeira da. **“A morfologia da escassez: Crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)”** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p. 103

<sup>58</sup> Rodrigues Jaime. **“De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica.** Rev Bras Hist [Internet]. 2017May;37(Rev. Bras. Hist., 2017 37(75)):69–95. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>

dois circuitos integrados de circulação atlântica da farinha de mandioca, um destinado às costas africanas, outro a Portugal e ainda que os tumbeiros capturados pelas autoridades brasileiras e inglesas na primeira metade do século XIX, a farinha é caracterizada como alimento básico de escravos e marinheiros, o estoque de farinha poderia chegar a corresponder 3% do valor total da armação de um navio negreiro.

Maximiliano de Wied-Neuwied<sup>59</sup> descrevendo a produção econômica de Caravelas em 1816, informa que a produção de farinha comercializada pela vila neste período alcançava 40.000 alqueires de farinha de mandioca por ano. 1 alqueire correspondia a 36,4 litros<sup>60</sup>, de acordo com o sistema métrico decimal implantado pela Academia Real das Ciências de Lisboa e a Comissão para o Exame dos Forais e Melhoramentos da Agricultura, que adotaram a nomenclatura baseada no modelo francês, mas que mantinha a terminologia portuguesa. Em resumo, Wied Neuwied está informando que Alcobaça produzia no início do século XIX o equivalente a 1.404.00,00 litros de farinha de mandioca por ano, e que esta produção gerava uma movimentação de navios que aportavam regularmente para compra e transporte desta para as regiões de Salvador, Pernambuco e Rio de Janeiro, além de também aportar outras pequenas embarcações, com o mesmo fim. Parte desta produção de farinha comercializada no porto de Caravelas era originária de Alcobaça, bem como o “*café de Caravelas*” também comercializado pelo mesmo porto, que era originário da Colônia Leopoldina. Wied-Neuwied saindo de Caravelas em direção à Alcobaça descreve a produção de farinha:

Nas “fazendas” esparsas se viam amplos alpendres, no quais se preparava grandes quantidades de farinha de mandioca, produto principal desta região. Abertos de todos os lados, são constituídos simplesmente de uma cobertura de colmo ou folhas de palmeiras suportada por fortes moirões, resguardando muitos tachos grandes para secar farinha, murados em volta<sup>61</sup>.

A grande varanda coberta por palha descrita por Wied-Neuwied nada mais é do que a casa de farinha, que com algumas alterações, ainda existem por toda a região do extremo sul da Bahia, que se encontra intrinsecamente ligada aos hábitos alimentares e culturais das populações desta região, casas que precisavam de aberturas laterais, já que o processo de secagem da farinha feito em grandes tachos elevava a temperatura de todo o ambiente em

---

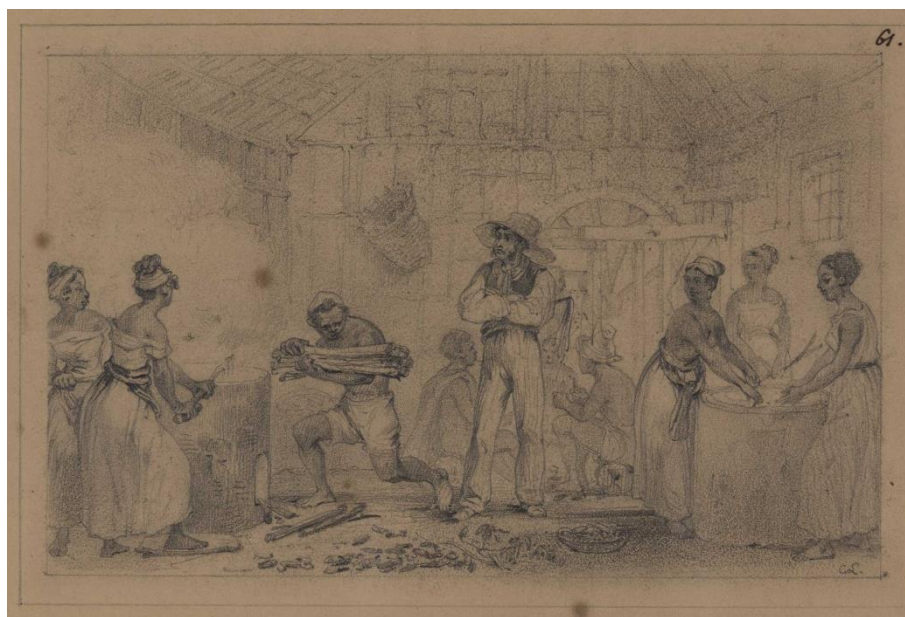
<sup>59</sup> WIED-NEUWIED, 1989, 211.

<sup>60</sup> Brasil, **Peso e Medidas**. O Arquivo Nacional e a História Luso Brasileira. Disponível em: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4020:peso-e-medidas&catid=182&Itemid=215#:~:text=At%C3%A9%20ent%C3%A3o%2C%20as%20unidades%20de,a%20oitava%20\(3%2C586%20g\)](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4020:peso-e-medidas&catid=182&Itemid=215#:~:text=At%C3%A9%20ent%C3%A3o%2C%20as%20unidades%20de,a%20oitava%20(3%2C586%20g).). Acesso em: 05/01/2023

<sup>61</sup> WIED-NEUWIED, 1989, p.181

volta. Em 1803 o navegante inglês Thomás Lindley<sup>62</sup> teve sua prisão<sup>63</sup> decretada em Caravelas por tentar contrabandear pau-brasil da região; durante o cárcere, ele descreve o comportamento das pessoas, a cadeia, as informações recebidas e as refeições realizadas: “A dieta constitui-se principalmente de farinha, um pouco de sopa ou caldo de peixe para umedecê-la, e um naco de carne ou peixe, salgado ou fresco, quando pode ser encontrado a baixo preço”. Descreve ainda que as pessoas da região de Caravelas, comiam usando as mãos, e formavam um bolo com mãos e levavam a boca, a ausência de garfo e faca e a constante presença do “*pão da América do Sul*”, a farinha, toma constantemente descrição de Lindley, que registra também que a farinha, dada a sua relevância comercial, era usada como parte do pagamento de alguns serviços.

**Figura 3- "Préparation de la farine de mandioca"**



Firmin Didot frères et cie, 1846. 1 desenho, pb, 13,2 x 21,3. Ferdinand Denis

Fonte: Biblioteca Nacional

A casa de farinha retratada acima por Ferdinand Denis<sup>64</sup> faz uso de mão de obra escravizada para obter seus produtos, a forma, contudo da produção é ainda muito semelhante

<sup>62</sup> LINDLEY, Thomás. “**Narrativa de uma viagem ao Brasil**”. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969. P.49

<sup>63</sup> Tharles Souza da Silva (2021) em seu texto “**O “Escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”: Economia e sociedade no fim do período colonial**” oferece detalhes sobre a trajetória de Lindley na Bahia e contexto no qual a narrativa do contrabandista inglês foi produzida.

<sup>64</sup> DENIS, Ferdinand. **Préparation de la farine de mandioca**. Paris [França]: Firmin Didot frères et cie, 1846. 1 desenho, pb, 13,2 x 21,3. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=10034](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=10034) . Acesso em: 29 dez. 2022.

à atual na região de Alcobaça: grandes fornos abertos para secagem com o auxílio de rodo de madeira, onde a farinha é mexida constantemente para secagem.

O historiador americano brasilianista Bert J. Barickman<sup>65</sup> discutindo sobre a produção agrícola da região retrata Alcobaça, já no século XIX, como relevante produtora de farinha que era comercializada no mercado de Salvador, com uma produção de mais de 130 mil alqueires<sup>66</sup> no ano de 1854. André Rego<sup>67</sup> apresenta uma migração de índios das vilas de Porto Seguro e Trancoso para Alcobaça e Prado, como sendo uma reação ao duro tratamento dispensado nas primeiras vilas citadas. Isso não significa que o tratamento nas vilas mais ao sul (Alcobaça e Prado) se caracterizasse como humanamente aceitável, apenas como menos duro, fica evidente que o trabalho indígena foi fundamental na manutenção destas vilas. Ao mesmo tempo, foi possível perceber durante o processo desta pesquisa a participação negra escravizada nesta área, e como estes se relacionavam na formação do compadrio.

Em 1817 o ouvidor interino da comarca de Porto Seguro, João Almeida Freire<sup>68</sup> registra que existiam oito embarcações vinculadas à vila de Alcobaça que eram utilizadas para o transporte de farinha. Embarcações tendo como origem Alcobaça são constantemente citadas pelo Correio Mercantil<sup>69</sup> aportando em Salvador; suas cargas eram madeira, café, garoupa e farinha, muita farinha. As entradas de embarcações da vila de Alcobaça que chegam a Salvador com os ingredientes da dieta descrita por Thomás Lindley<sup>70</sup> na prisão, farinha e peixe. Maximiliano de Wied Neuwied<sup>71</sup> descrevendo o rio Itanhém retrata que em seu leito passavam sumacas<sup>72</sup> carregadas, e através deste tipo de embarcação era possível carregar em algumas das fazendas instaladas rio acima e descarregar no porto de Salvador, por exemplo, recarregando com produtos da capital e transportando de volta para vila de

---

<sup>65</sup> BARICKMAN, Bert Jud. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ªed 2003. P.153

<sup>66</sup> 4.732.000,00 litros

<sup>67</sup> REGO, André de Almeida. **“Trajetórias de vidas rotas: Terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822-1862)”** Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2014. P.84

<sup>68</sup> Relação circunstanciada das vilas, freguesias e povoações compreendidas na Comarca de Porto Seguro, capitania da Bahia, escrita pelo ouvidor interino João Almeida Freire. Porto Seguro, 23 de agosto de 1817. ANRJ - Série Interior, IJJ-296A

<sup>69</sup> Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA) - 1836 a 1849, (2) <http://memoria.bn.br/DocReader/186244/498> Acesso em: 29 dez. 2022.

<sup>70</sup> LINDLEY, Thomás. **“Narrativa de uma viagem ao Brasil”**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969.

<sup>71</sup> Op. Cit. 1989, pp.211-212

<sup>72</sup> A sumaca era usada na navegação de cabotagem, o chamado mar de dentro, o tipo de navegação, onde durante todo o tempo não se perde a costa de vista. A embarcação possuía uma vela e o fundo chato, apropriada para águas rasas e pequenos ancoradouros, como no caso do rio Itanhém e para transportes pela costa. O seu tamanho e tonelagem pode variar de lugar para lugar



Alcobaça. Não teremos uma descrição pormenorizada dos produtos embarcados da capital para a vila, são genericamente descritos *como gêneros nacionais e estrangeiros*.

Outra embarcação utilizada neste período e nesta região, o litoral de Abrolhos, era a *garoupeira*<sup>73</sup> uma embarcação própria para a pesca da garoupa, mas também era empregada na pesca da baleia, no qual os pescadores salgavam o pescado no mar até o preenchimento completo do porão. Este tipo de embarcação de pesca permitia que a tripulação passasse longos períodos no mar, ancorado nos parcéis e algumas vezes já descarregavam no porto de Salvador. Também eram usados nestes transportes, lanchas e iates, em 1847, Feliciano Guerreiro do Valle<sup>74</sup>, que era casado com Maria dos Anjos do Valle<sup>75</sup>, morador de Alcobaça e presente, em muitos momentos, na pia batismal como pai, padrinho e até mesmo no lugar da madrinha é mencionado como proprietário da lancha *São José de Trancozo*, que adentra o porto de Salvador transportando farinha. Em 1848, a lancha *São Sebastião* de Antônio Rodrigues do Santos<sup>76</sup>, morador de Alcobaça, passa por Salvador carregada de farinha a caminho do Rio de Janeiro.

No entanto, vale ressaltar que estas viagens de cabotagem para o Extremo Sul da Bahia e mais além, para o Recôncavo não eram realizadas a qualquer momento do ano ou sem grandes dificuldades. Em 1838, o jornal *Correio Mercantil*<sup>77</sup> informa que durante seis meses do ano, de outubro a março, “*reinam os ventos do norte*” que dificultam ou quase impedem a navegação de barcos a vela para quem desejar chegar do extremo a Salvador, e nos outros meses do ano, de abril a setembro, os ventos do sul dificultam a viagem de quem deseja ir do Recôncavo para o sul da Bahia. O jornal descreve os fatores climáticos para justificar necessidade de vapores que realizassem este serviço de transporte e reduzissem as dificuldades das viagens.

O tempo de viagem de Alcobaça ao porto de Salvador em uma embarcação à vela<sup>78</sup> poderia variar dependendo da época do ano e das condições climáticas. Em abril de 1815, o mestre de embarcação Domingos João de Farias, chega a Salvador com a sua sumaca,

---

<sup>73</sup> MARINHA DO BRASIL. “*Coleção Alves Câmara*” 2022, p. 25 <https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/livroColecaoAlvesCamara.pdf>

<sup>74</sup> *Correio Mercantil: Jornal Político, Commercial e Litterario* (BA) - 1836 a 1849, Ano 1838\Edição 00557 <http://memoria.bn.br/DocReader/186244/498> Ano 1847\Edição 00049 Acesso em: 29 dez. 2022.

<sup>75</sup> Livro de Registro Eclesiásticos de Batismos da Freguesia de São Bernardo da Villa de Alcobaça, 1845-1850, p.19

<sup>76</sup> *Correio Mercantil: Jornal Político, Commercial e Litterario* (BA) - 1836 a 1849, Ano 1838\Edição 00557 <http://memoria.bn.br/DocReader/186244/498> Ano 1848\Edição 00027 (1) Acesso em: 29 dez. 2022.

<sup>77</sup> *Correio Mercantil: Jornal Político, Commercial e Litterario* (BA) - 1836 a 1849, Ano 1838\Edição 00557 (2) <http://memoria.bn.br/DocReader/186244/498> Acesso em: 29 dez. 2022.

<sup>78</sup> sumaca, iate, lancha, garoupeira

*Conceição*, transportando 800 alqueires de farinha, após sete dias no mar<sup>79</sup>. Já em outubro de 1811, o mestre Nicolao Antônio Borba levou onze dias entre a saída de Alcobaça e a chegada em Salvador com a sumaca *Nossa Senhora da Ajuda* e 6 pessoas trabalhando na tripulação<sup>80</sup>. A sumaca *serpente voador* de José Bernardo do Rosário<sup>81</sup> chegou em Salvador em 10 de janeiro de 1817, em seis dias, guiada pelo mestre e embarcação Lauriano Alves Tourinho, com 800 alqueires de farinha. Houve casos também de mestres de embarcações em determinadas épocas do ano que conseguiam chegar à capital em quatro dias, cinco dias de viagem.

Pela sua localização entre duas importantes cidades do Brasil oitocentista, os moradores de Alcobaça também abasteciam com diversos gêneros alimentícios, mas principalmente com farinha, a capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. O tráfego de navegações de pequeno porte entre Alcobaça e o Rio era constante, mesmo que difícil, devido às condições climáticas, acontecia de modo contínuo e com uma variação de quatro a onze dias, a partir da saída de Alcobaça até a entrada no porto do Rio de Janeiro. Em 1831 a Lancha *São Sebastião*,<sup>82</sup> já citada, chegou em 09 dias ao Rio de Janeiro, saindo de Caravelas. E no período de 1831-1848 faz frequentes viagens ao Rio de Janeiro transportando farinha e outros gêneros. Juntamente com a farinha de mandioca no período de 1830 – 1855 foram transportados em lanchas, hiates e sumacas para o Rio de Janeiro: couçeiros<sup>83</sup> de Jacarandá, cocos<sup>84</sup>, tapioca<sup>85</sup>, madeira, aboboras<sup>86</sup>, feijão<sup>87</sup>, e em algumas oportunidades, alguns passageiros. Também notamos a entrada no porto do Rio de Janeiro de algumas embarcações

<sup>79</sup>Idade D' Ouro Do Brazil (BA) - 1811 a 1823, Ano 1811\Edição 00041

<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2102> acesso em 01 de janeiro de 2023

<sup>80</sup> Idade D'Ouro Do Brazil (BA) - 1811 a 1823, Ano 1811\Edição 00041

<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/200> acesso em 01 de janeiro de 2023

<sup>81</sup> Idade D'Ouro Do Brazil (BA) - 1811 a 1823, Ano 1811\Edição <http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2748> acesso em 01 de janeiro de 2023

<sup>82</sup> Correio Mercantil (RJ) - 1830 a 1836 Ano 1831\Edição 00049 (2)

<http://memoria.bn.br/DocReader/709530/834> acesso em 01 de janeiro de 2023

<sup>83</sup> a madeira de Jacarandá já cortada em um formato específico

<sup>84</sup> Lancha Pai Avô, de Alcobaça – 14 dzs. De coqueiras de Jacarandá – 120 alq. de farina -550 coucos de comer. Correio Mercantil (RJ) - 1830 a 1836 **Ano 1830\Edição 00020 (1)** <http://memoria.bn.br/DocReader/709530/80> acesso em 01 de janeiro de 2023

<sup>85</sup> Alcobaça- 6ds. Lanc. Santo Antonio, m. João Cordeiro de Oliveira, equip. 6: e farinha, tapioca e madeira ao metre. Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 Ano 1848\Edição 00090 (1) <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/361> acesso em 01 de janeiro de 2023

<sup>86</sup> Alcobaça – Hiате. Nac. S. José Vencedor – Aboboras: 300; côcos: 800; farinha, 930 alqueires; tapioca:20 ditos. Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 Ano 1849\Edição 00280 (1) <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/2593> acesso em 01 de janeiro de 2023

<sup>87</sup> Alcobaça-10 ds. Lancha Nossa Senhora da Penna, 21 tns., m, Francisco Segesmundo da Trindade, equip. 6: c. farinha e feijão a Joaquim Faruja Leite; passags. Manoel da Costa Fonseca. Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 Ano 1855\Edição 00074 (1) <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/10152> acesso em 01 de janeiro de 2023

que chegaram ao porto com “*lastro de pedra*” o que sugere que estes ou entregaram a carga no caminho e foram carregar na capital ou saíram de Alcobaça para buscar uma carga.

Com todo o contexto exposto, esta pequena vila do extremo-sul da Bahia estava negociando farinha e outros gêneros com outras cidades do Brasil império, e, estava inclusa, nas dinâmicas comerciais e marítimas do período e até mesmo no processo de alimentação da população escravizada que era transportada nos navios negreiros. Ao mesmo tempo, que estava alimentando as cidades com o comércio dos gêneros alimentícios produzidos às margens do Itanhém, também estava integrada ao fluxo de pessoas e informações.

## 2.4 QUESTÕES ECLESIÁSTICAS E ADMINISTRATIVAS DA VILA DE ALCOBAÇA

As comarcas de Caravelas e Porto Seguro, no Extremo Sul da Bahia, faziam parte do arcebispado do Rio de Janeiro como prelazia, então do ponto de vista eclesiástico estava sob o controle administrativo do arcebispado do Rio de Janeiro, porém do ponto de vista civil e militar a comarca de Caravelas pertencia à província da Bahia. Esta comarca, segundo o historiador David Barbuda G. M. Ferreira<sup>88</sup> se tornou autônoma em 1844, quando houve uma reestruturação da divisão judiciária da província da Bahia e esta foi desmembrada da comarca de Porto Seguro. Segundo Francisco Cancela<sup>89</sup> o fato de as vilas da comarca estarem ligadas ao bispado do Rio de Janeiro gerava dificuldades impostas pela distância e constantes desassistências espirituais e dificuldades administrativas práticas. Por outro lado, internamente, a ligação da Vila Alcobaça com a Vila de Caravelas, sede da comarca, não acontecia somente do ponto de vista administrativo, mas também por relações sociais, sendo que alguns dos moradores de Alcobaça foram<sup>90</sup>, em outro momento, ou em um primeiro momento, moradores de Caravelas. A fundação do Arraial do Itanhém aconteceu também através do avanço de agricultores de mandioca de Caravelas em busca de novos terrenos para agricultura e o combate a grupos indígenas que viviam na região para esbulho de suas terras.

---

<sup>88</sup> FERREIRA, David Barbuda Guimarães de Meneses. “**Entre contatos, trocas e embates: Índios, missionários e outros atores sociais no sul da Bahia (século XIX)**”. **Dissertação** (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2011. p.22

<sup>89</sup> Cancela, Francisco. **A igreja secular na antiga capitania de Porto Seguro: um estudo sobre expansão e organização eclesiástica no fim do período colonial**. História (São Paulo) [online]. 2022, v. 41 [Acessado 5 janeiro 2023], e2022044. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022044>>. Epub 16 Dez 2022. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022044>.

<sup>90</sup> CANCELA, 2012, p.198.

No período de recorte desta pesquisa (1845-1854), a freguesia de São Bernardo da vila de Alcobaça era parte da comarca de Caravelas que estava administrativamente ligada à província da Bahia, mas eclesiasticamente ligada ao bispado do Rio de Janeiro<sup>91</sup>. Porém, em 1851 já existiam discussões na Câmara dos Deputados do Império para que não somente na Bahia e em relação às comarcas de Porto Seguro e Caravelas, mas também outras regiões do Brasil que passavam pelas mesmas situações fossem reorganizadas para que a circunscrição eclesiástica estivesse conforme a circunscrição civil e assim fosse facilitado o trânsito de pessoas e documentos.

O Arcebispado de Pernambuco, por exemplo, possuía freguesias e prelazias no território administrativo da província da Bahia, o mesmo acontecia em São Paulo e Minas Gerais. A comarca eclesiástica de Caravelas passa a fazer parte do Arcebispado da Bahia pelo Decreto Consistorial de 25 de maio de 1854 e, por sua vez, o vigário colado da freguesia de Caravelas, Norberto da Costa e Silva, se torna Vigário Geral da comarca eclesiástica de Caravelas<sup>92</sup> e, sendo assim, todas as freguesias da comarca eclesiástica de Caravelas passam a fazer parte do Arcebispado da Bahia, sendo estas as freguesias das vilas de Caravelas, Alcobaça, Prado, Vila Viçosa e Porto Alegre.

A Freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça era geograficamente a menor vila da comarca de Caravelas, segundo dados levantados por Francisco Cancela<sup>93</sup> com a extensão de 4 léguas de norte a sul, terminado do lado norte no sítio Guaratiba e do lado sul na ponta da Baleia. No entanto, possuía, segundo dados recolhidos pelo mesmo autor, a terceira maior população da comarca, maior até mesmo que a população de Prado, que, no período, 1817, possuía 760 pessoas e Alcobaça 800 pessoas.

Bem como os órgãos administrativos do império, a exemplo da câmara e da cadeia, eram deficitários em sua atuação e deficientes em sua estrutura, os da Igreja Católica não eram dissonantes. A presença católica analisada no recorte geográfico e temporal desta pesquisa pode ser caracterizado por uma instituição que enfrentava dificuldades de diversas ordens para se manter atuante, não é uma Igreja forte e plenamente instalada, mas uma instituição que está ampliando sua malha, porém com restrições e na base de muita negociação com os diversos agentes sociais deste território e somando-se a isso as dificuldades administrativas e geográficas que o arcebispado do Rio enfrentava para prestar a

---

<sup>91</sup> ADTFC-Arquivo da Cúria Diocesana de Teixeira de Freitas/Caravelas, caixa 23, maço 2303.

<sup>92</sup> O Noticiador Católico (BA) - 1849 a 1855, Ano 1855\Edição 00103, (1)  
<http://memoria.bn.br/DocReader/709786/2329> acesso em 01 de janeiro de 2023

<sup>93</sup> CANCELA, 2021, p.332

assistência adequada a região. Não podemos reduzir a força das políticas indígenas contra a presença católica e colonizadora, que faziam “corpo mole,” recusavam-se a ir à missa, escondiam seus filhos.

David Ferreira<sup>94</sup>, quando escreve sobre os esforços do governo provincial para prover a comarca de Caravelas com missionários e os constantes pedidos dos moradores por eles, que são caracterizados como mediadores no processo de colonização, já que os ataques militares por vezes geravam respostas ainda mais violentas. O autor ainda expõe que, com a publicação do Regimento das Missões de 1845, ficou aprovado o envio para a região de Capuchinhos italianos e um dos pontos acordados era a elevação da cônica<sup>95</sup>. A via da catequese e da tentativa de estabelecimento de aldeamentos era uma forma de tentar reduzir os conflitos com os diversos grupos indígenas que viviam nos sertões, que não significavam maior dignidade no tratamento, apenas uma alteração na estratégia.

O mesmo autor<sup>96</sup> demonstra que os grupos indígenas eram contatados pelos missionários por meio de uma “língua”. Não muito diferente de 1500, se embrenhavam nas matas, esperavam o grupo, ofereciam presentes, machadinhas e outros itens que possuíam função de uso para estes grupos, que acabavam por ser um convite ao aldeamento e estes por sua vez recebiam e se retiravam e, em uma segunda oportunidade, fingiam nunca terem sido contatados antes e recebiam novos presentes, que, algumas vezes, trocavam com moradores de vilas próximas por outros bens que os interessassem, Brasil imperial não era para amadores, sobrevivência requeria agência e estratégia.

Existiam dificuldades para a provisão de párocos e também de missionários, já que estes realizavam funções diferentes no império e o seu número ou interesse não eram sempre suficientes às demandas apresentadas. A paróquia ou freguesia como propõe Francisco Cancela<sup>97</sup> era a menor unidade da administração religiosa no funcionamento da burocracia e do controle da igreja secular, estava ligada a um templo, a um orago particular e ao seu culto, no caso de Alcobaça, o orago era São Bernardo, porém uma vila poderia ter, dependendo do seu tamanho, mais de uma freguesia ou várias, todavia também faziam parte do território da freguesia as áreas rurais da vila.

---

<sup>94</sup> FERREIRA, 2011, P.73

<sup>95</sup> De acordo com Afonso de Graça Filho e Douglas Cole Libby (2016, p.11) A cônica era um pagamento que os párocos e missionários recebiam do Estado até a instalação da República, e estes deveriam cuidar da catequese dos indígenas e da manutenção dos registros paroquiais que figurava entre as principais responsabilidades desses eclesiásticos no regime do padroado régio.

<sup>96</sup> FERREIRA, 2011.

<sup>97</sup> CANCELA, 2021 P.328-329

A freguesia era cuidada por um padre enviado para o corrente fim e este sacerdote possuía obrigações. Além das obrigações espirituais e eclesiásticas, também cuidavam de questões administrativas e civis. Um exemplo é a responsabilidade dos párocos quanto a realização do registro eclesiástico de terras, que, após a lei de terras de 1850, precisava ser realizado. Segundo Lana Lage da Gama Lima<sup>98</sup> o padre, os missionários, coadjutores, cônegos, bispos e ministros diocesanos eram pagos com a cônica, que por vezes atrasava ou era de um valor inferior ao necessário. Eventualmente, as cônicas pagas com atraso, com baixos valores e até inexistentes causavam ausências de párocos ou mobilidades destes em determinadas freguesias. Além de todas as questões administrativas, havia também as transgressões dos padres, que não eram poucos e algumas vezes se tornavam processos<sup>99</sup> devido às reclamações apresentadas pelos fregueses. Em 1819, os padres da freguesia de São Bernardo de Alcobaca e Nossa Senhora da Purificação da Vila do Prado foram denunciados pela prática do “*concubinato*”<sup>100</sup>, o pecado da carne:

Na vila do Prado, cometendo “grande escândalo aos seus fregueses”, o vigário José Lopes Ferreira vivia de “amizade ilícita” com a índia solteira chamada Tereza de tal. Em São José de Porto Alegre, o padre Manuel Mendes de Sá igualmente caiu em tentação ao se amancebar com uma índia solteira, de cuja relação parece ter surgido uma criança que o vigário “tratava como fosse seu filho”. Também teve um filho pequeno com uma mulher de vila Verde o pároco da freguesia de São Bernardo de Alcobaca, José Antônio Rodrigues da Silva, que vivia com a referida mulher “dentro de sua casa com título de comadre.”<sup>101</sup>

Os fregueses da Vila de São Bernardo de Alcobaca presenciaram um trânsito de padres no período que corresponde à pesquisa, já que os assentos são constantemente assinados por padres diferentes, que permaneceram nos anos iniciais por um curto período na vila.

---

<sup>98</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. **O Padroado e a sustentação do Clero no Brasil Colonial**, 2014, p. 49, Saeulum - REVISTA DE HISTÓRIA [30] João Pessoa, jan./jun. 2014. <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12146/22231-44226-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 03 de janeiro de 2023

<sup>99</sup> CANCELA, 2021, P.337

<sup>100</sup> De acordo com Maria Beatriz Nizza (2017, p. 121) a prática do concubinato era vista de modos diferentes pela legislação canônica e pela legislação civil. O direito canônico via como o desprezo ao sacramento do matrimônio e a legislação civil como a co-habitação entre parceiros que viviam como marido e mulher e, de modo geral, era tolerante com a prática, desde que não fosse uma relação adúltera ou sacrílega.

<sup>101</sup> CANCELA, 2021, P.339

**Tabela 1 - Padres na Freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça**

<b>PADRES</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>FIM</b>
Vigário Pedro José Joaquim	1845	1845
Vigário Labat (francês)	1845	1845
Vigário Vicente Ferreira Gama	1845	1849
Francisco Pinto Ribeiro	1849	1949
Francisco José de Oliveira Fonseca	1849	1856

**Fonte:** Livros de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1850-1873). **Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil**

Com o passar dos anos, os assentos de batismos vão sendo registrados no livro por padres diferentes. Com a alteração dos párocos, alteram-se também as informações registradas e a grafia, do mesmo modo que há uma mudança na percepção sobre a vila. No ano de 1847, por exemplo, os registros de batismos estão inacabados, existindo uma nota no fim da página 42 do livro informando que os registros do ano de 1848 desapareceram. Os registros eram provavelmente escritos em uma folha de papel comum e depois transcritos para o livro de assento definitivo. Os batismos realizados pelo vigário Vicente Ferreira Gama em 1849 foram transcritos pelo padre Francisco Pinto Ribeiro, devido ao falecimento do primeiro, a menção do pároco que realizou o batismo foi adicionada ao que desempenhou o assento.

No ano de 1849, também acontece outra mudança: além da presença do padre Francisco Pinto Ribeiro, o registro dos assentos de batismos como “Na Igreja Matriz de São Bernardo de Alcobaça”, que em períodos anteriores eram registrados apenas como “Na villa de São Bernardo de Alcobaça” haja vista que a estrutura não possuía a dignidade necessária para ser chamada de “matriz”. Isto é um indicativo do início da construção da igreja matriz da vila, que demorou anos para ser concluída devido à falta de recursos e trabalhadores especializados.

### 3. O RITO E O SUBSCRITO: O BATISMO E O COMPADRIO NA VILA DE ALCobaça

O rito do batismo de modo objetivo, iniciava o novo convertido à fé católica, independentemente, da sua idade, o rito que tradicionalmente se aplicava às crianças, classificadas como “*inocentes*”, aqueles até sete anos, também era estendido às crianças após os sete anos, que já eram consideradas como portadoras de consciência e aos adultos que eram batizados em pé, sejam estes adultos indígenas, africanos ou judeus. Segundo Stephen Gudeman e Stuart B Schwartz<sup>102</sup> o compadrio é produzido dentro da Igreja e os indivíduos o carregam para fora dela, logo ele é projetado para o ambiente social, os autores caracterizam o vínculo gerado pelo rito do batismo da seguinte maneira:

O compadrio é uma maneira de vincular as pessoas entre si. É um sistema de relações espirituais que emana da Igreja. Embora o compadrio esteja projetado no âmbito social, como instituição nunca perde seu fundamento e ressonância espirituais. Na prática, o compadrio se soma a outros tipos de alianças, e esse complexo global do sagrado e do secular determina quem é selecionado para integrar a relação.<sup>103</sup>

Para além da sua relevância e implicações sociais, o rito do batismo era uma prioridade eclesial, ninguém deveria morrer sem o batismo. Em uma situação normal ele era realizado pelo pároco dentro da igreja matriz, em situações adversas, como o risco de morte, poderia ser realizado pelos fiéis. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707<sup>104</sup>, que instruíam, orientava e normatizava a liturgia e as práticas católicas, solicitava aos párocos que estes instruissem as paróquias sobre a administração do batismo, para que em risco de vida, a criança em questão não morresse “*pagão*”, foi o que aconteceu com José:

“Aos cinco dias do mês de setembro de mil e setenta e cinco anos nesta Freguesia de São Bernardo da Villa de Alcobaça pus os santos óleos ao innocente José **baptizado em caza por nascer em perigo de vida** no dia vinte e nove de agosto do mesmo anno, filho legítimo de Porcino Fontura do Carmo e de

<sup>102</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. **Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII**. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora brasileira; CNPq, 1988 [1984], p. 33-59.

<sup>103</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. **Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII**. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora brasileira; CNPq, 1988 [1984], p. 33-59. p. 24

<sup>104</sup> VIDE, Sebastião Monteiro Da. “**Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**”. FEITLER, Bruno, Et. All. (Orgs.) “*Estudo Introdutório e edição*” São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010



sua mulher Bernarda Maria do Carmo, foi seu padrinho João Guerreiro do Valle Timbahiba todos os moradores desta Villa. Do que para constar fiz este assento que assignei.

O Vigário Francisco José de Oliveira Ferreira”<sup>105</sup>

Em 29 de agosto de 1851 Bernarda Maria do Carmo teve complicações no parto que colocaram em risco a vida do pequeno José, e este, mesmo longe da igreja, teve administrado o sacramento. Urgência foi tamanha, que José fora batizado apenas com padrinho, sem nenhuma madrinha que cumprisse suas responsabilidades espirituais. O assento, o único do tipo registrado na década do estudo, é ilustrativo da relevância do rito para a sociedade da época.

Quanto à vila de São Bernardo de Alcobaça, para a análise que aqui se propõe, foram verificados 842 registros eclesiásticos de batismos dos anos de 1845-1856. O conjunto de dados tabulados cobre uma década sobre a sociedade em questão, já que os assentos correspondentes ao ano de 1847 desapareceram em razão da morte do pároco, e por consequência não teremos os dados referentes. O vigário Vicente Ferreira Gama realizou batismos na freguesia até o ano de 1849, porém através da sua morte aprendemos que os registros eram realizados em um papel provisório e depois transcritos para o livro de assentos definitivo. Sendo assim, os registros provisórios do ano de 1848 desapareceram no processo de transição de Vicente Ferreira Gama para o novo vigário Francisco Pinto Ribeiro, e assim não foram transcritos para o livro final, o nosso objeto de tabulação. É relevante notar que a mudança dos párocos altera também a quantidade ou tipo de informações recebidas no assento, voltaremos neste assunto em outro momento.

---

<sup>105</sup> Registro de Batismo de José. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1850-1873, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 11

**Tabela 2 - Número de batismo por ano 1845-1856**

Ano	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
1845	85	10,1
<b>1846</b>	98	11,6
1847	10	1,1
<b>1848</b>	1	0,1
1849	60	7,1
1850	56	6,6
<b>1851</b>	98	11,6
1852	104	12,3
<b>1853</b>	78	9,2
1854	107	12,7
1855	81	9,6
<b>1856</b>	64	7,6
Total	842	100,0

**Fonte:** Livros de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1850-1873). **Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil**

A realização do rito da vila de Alcobaça era frequente e constante, acontecia normalmente quando a criança possuía em torno de um mês ou alguns dias de nascida, o que faz parte de uma das exigências das Constituições. Do total de assentos tabulados sobre a Freguesia de São Bernardo de Vila de Alcobaça, observou-se que os anos de 1854 (12,71%), 1852 (12,35%), 1846 (11,64%) e 1841 (11,64%) tiveram maior frequência de batismos (Tabelas 2 e 3). Com relação ao sexo dos catecúmenos registrados pelo pároco, 51,07% deles foram registrados como do sexo feminino, enquanto 48,01% foram registrados como do sexo masculino no período avaliado de 1845-1856.

**Tabela 3 - Número de batismo por ano e sexo 1845-1856**

Ano	Feminino		Masculino		Não definido	Total	
	N	%	n	%		n	%
1845	44	51,7	41	48,2	0	85	10,1
1846	46	46,9	52	53,0	0	98	11,6
1847	8	80,0	2	20,0	0	10	1,1
1848	0	0,0	0	0,0	1	1	0,1
1849	23	38,3	37	61,6	0	60	7,1
1850	35	62,5	21	37,5	0	56	6,6
1851	45	45,9	53	54,0	0	98	11,6
1852	55	52,8	49	47,1	0	104	12,3
1853	38	48,7	40	51,2	0	78	9,2
1854	69	64,4	38	35,5	0	107	12,7
1855	34	41,9	47	58,0	0	81	9,6
1856	33	51,5	31	48,4	0	64	7,6
Total	430	51,0	411	48,8	1	842	100

Fonte: frequência absoluta; %: frequência relativa Fontes: **Livros de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1845-1873)**. Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

Através da Tabela 3, podemos notar que nos anos pesquisados havia entre os nascidos na vila, um relativo equilíbrio entre os batizados quanto a questão do gênero dos nascidos e batizados naquele período. Não houve entrada significativa de adultos escravizados, então podemos constatar que se havia um desequilíbrio entre os gêneros na vila que poderia interferir no padrão de formação familiar, este não estava relacionado a população escravizada, mas a outros fatores como a mobilidade da população livre, entre eles os indígenas que podem ter influído na configuração ou reconfiguração do perfil social da vila.

### 3.1 AS FAMÍLIAS NO RITO DO BATISMO: AS LIVRES E A ESCRAVIZADAS

O conceito de família poderá sempre ser considerado complexo e polissêmico, já que, dependendo do lugar, do tempo e do olhar, o que é considerado família para um grupo, pode não ser aceito por outro. Normalmente, o apelo mais comum ao conceito seria a ideia de consanguinidade, porém o próprio rito do batismo era uma ampliação da família, pois estabelecia um vínculo espiritual, e o padrinho passaria a não poder, por exemplo, se casar com a afilhada, pois estes estavam vinculados verticalmente como parentes, pertencentes assim a uma mesma família espiritual<sup>106</sup>. Poderemos então pensar nas famílias que aqui se apresentam a partir de diferentes perspectivas e construções, na maioria dos casos cruzando binômios correlatos.

Os dados que conseguimos levantar nos permitem traçar um mínimo perfil das famílias alcobacenses do período, para tanto, precisamos inicialmente compreender algumas coisas. Os filhos das famílias reconhecidas pela igreja católica serão classificados como legítimos, ou seja, filhos daquelas que foram constituídas segundo as regras da própria igreja. Os filhos das famílias oriundas de um relacionamento, fora do reconhecimento da Igreja, eram classificados como naturais, estas eram famílias que os pais viviam no que era denominado de “concubinato” ou “amasiados” “de portas adentro”. Existiam também os filhos que na pia baptismal eram classificados como ilegítimos, oriundos de relações classificadas na época como “espúrias” (adulterinas) ou sacrílegas (filhos de padres), o qual uma das partes não poderia ser apresentada.

As pesquisas, quanto à questão da ilegitimidade e da legitimidade na descendência de famílias livres e escravas no Brasil, tem apresentado diferentes resultados, dependendo do contexto histórico, econômico e social de cada região. A historiadora Kátia M. de Queirós Mattoso<sup>107</sup> em seu clássico estudo “*Bahia século XIX: Uma província no Império*” afirma que em relação à *cidade da Bahia* (Salvador):

“[...] Os registros de batismos confirmam os dados do recenseamento de 1855 e dos inventários *post mortem* da década de 1850. Sobretudo as camadas populares, as pessoas se casavam pouco, porque a cerimônia custava caro e não havia reprovação grave em relação às uniões livres. Entre 1850 e 1875. Só 12,3% dos casamentos

---

<sup>106</sup> VIDE, Sebastião Monteiro Da. “**Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**”. FEITLER, Bruno, Et. All. (Orgs.) “Estudo Introdutório e edição” São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

<sup>107</sup> MATTOSO, Kátia M. Queirós. “Bahia, século XIX: Uma província no Império” Ed. Nova Fronteira, 1992.

celebrados na paróquia da Sé envolviam cônjuges de cor. Nas certidões de batismos era muito comum aparecer apenas o nome da mãe.”<sup>108</sup>

Logo, segundo a autora, casamento legitimado pela igreja não seria uma necessidade social relevante para os fregueses da Igreja da Sé, ainda mais diante do custo para realização dos banhos nupciais e outras taxas referentes à ordenação do sacramento. Considerando que Kátia Mattoso está observando uma realidade de alta presença de escravizados, vale ressaltar que sua análise está ponderando tanto o comportamento da população livre como da população escravizada.

Ainda sobre a questão da legitimidade e ilegitimidade, descolando um pouco da Bahia, Silvia Brügger<sup>109</sup> analisando a sociedade de São João Del Rei, em Minas Gerais, no século XVIII, afirma<sup>110</sup> que: “Em algumas áreas o casamento seria mais viável do que em outras. No caso de Minas Gerais, porém, área de grande mobilidade espacial e social e onde os núcleos urbanos mais se fizeram presentes, continua-se a afirmar a raridade das uniões sancionadas pela Igreja.” Logo, segundo Brügger, o casamento não era uma possibilidade para todos no contexto de Minas Gerais do período observado. Porém, a mesma autora<sup>111</sup> apresenta uma preponderância de legítimos sobre ilegítimos: “Os nascimentos legítimos, em geral, oscilaram no intervalo entre 50% e 60% dos batizados, atingindo seu ponto máximo, entre 1781 e 1790, com 61,56%”. Ou seja, a presença de ilegítimos era inferior à presença de legítimos na realidade observada pela autora, mesmo sendo significativa, era inferior.

Voltando para a Bahia, a historiadora Uerisleda Alencar Moreira<sup>112</sup>, analisando o rito do batismo na Freguesia de Santo Antônio da Vila de Caravelas entre os anos de 1840 e 1860, encontra 51,3% de crianças legítimas e 46,1% de filhos naturais. Sendo importante ressaltar a freguesia de Caravelas como vila vizinha de Alcobaça, que faziam parte da mesma prelazia. Sobre o dado apresentado pela autora, nota-se um equilíbrio de forças entre legítimos e ilegítimos, o que pode indicar uma relevância social do casamento católico nesta sociedade no período.

---

<sup>108</sup> MATTOSO, Kátia M. Queirós. 1992, P.157

<sup>109</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. “Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730-1850)” IX Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2000. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2000/brugger.pdf> acesso em 08/08/2022.

<sup>110</sup> BRUGGER, 2000, p.39

<sup>111</sup> BRUGGER, 2000, p.40

<sup>112</sup> MOREIRA, Uerisleda Alencar. “Laços afetivos e familiares: Relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas”, BA, entre 1840-1960”. Dissertação (mestrado), Programa de Mestrado em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2014. P. 57

Em uma pesquisa anterior<sup>113</sup> sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, foram analisadas duas pias batismais distintas, a pia batismal da Igreja Matriz (urbana) e a pia batismal do oratório da fazenda Helvetia I da Colônia Leopoldina (rural). Na pia batismal da Igreja Matriz foi possível encontrar entre os anos de 1842-1849 uma paisagem de 50,2% de filhos legítimos e 49,7% de filhos naturais, uma realidade urbana praticamente equilibrada entre ambos. Já quando analisamos os dados da pia batismal da fazenda Helvetia I, encontramos um total de 42,6% de adultos<sup>114</sup> e os filhos naturais 38,1%. Quanto aos batizados de livres e libertos, representaram apenas 10,5% do total de assentos.

Considerando que a Colônia Leopoldina era uma área de *plantation*, podemos perceber como neste contexto a preponderância da população escravizada influi nesta relação de legitimidade/ilegitimidade. Dentro da Vila Viçosa, nota-se uma presença significativa de legitimidade, e enquadrado no contexto da grande lavoura, há uma presença massiva de ilegitimidade e ausência paterna no registro batismal, o que é diretamente influenciado por uma presença escravizada e adulta, seja por questões financeiras, senhoriais ou por desinteresse neste tipo de sacramento, juramento formal. É relevante informar, que neste local, a preponderância do sexo masculino em relação ao feminino estava diretamente relacionada a entrada de constantes grupos de africanos adultos nas fazendas da Colônia Leopoldina no período pesquisado, que gerava um desequilíbrio significativo entre os sexos em idade adulta, como Robert Slenes, Stuart Schwartz e Iraci Costa<sup>115</sup> onde também notaram o mesmo fenômeno. Porém, em contraste aos dados analisados pelos autores quanto a Lorena no século XIX, não foram encontrados entre os grandes plantéis da Leopoldina uniões escravas legitimadas pela igreja, no entanto, o desequilíbrio entre os sexos permitia as mulheres relações afetivas estáveis dentro das senzalas e até mesmo com alguns homens livres. O mesmo, já não se pode afirmar para os homens, já que este desequilíbrio causava, em alguns momentos, tensões e conflitos<sup>116</sup> entre eles pelo afeto de uma determinada mulher.

Segundo a historiadora Sheila de Castro Faria<sup>117</sup>, em sua obra “*a Colônia em movimento*”, a localidade e a atividade produtiva possuíam peso sobre os padrões familiares

---

<sup>113</sup> SILVA, 2011, p.28

<sup>114</sup> Era recorrente em áreas de *plantation* a presença de adultos na pia batismal, o dado significa que este adulto escravização chegou de África e foi recentemente comprado.

<sup>115</sup> COSTA, I N e SLENES, R W e SCHWARTZ, S B. **Família escrava em Lorena (1801)**. Estudos Econômicos, v. 17, n. 2, p. 245-95, 1987 Tradução . . Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/45e226de-2df1-438d-94c5-8661e32d90f3/768475.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

<sup>116</sup> CARMO, 2010

<sup>117</sup> FARIA, Sheila de Castro. “A colônia em movimento: Rio de Janeiro: Fortuna e família no cotidiano colonial” Nova Fronteira, 1998. p.52

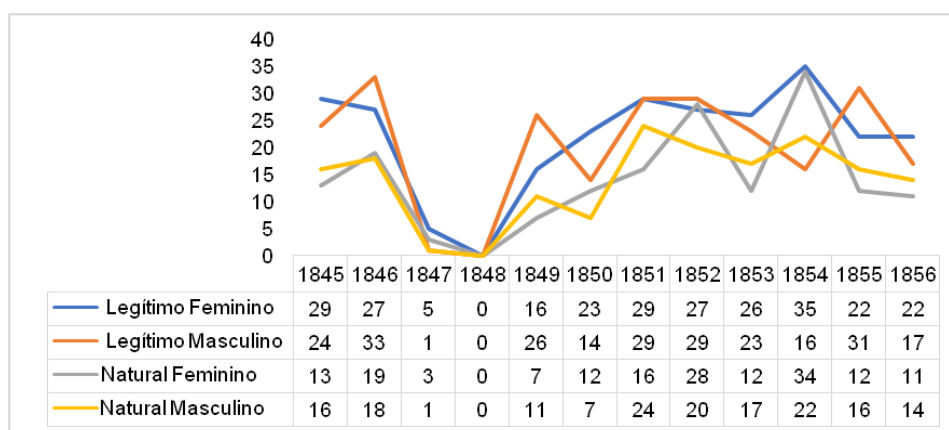
encontrados. Para a autora, formação de família em uma zona mineradora seria diferente da formação de família em uma área de grande porto, e seria a partir desta perspectiva ainda mais contrastante com uma área de economia de subsistência como a Vila de Alcobaça. Sobre esta vila, encontramos os seguintes dados:

**Tabela 4 - Classificação do batizando no período de 1845-1856**

Classificação do batizando	N	%
Legítimo	504	59,8
Natural	333	39,5
Não Informado	04	0,4
Adulto	01	0,1
Total	842	100,0

Fonte: **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1850-1873)**. Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

**Figura 4 - Gráfico de Batizados por sexo**



Quantitativo de batizados por classificação segundo sexo no período de 1845-1856

A Freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça era uma freguesia caracterizada pela economia de subsistência e uma produção totalmente voltada para o mercado interno, ou

o que poderíamos chamar, de economia periférica. Jud B. Barickmam<sup>118</sup> é enfático em classificar a região do extremo sul da Bahia como “pobre e escassamente povoada”. Esta vila, juntamente com outras da região, produziam farinha de mandioca em larga escala como vendas constantes para diversas cidades do império. Dentro deste contexto, poderemos compreender esta vila como composta, predominantemente, por agricultores de mandioca, pescadores de garoupa, uma produção tímida de café e a extração e venda de madeira. Tudo isso realizado com uso de alguma mão de obra escravizada e podemos inferir que não somente escravizada, afinal esta era e ainda é uma região com uma população indígena significativa.

Retomando a questão da legitimidade na freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça, foi encontrada uma população de 59,86% de legítimos e 39,5% de naturais. Os dados encontrados nesta vila estão, de certo modo, em consonância com os dados encontrados nas outras vilas próximas, a saber, a vila de Caravelas e a vila Viçosa<sup>119</sup>. Em todo caso, nos coloca diante do dilema do copo, está meio cheio ou meio vazio? Temos uma maior proporção de casamentos legitimados durante o período do recorte, mas se estamos tratando com uma sociedade que já foi descrita como empobrecida, o que a levou ao pagamento dos custos referentes ao casamento católico? É também necessário levar em consideração que estamos tratando de uma realidade fora da pressão e trânsito da zona do recôncavo ou da zona mineradora, áreas onde as possibilidades de migração e fluxo populacional eram maiores, o que poderia influir diretamente na estabilidade da família livre ou escravizada. O que notamos nesta região da província da Bahia é uma postura que poderíamos classificar como camponesa, em relação ao matrimônio católico como forma de expressão familiar. Já que para o modo de vida rural a família é um esteio fundamental.

Por outro lado, também deve ser considerado que a população escravizada presente na vila de Alcobaça era menor que as de outros estudos com alta taxa ilegitimidade. Lembrando que, se existia um incentivo jurídico para os senhores levarem seus escravizados ao batismo, o registro do batismo poderia assegurar tanto a posse, como um registro escrito da alforria, o

---

<sup>118</sup> BARICKMAM, Bert Jud. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ªed 2003. P.153

<sup>119</sup>SILVA, Aretuza da Cruz. “**Ungindo com os óleos santos na Bahia dos oitocentos: Compadrio entre escravos em Vila Viçosa e Colônia Leopoldina (1842-1849)**.” Monografia (pós-graduação em História do Brasil) Faculdades Integradas Jacarepaguá, 2011; MOREIRA, Uerisleda Alencar. “Laços afetivos e familiares: Relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas, BA, entre 1840-1960”. Dissertação (mestrado), Programa de Mestrado em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2014.



mesmo incentivo não havia quando se tratava do matrimônio. Logo, a taxa de ilegitimidade em áreas de grande população escravizada era alta. Já que também, esta parte da população poderia simplesmente não ter interesse e não atribuir valor ao casamento católico, já que este poderia não possuir valor ou significado. Então, neste primeiro momento, entendemos que a elevada taxa de legitimidade na vila de Alcobaça está ligada à presença majoritária de uma população livre.

### **3.1.1 As famílias livres**

Os filhos oriundos de famílias legítimas presentes à pia batismal da Vila de Alcobaça formaram um número considerável, 504 inocentes. Estas crianças já nascem em um contexto social e hierárquico diferente. São filhos de um casamento legítimo, com nome e sobrenome, e algumas vezes, herdavam dos pais um patrimônio familiar, mas também um patrimônio intangível: junto com o nome atribuído ao batismo vinha o legado da família, social ou político, e a influência na vila e na região. Não teremos estes benefícios sendo legados dentro do mesmo modo às famílias escravas, já que não há um patrimônio material a transmitir.

No rito do batismo, a característica básica de uma família legítima, além da própria classificação pelo pároco, é a de uma união sacramentada. Era o rito católico do casamento que legitimava a relação, e apontava para a principal diferença dos filhos legítimos para os chamados de naturais. E alguns pais destas famílias legítimas eram também pais de filhos ilegítimos, que jamais serão publicamente assumidos, exatamente pela característica adúltera da relação, condenável pela igreja e pela sociedade. A negação da filiação não será apenas devido à perspectiva do pecado, mas o reconhecimento paterno e materno na pia poderia gerar o direito a herança, o que era a todo custo negado para filhos ilegítimos, mas não necessariamente para os naturais.

**Tabela 5 - Associação da classificação do batizando com a sua condição jurídica no período de 1845-1856**

Classificação do Batizando	Escravo	Livre	Forro de Pia	Não Informado
Legítimo	12	491	0	0
Natural	151	177	3	2
Não Informado	1	1	0	2
Adulto	1	0	0	0
Total	165	669	3	4

Fonte: **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1850-1873)**. Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

Como é possível analisar na Tabela 5, a relação entre legitimidade e liberdade era incontestável, do total de crianças legítimas presentes à pia batismal, 491 delas eram livres, são estas as que possuíam um pai que a reconheciam publicamente, um diferencial relevante em uma sociedade patriarcal e católica. Sobre as famílias legítimas e escravizadas discutiremos no próximo capítulo.

No dia 02 de janeiro de 1852, Antônio Ignácio Simões compareceu à pia batismal com sua esposa Rozaura Francisca dos Prazeres, para o batismo de sua filha legítima Idalina<sup>120</sup>, como padrinhos Antônio escolheu formar laços de parentesco horizontais, ou seja, pessoa de uma condição social semelhante à sua, sendo então os padrinhos de Idalina, Pedro Antunes Guerra e Thereza Maria dos Prazeres. Alguns anos antes, Pedro Antunes Guerra, quando realizou o batismo de seu filho Antônio<sup>121</sup>, em 16 de abril de 1846, o pai convidou o vigário Vicente Ferreira Gama para ser padrinho do seu rebento e para madrinha D. Izabel Maria Fagundes. Estes exemplos, servem para ilustrar o modo como as famílias livres e legítimas da vila de Alcobaça formavam laços de sociabilidades entre os seus semelhantes hierárquicos<sup>122</sup>, alargando o parentesco ritual no seu próprio círculo. O que não pode ser compreendido apenas como um rito, mas como a formação de uma rede de sociabilidade, eles não estão apenas

<sup>120</sup>Registro de batismo de Idalina. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 42. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873

<sup>121</sup> Registro de batismo de Albino. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 25. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1850

<sup>122</sup> É importante lembrar que existem muitos tipos diferentes de livres. Ser livre, simplesmente, não faz de ninguém semelhante hierárquico de outrem. A princípio, trata-se apenas de uma semelhança jurídica.

legando padrinhos, mas padrinhos que dentro daquela sociedade possam oferecer um apoio espiritual, social e quiçá financeiro em um possível momento de dificuldade. Kátia Mattoso<sup>123</sup> apresenta que dos laços de apadrinhamento com uma família influente poderia depender o destino social das crianças, vejamos:

Como o apadrinhamento era uma via de multiplicação de solidariedades, um fator de coesão do grupo, um motor de todas as promoções. Verdadeira clientela, frequentemente constituída de afilhados, filhos de afilhados, agregados, alforriados e parentes distantes, a parentela podia, inclusive, ter um aspecto unilateral: uma pessoa podia considerar-se parente de outra, mesmo que esta negasse.<sup>124</sup>

Kátia Mattoso está explicitando a economia de privilégio no seio das sociedades baianas. Em diferentes vilas, formaram-se aos pés da pia batismal redes para além dos laços de consanguinidade, estes apadrinhamentos ampliavam as possibilidades de socorro em momentos difíceis. Dentro desta perspectiva, vejamos o caso de Martinho Pavão da Silva. Em 09 de março de 1845, encontramos ele e sua esposa Bernarda da Silva Conceição batizando a sua filha Theodora<sup>125</sup>, filha livre e legítima. Em 21 de janeiro de 1847, o casal reaparece batizando outra Theodora<sup>126</sup>, é possível que a primeira tenha falecido e por tradição a família repetiu o nome. Em 1852, Martinho chega à pia com Leonor<sup>127</sup> nos braços, e ela é batizada, sua mãe é registrada no assento como “já falecida”. Já 1854 um novo batismo acontece. O inocente João<sup>128</sup> chega, com Martinho Pavão da Silva e sua nova esposa Bernarda Maria de Jesus, e em 1855 volta e batiza Victória<sup>129</sup>. Homens com filhos em um Brasil rural ou mesmo urbano tendiam a contrair um novo matrimônio rapidamente, o nosso personagem não foi diferente.

---

<sup>123</sup> MATTOSO, Kátia M. Queirós. “Bahia, século XIX: Uma província no Império” Ed. Nova Fronteira, 1992.

<sup>124</sup> MATTOSO, 1992, p. 176-177.

<sup>125</sup> Registro de batismo de Theodora. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 03. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1850

<sup>126</sup> Registro de batismo de Theodora. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 39. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1850

<sup>127</sup> Registro de batismo de Leonor. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 46. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873.

<sup>128</sup> Registro de batismo de João. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 46. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1850-1873

<sup>129</sup> Registro de batismo de Victória. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 59. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1850

Quem são os homens e mulheres que Martinho Pavão da Silva escolheu, junto com suas esposas, para constituir laços de parentesco ritual e reafirmar sua rede de sociabilidade? Como padrinhos foram escolhidos homens livres com nome e sobrenome, todos residentes na própria vila de Alcobaça, sendo que com Antônio Ferreira Loures estabeleceu laços de compadrio por duas vezes e, fugindo à regra<sup>130</sup>, convidou o vigário Francisco José de Oliveira Ferreira para padrinho do seu último filho registrado no período. Como madrinhas apresentam-se à pia duas mulheres livres e por três vezes recorre à Nossa Senhora da Conceição como advogada e madrinha. Martinho Pavão estava ampliando suas redes de relacionamento horizontalmente, entre os seus.

### 3.1.2 As famílias escravizadas

Kátia Mattoso<sup>131</sup> usa o termo “família parcial” para descrever a situação das famílias escravas no contexto pesquisado, pois, diferente dos filhos das famílias livres, que eram constantemente classificadas como legítimos, as famílias formadas sob a opressão da escravidão possuíam seus filhos classificados como “naturais”, levando Mattoso a denominá-los “parciais” pela ausência paterna no registro, mesmo utilizando o termo da autora se faz necessário pontuar que a inexistência de uma figura paterna no registro não torna uma família “menos” família ou família pela metade. Esta ausência paterna acontece por questões diferentes que não estão necessariamente relacionadas ao desconhecimento do genitor. Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>132</sup> em *“Família e herança no Brasil Colonial”* discute sobre vários casos em diferentes vilas do Brasil Colonial, onde pais e mães assumem filhos no leito de morte e, em testamento e algumas solicitações, escrituras de perfilhação demonstram que sempre estiveram presentes e supriram os ditos filhos ilegítimos. Ou seja, constantemente estes pais eram conhecidos, conviviam com seus filhos, mas por viverem em uma situação reprovada pela Igreja seus nomes não eram mencionados no registro eclesiástico.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>133</sup>, recomendava que o nome de pais, sem legítimo matrimônio, só o fosse registrado quando conhecido por todos da localidade e sem possibilidade de escândalo, mas, caso houvesse a possibilidade, não seria

---

<sup>130</sup> De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (VIDE,2010, p.153) os religiosos não poderiam ser padrinhos.

<sup>131</sup> MATTOSO, 1992, p.166.

<sup>132</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Família e herança no Brasil Colonial.” Salvador:EDUFBA,2017.

<sup>133</sup> VIDE, Sebastião Monteiro Da. 2010, p. 156

registrado. A instrução foi levada ao pé da letra, em raros casos párocos registraram o nome dos pais em registros de filhos naturais. Quanto à sociedade livre, este é um ponto. Também é uma questão de possível direito de sucessão e herança que este tipo de registro poderia gerar ao filho ilegítimo, como propõe Kátia Mattoso:

Os pais de filhos naturais não gostavam de dar seu próprio nome no dia do batizado da criança, pois isso poderia ser utilizado para um reconhecimento de paternidade exigido pela mãe ou, mais tarde, pelo próprio filho ou sua descendência<sup>134</sup>.

Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>135</sup> sobre os filhos ilegítimos e a herança, expõe que os filhos ilegítimos não recebiam herança como os filhos legítimos, já os naturais, poderiam ou não receber. Quando eram reconhecidos e conviviam com o pai eram encaminhados para algum ofício, instruído nas primeiras letras, porém na maior parte dos casos não recebiam a mesma porção que os filhos legítimos. Dentro deste contexto, podemos considerar como padrão o assento não apresentar o nome do pai, porém, para toda a regra existe exceção. Em alguns casos na freguesia de São Bernardo encontrei alguns nomes de pais no registro de batismos dos filhos classificados como naturais, ou seja, sem um matrimônio reconhecido. É possível que estas relações sejam, como citado anteriormente, conhecida por todos, mesmo sendo concubinato. Vejamos o batismo de Manoel:

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de miloitocentos e cinquenta annos nesta Freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça baptizei solenemente e pus os santos oleos ao innocente Manoel nascido aos dez de outubro do mesmo anno, filho natural de José Cordeiro Varella e Iffigenia Maria de Jesus; forão padrinhos Mariano José de Oliveira e sua mulher Isabel Floripe de Albuquerque todos os moradores desta vila. Do que para constar fiz este apsenso que assignei.

O vig.º Francisco José de Oliveira Ferreira<sup>136</sup>

Durante este período verificamos também outros dois casais, que também viviam em concubinato, moradores da vila do Prado levaram seus filhos até a vila de Alcobaça para receber a água de batismo. É possível que este deslocamento com crianças recém-nascidas estivesse relacionado à disposição do padre em registrar a presença de toda família no assento, o que poderia não acontecer na paróquia vizinha.

---

<sup>134</sup> SILVA, 1992, p.157

<sup>135</sup> SILVA, 1992, Pp.121-144

<sup>136</sup> Assento de Batismo de Manoel. Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1850-1873, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 01

De um modo geral, observou-se a ausência paterna em 332 (39,3%) assentos de batismos, e destes, quanto a sua condição jurídica, 153 escravos e 132 livres. Já discutimos aqui as questões das famílias livres para justificar a ausência paterna, porém, quanto a famílias escravizadas, estas são agravadas ou multiplicadas. Quando os pais eram de escravarias diferentes, o reconhecimento deste vínculo poderia ser evitado e sendo de um mesmo proprietário poderia ser impeditivo em caso de venda. Em um contexto de escravidão da grande lavoura, como o observado pelo historiador Robert Slenes,<sup>137</sup> a formação da família escrava permitia uma maior autonomia ao cativo, mas também o tornava mais vulnerável a uma possível retaliação senhorial. A existência das famílias dentro das senzalas era permitida, tolerada, às vezes incentivadas, ou até mesmo, resultado de um processo de negociação. Ou seja, a formação destes laços afetivos era aceita e desejada pelos senhores, mas a legitimação, era evitada. No contexto das áreas de *plantation* tanto Slenes<sup>138</sup> quando Mattoso<sup>139</sup> vão expor que o casamento legitimado pela igreja era escasso. Um dos motivos é a exigência da própria Igreja através das Constituições:

“Conforme direito divino e humano, os escravos e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhes não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo ou por ter justo impedimento, o não possa seguir, e fazendo contrário pecam mortalmente, e tomam sobre suas consciências as culpas de seus escravos, [...]”<sup>140</sup>

Separar uma família com um matrimônio sacramentado era um pecado condenável e logo um empecilho social em um possível processo de venda, sendo assim, as uniões eram aceitas, porém, raramente sacramentada. No próximo capítulo veremos algumas exceções à regra. Os custos para realização do matrimônio, como já citado aqui, se configuravam como um impedimento aos livres e pobres e ainda maior aos escravizados. José Marcelino da Cunha, em 1813, na “Descrição do Mapa Topográfico da Comarca de Porto Seguro<sup>141</sup>”, aponta que:

---

<sup>137</sup> SLENES, Robert W. “Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX” Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>138</sup> SLENES, Robert W. “Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX” Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>139</sup> MATTOSO, Kátia M. Queirós. “Bahia, século XIX: Uma província no Império” Ed. Nova Fronteira, 1992.

<sup>140</sup> VIDE, 2010, p.259

<sup>141</sup> Descrição do Mapa Topográfico da Comarca de Porto Seguro, com algumas observações tendentes ao melhoramento da mesma Comarca, feita por ordem da Mesa do Desembargo do Paço, em provisão de 25 de agosto de 1813. Porto Seguro, 20 de dezembro de 1813. BNRJ-Manuscritos, I – 28,29,10.

“No bispado do Rio de Janeiro, ninguém se recebe, por mais conhecido que seja, sem que se proceda antes a justificações desnecessárias nas quais se depende pelo menos 8 a 15 mil réis, não contando 960 réis dos banhos, única despesa que se faz no arcebispado da Bahia. Daqui se segue que não podendo a pobreza se casar por falta de meios [...]”<sup>142</sup>

Na primeira metade do século XIX, a Freguesia de São Bernardo de Alcobaça faz parte do bispado do Rio de Janeiro, sendo transferida para o bispado da Bahia em 1854. José Marcelino apresenta os custos para realização de um casamento no Arcebispado do Rio de Janeiro e realiza uma comparação com os custos do Arcebispado da Bahia, segundo ele, menores. De todos os modos, em ambos, uma significativa quantia teria que ser dispensada. Então, mesmo sendo livres e havendo o interesse, sacramentar o casamento já existente, não era sempre possível. Porém, também é necessário que não generalizemos o interesse, alguns ou muitos simplesmente não estavam interessados no matrimônio.

### 3.2 PADRINHOS E MADRINHAS

O rito do batismo colocava o catecúmeno “para dentro” da Igreja Católica, pois era o rito de iniciação, o primeiro rito, um sacramento religioso que tem uma ideologia de irmanamentos em Cristo. Existiam, também, atravessamentos sociais ao rito que usos políticos e sociais que as relações formadas a partir do batismo poderiam (ou não) ter, o que pode também ser chamado de rede de clientelismo. Na pia batismal convivem 3 tipos de relações: uma de maternidade/paternidade (da mãe e do pai com a criança), uma de amadrinhamento/apadrinhamento (da madrinha e do padrinho com a criança) e uma de comadrio/compadrio (entre mães/pais e madrinhas/padrinhos). No batismo de adultos, por exemplo, não há comadrio ou comadrio, pois não estão presentes os pais para formar essa relação com os padrinhos. Tem-se somente apadrinhamento e amadrinhamento.

Os padrinhos e madrinhas, também chamados de comadres e compadres, daí a derivação do termo comadrio, passavam a ter responsabilidade sobre o afilhado, já que a palavra “compadre” deriva do latim “*compater*”, com o sentido de ter uma relação estabelecida pela paternidade. O vínculo fictício e espiritual formado era uma relação duradoura, baseado nesta lógica a escolha de padrinhos e madrinhas para o batismo obedecia

---

<sup>142</sup> In: Cancela, Francisco E. T. Uma “**Relação circunstanciada. de Porto Seguro**”: memória e história dos índios em um manuscrito colonial. *ODEERE*, 3(5), 36-58, 2018 <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i5.4140> . Acesso em 05 de janeiro de 2023, p.134.

diferentes lógicas, em diferentes comunidades étnicas dentro da vila. Segundo Silvia Brügger<sup>143</sup>:

Para os escravos, a escolha dos padrinhos parecia oscilar preferencialmente, entre os dois extremos sociais: padrinhos livres visando a possibilidade de ganhos [...] ou cativos para reforçar as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava<sup>144</sup>.

A escolha de padrinhos poderia ser realizada de modo horizontal ou de modo vertical. A horizontalidade na escolha do compadrio já foi discutida anteriormente, é a escolha conservadora, são aqueles que escolhem pares semelhantes socialmente, era uma postura de famílias livres e socialmente estabelecidas, mas também era a postura de algumas famílias escravizadas e famílias indígenas. A escolha vertical de padrinhos e madrinhas é denominada por Brügger<sup>145</sup> como “alianças para cima” e funcionava no sentido de tentar estabelecer vínculos com quem poderia ter recursos para oferecer ajuda ao afilhado quando fosse necessária, a escolha de padrinhos e madrinhas parece ter na Freguesia de São Bernardo da Vila de Alcobaça obedecido a diferentes princípios ou interesses.

**Tabela 6 - Condição jurídica dos padrinhos no período de 1845-1856**

Condição jurídica do padrinho	N	%
Escravo	81	9,6
Livre	746	88,6
Criado	1	0,1
Forro	3	0,3
Sem identificação	10	1,1
Santa	1	0,1
Total	842	100,0

Fonte: dos **Livros de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1850-1873)**. Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>143</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. “Escolha de Padrinho e Relações de Poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850).” In: CARVALHO, José Murilo de (org.). “Nação e Cidadania no Império.” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>144</sup> BRUGGER, 2007, p.319

<sup>145</sup> BRUGGER, 2007, p.319



Dos laços de compadrio estabelecidos na vila, 88% deles foram realizados com padrinhos livres, o que poderia nos levar a concluir uma postura vertical na escola de padrinhos por parte da comunidade escravizada. Porém, Maria de Fátima R. Neves<sup>146</sup> ao analisar o compadrio entre escravizados em São Paulo afirma sobre sua pesquisa que não podemos fazê-lo, pois não sabemos se estas pessoas livres eram pessoas com posses ou influência, ou apenas livres e empobrecidos, consideramos um laço vertical, por ser um grupo juridicamente superior, o que não significa, financeiramente o mesmo.

Em alguns casos na Vila de Alcobaça, os pais chegam a escolher dois padrinhos livres e nenhuma madrinha. Em uma pesquisa sobre a capela de Alegrete, no sul do Brasil, Luís Augusto Ebling Farrinati<sup>147</sup> faz uma análise sobre os padrinhos preferenciais de batismo e hierarquia social, na qual observa que os campeões de batismos, os oficiais milicianos, os grandes estancieiros e os que possuíam cargos civis eram os mais requisitados para a formação de laços de compadrio. O autor<sup>148</sup> aponta a capacidade de oferecer proteção e recursos materiais como os principais fatores da concentração de compadrios entre os casais observados. Rachel dos Santos Marques<sup>149</sup> analisando o contexto de escolhas de padrinho em Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII, aponta que esta não é a única forma, já que havia uma dispersão das escolhas e demonstra que as pessoas desenvolviam diferentes estratégias para cada momento.

Na vila de Alcobaça, o padrinho mais requisitado foi Bernardo José do Rozário. Durante o período pesquisado, Bernardo não se apresentou à pia desta vila com nenhum filho, apenas como padrinho. É possível que, se ele teve filhos durante o período, os tenha batizado na igreja matriz de Caravelas, já que a igreja de Alcobaça ainda não oferecia a deferência necessária à sua patente. Afirmamos isso, pois, durante a pesquisa sobre Vila Viçosa<sup>150</sup>, foi possível observar que existia uma espécie de demarcação geográfica ou cartografia do

---

<sup>146</sup> NEVES, Maria de Fátima R. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: *História e população: estudos sobre a América Latina*. 1990. p. 237-243.

<sup>147</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling “Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845)” In: **História Social em Registros Paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**/ organização: Roberto Guedes, João Fragoso, -1ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. PP. 121-144

<sup>148</sup> FARRINATI, 2016, p.143

<sup>149</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.

<sup>150</sup> SILVA, Aretuza da Cruz. “**Ungindo com os óleos santos na Bahia dos oitocentos: Compadrio entre escravos em Vila Viçosa e Colônia Leopoldina (1842-1849).**” Monografia (pós-graduação em História do Brasil) Faculdades Integradas Jacarepaguá, 2011.

prestígio: cada pia batismal possuía um tipo de freguês, os senhores de escravos levavam os seus filhos legítimos para serem batizados na igreja matriz na vila, já os filhos ilegítimos eram batizados no oratório da capela da Helvetia I.

Uerisleda Alencar Moreira<sup>151</sup> também evidência este perfil de comportamento, quando demonstra que colonos protestantes da Colônia Leopoldina se casaram na vila de Caravelas, mesmo havendo uma igreja matriz em Vila Viçosa. Este padrão não estaria ligado ao rito em si, de batizar ou casar, mas ao local, o espaço onde este estava sendo realizado e a deferência proporcionada por este.

É possível que os homens mais abastados da vila de Alcobaça se deslocassem até Caravelas, que possuía uma matriz mais bonita e ornada, para batizarem seus filhos com pompa e circunstância. Voltando a Bernardo, inicialmente ele aparece classificado como Capitão Bernardo e, depois de alguns anos, Tenente Coronel Bernardo José do Rozário. Além da sua participação como padrinho nos batismos, também é recorrente sua nomeação como senhor de escravos. Ao final do período pesquisado, o capitão possuía 20 afilhados distribuídos pela vila, caso todos tenham sobrevivido aos primeiros anos da infância. O que significa dizer que, em uma vila tão pequena, várias famílias diferentes se interessaram em estreitar laços com o Coronel Bernardo e nem sempre com sua esposa, já que por vezes ele foi padrinho acompanhado de Nossa Senhora como madrinha. Lembrando que um universo de vinte afilhados, é significativo em relação à relevância de Bernardo como uma autoridade reconhecida, ou apreciada na vila, mas não quanto a padrão de escolha de todos.

A preferência pelo capitão Bernardo, poderia ser não somente pela sua condição financeira como também por sua posição social, ou pela natureza do seu trabalho. Em março de 1848<sup>152</sup> ele está na Vila do Prado com uma força armada sob o seu comando e se apresenta como delegado no processo de resolução do conflito que leva o subdelegado preso e ainda mais um morador. Logo, em um contexto que poderia ser perigoso e hostil, Bernardo possuía este tipo de atuação. Sendo assim, estava munido com a capacidade de oferecer proteção em momento que esta fosse necessária.

---

<sup>151</sup> MOREIRA, Uerisleda Alencar “Laços afetivos e familiares: Relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas, Ba, entre 1840-1860”. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado em História Regional e Local) Santo Antonio de Jesus: 2014, PP. 124-133.

<sup>152</sup> Ofício encaminhado pela Câmara Municipal da Vila do Prado, dirigido à Presidência da Província (Vila do Prado, 09 de dezembro de 1848) Governo da Província: Juizes de Alcobaça:1827-1862, maço:2228

**Tabela 7 - Condição jurídica da madrinha no período de 1845-1856**

Condição jurídica da madrinha	N	%
Escravo	85	10,1
Livre	594	70,5
Forro	6	0,7
Sem identificação	20	2,3
Santa	137	16,2
Total	842	100

Fonte: dos **Livros de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1850-1873)**. Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

Nos dados tabulados no período, existiram 150 mães escravas, porém apenas 85 madrinhas escravas. Existiam opções por madrinhas dentro da mesma senzala e em senzalas próximas e, segundo o que os dados indicam, existiam trânsitos e sociabilidades entre as diferentes senzalas, porém as madrinhas livres foi uma escolha das mães. Surpreende, no entanto, a escolha de Nossa Senhora da Conceição ou do Rosário como madrinha por 137 vezes, 16,27% do total de assentos. Algumas vezes o pároco a registrava da seguinte maneira: “E por advogada Nossa Senhora da Conceição”. Para Kátia Mattoso<sup>153</sup> Nossa Senhora era invocada como madrinha em razão da inexistência de mulheres suficientes para cumprir a função no meio rural.

Porém, como podemos verificar nos dados tabulados, se existiram 842 crianças para serem batizadas, existiram pelo menos 800 mães, dada a possibilidade de a mãe ter batizados vários filhos, logo houve mulheres suficientes para se tornarem madrinhas e, em sua maioria, livres. Sendo assim, a nomeação de Nossa Senhora como madrinha estava relacionada a uma escolha de uma advogada forte para os filhos e não somente à escassez de mulheres. Parece, também, que existiam relacionamentos em que as mulheres não se envolviam, seriam relacionamentos socialmente rejeitados? Aparentemente sim. Até este ponto, ensejamos apresentar, em linhas gerais, o padrão dos batismos da Freguesia de São Bernardo de

---

<sup>153</sup> MATTOSO, 1992, 175

Alcobaça de 1845 até 1856, neste capítulo não destrinchamos o comportamento em diferentes grupos étnicos. Será realizado no próximo capítulo de análise.

#### **4. TECENDO ALGUNS LAÇOS: A FORMAÇÃO DE PARENTESCO ESPÍRITUAL ENTRE AS POPULAÇÕES NEGRAS E INDÍGENAS**

No processo de construção de qualquer discussão, ou tentativa de reconstrução histórica, que possua como foco o sul da Bahia, e creio que esta premissa poderá ser aplicada a todo o Brasil, não é salutar e separar a presença negra da presença indígena. Ambos os grupos estiveram aplicando diferentes estratégias de sobrevivência e resistência ao violento processo de colonização que foi executado nesta região.

Também é necessário refletir que estes grupos étnicos estavam de modo recorrente atuando em solidariedade contra um inimigo comum, e muitas vezes fazendo aliança com este para resolver ou mitigar conflitos internos. Evidenciar um e anular o outro esfacela o processo rico e complexo que é a experiência humana. Por outro lado, também é necessário pontuar que este processo não pode ser romantizado, já que cada sujeito histórico está agindo no seu tempo, segundo os seus interesses e demandas. Logo, aconteceram momentos que grupos indígenas estiveram em lados opostos dos conflitos contra outros grupos indígenas e bem como contra grupos da população negra. Mais uma vez, estavam agindo segundo seus interesses, demandas e necessidades naqueles tempos.

O batismo na vila de Alcobaça pode ser compreendido como um objeto que deixa transparecer a afirmação acima, já que a própria origem da vila se relaciona com as populações indígenas circundantes e a mão de obra negra foi usada, segundo os indícios das fontes, de modo concomitante ao trabalho compulsório indígena.

Foi possível constatar no período do estudo, uma presença negra livre e escravizada menor que a população branca descrita, e a população indígena com participações pontuais aos ritos católicos. Podemos caracterizar as senzalas alcobacenses como pequenas, eram poucos escravizados por senhores e muitos senhores com poucos escravizados, o que pode corroborar a ideia de uma vila sem grandes recursos, mas também nutre a ideia de que outra mão de obra pode ter sido usada nas lavouras que não somente a escrava. Na Tabela 8, temos uma longa lista de senhores de escravos e a recorrência<sup>154</sup> dos seus escravizados nos assentos

---

<sup>154</sup> Corresponde ao número de vezes que uma pessoa de determinado senhor de escravos foi citada nos registros de batismos, logo o total na tabela é correspondente a quantas vezes foram citados, não a quantos indivíduos. Já que Bernardo do Rosário pode ter em sua posse mais de um João.

de batismos. Mantivemos os nomes até cinco recorrências, porém após este, a lista total continuou com vários senhores que possuíam apenas uma recorrência de escravizado participando do rito do batismo.

**Tabela 8 - Recorrência de senhores de escravos na pia de 1845-1856**

<b>Senhores de escravos</b>	<b>Adulto</b>	<b>Criança</b>	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>	<b>Padrinho</b>	<b>Madrinha</b>	<b>Total</b>
Ten. Col. Bernardo José do Rosário		13	13		2	8	36
Manoel Francisco da Rocha Tavares		15	15			3	33
Pedro Antunes Guerra		7	7		1		15
Cap. Joaquim Garcia da Fonseca Júnior		4	4	1	1	5	15
Cap. Joaquim Garcia da Fonseca					10	3	13
D. Rita Maria da Conceição		5	5		2		12
D. Isabel Maria Figueiredo		3	3		1	5	12
Francisco Guerreiro do Valle		5	5		1		11
Estevão José de Matos		4	4		1	1	10
ND/ileg		3	3		2	2	10
Antônio José de Mattos		3	3		4		10
Manoel Francisco de Medeiros		4	4	1	1		10
Tenente José Simplício Trancozo		4	4	1			9
Gaspar Luís Maxado Brandão		3	3	2		1	9
Antônio da Costa e Silva					7	2	9
D. Maria Victória da Conceição		3	3		1	1	8
D. Ursula Maria das Virgens		2	2		1	3	8
José Antônio Guerra Júnior		3	3			1	7
Manoel Candido Medeiros		2	2		3		7
D. Francisca de Paula		1	1		2	3	7
Anna Pereira						7	7
Manoel Cordeiro dos Santos		3	3				6
João José da Silva Gomes Júnior		3	3				6
Bernardo Garcia de Medeiros		3	3				6
Anna Joaquina da Conceição		3	3				6
Vig. Francisco José Oliveira Ferreira		2	2			2	6
José Paulo Medeiros		2	2		1		5
João da Silva Gomes		2	2	1			5
José Pavão de Medeiros		1	1		1	2	5
José Simplício Trancozo					3	2	5

Fonte: dos **Livros de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1850-1873)**. Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil

A recorrência de tantos senhores com poucos escravizados na pia está relacionada a uma questão econômica, diferente das monoculturas como café e a cana-de-açúcar, que necessitavam de uma grande quantidade de braços escravizados, formando o que ficou caracterizado como *plantation*, a cultura da mandioca para a produção de farinha não se processava do mesmo modo. Em 1781, João da Silva Lisboa, que se tornou o Barão de Cairú descreve a produção de farinha de mandioca da seguinte maneira:

A cultura da mandioca forma a base de subsistência dos povos do Brasil. Distinguem-se 4 qualidades; a melhor pela grandeza da sua raiz, não adquire a sua perfeita madureza, senão por ano e meio de terra. Não exponho o modo da sua cultura por ser vulgar a sua descrição e sabida pelos livros. Acrescento, porém, uma cousa contemplável. Cada preto sem dificuldade prepara e planta todos os dias 100 covas de mandioca; qualquer terra a mais medíocre produz 20 alqueires por mil covas. Dois negros, pois, que trabalhassem juntos terão feito em 10 dias planta para 40 alqueires: em outros 10 dias terão colhido e preparo a farinha com o trabalho reunido. El rei dá aos seus soldados uma quarta de farinha cada 10 dias: deste modo os ditos pretos consumirão por ano 20 alqueires e lhe restavam ainda outros 20 para a venderem, tudo fruto de trabalho de 20 dias. Não é fácil achar piaz, onde com 20 dias de trabalho, se tenha pão para todo o ano e ainda alguma coisa de mais<sup>155</sup>.

Pela descrição e os cálculos de João da Silva Lisboa, a produção de farinha de mandioca não exigia grandes investimentos e os mesmos escravizados que trabalhavam na lavoura, também trabalhavam na casa de farinha no processo de colheita, preparo e torra. Como já discutido anteriormente, Alcobaça pode ser caracterizada economicamente com a produção de gêneros alimentícios que eram negociados com outras cidades e outras províncias, sendo o mais importante deles, a farinha. Sendo assim, a característica produtiva da farinha de mandioca interfere diretamente na composição dos núcleos produtivos destas. Ou seja, eles não necessitavam de muitos braços para a produção de uma considerável quantidade de farinha, descrito pelo próprio João da Silva Lisboa. Com poucos escravizados, já forneceria uma produção suficiente para alimentação dos produtores e produção do excedente para comercialização. Precisamos ainda somar a estes fatores, que como já discutido anteriormente, os moradores de Alcobaça não utilizavam apenas mão-de-obra escravizada, mas também trabalho compulsório indígena. Devido a estes aspectos, a sociedade alcobacense deste período pode ser caracterizada com uma presença livre e

---

<sup>155</sup> José da Silva Lisboa, “Carta muito interessante do advogado da Bahia, para o dr. Domingos Vandelli, Diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, em que lhe dá notícia desenvolvida sobre a Bahia, descrevendo-lhe a cidade, as ilhas e guarnição, o commercio e a agricultura, e especialmente a cultura da canna de assucar, tabaco, mandioca e algodão. Dá também as mais curiosas informações sobre a população, os usos e costumes, o luxo, a escravatura, a exportação, as construções navaes, o commercio, a navegação para a Costa da mina, etc.” Projeto Resgate - Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807) AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 57\Doc. 10907 (1) [http://resgate.bn.br/docreader/005\\_BA\\_CA/27980](http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/27980)

escravizada relativamente equilibrada, são muitos senhores com poucos escravizados por unidade produtiva. Porém, ainda serão necessárias novas pesquisas para apresentar melhor este cenário.

Pela Tabela 8 podemos notar que o Ten. Col. Bernardo José do Rosário é citado como proprietário do maior número de mães escravas do período, e por consequência, o maior número de crianças. Em outro momento, ele também aparece com o maior número de afilhados. O que denota que a estrutura de poder do coronel não era apenas bélica e política, mas também econômica e social. O que acaba reiterando o dado, quanto a escolha de padrinhos diferir da escolha das madrinhas. A madrinha era escolhida segundo uma lógica de proximidade, já o padrinho uma lógica de proteção em momentos de dificuldades.

Frustrando o esperado, os párocos da vila de Alcobaça não registraram designações étnicas para africanos ou designações de cor para a população negra nascida no Brasil. Não era uma obrigação paroquial fazê-lo, porém alguns padres de outras regiões o faziam. As designações étnicas foram restritas aos indígenas, que, na maioria das vezes, foram nomenclaturados como “índios” ou “tapuias” e uma vez como “pataxó”. Porém, esta não era uma designação do pároco, mas o sobrenome conhecido da madrinha. A população negra presente aos assentos não foi designada por nação de origem, povo ou região da África por nenhuma dos padres. Este perfil talvez se deva à baixa entrada de africanos na vila. Em todo o período pesquisado houve apenas uma compra de um escravizado originário da África, o que não invalida a possibilidade que escravizados de origens, como outra província, tenham entrado na vila durante o período, nesta afirmação, estou considerando o batismo de adulto como indicativo de presença africana recente.

As esparsas e raras designações de cor que houve no período, quanto à população negra presente nos batismos, foram todas relacionadas a mulheres livres, sendo denominadas como uma preta e duas *criollas*. Júlia Ribeiro Aguiar e Roberto Guedes<sup>156</sup>, analisando o contexto de São Gonçalo do Amarante no século XVIII, escreve que os padres tiveram um papel na formação do vocabulário social de cor, e parte deles permanecia muitos anos na mesma paróquia, o que gerava conhecimento sobre as hierarquias locais e os fiéis. Diferente do local pesquisado pelos autores, a mobilidade dos padres em Alcobaça foi constante, o que pode ter contribuído para a construção de assentos mais enxutos, sem mais informações.

---

<sup>156</sup> AGUIAR, Júlia Ribeiro e GUEDES, Roberto. “Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)” p. 87-120 In: **História Social em Registros Paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**/ organização: Roberto Guedes, João Frágoso, -1ed. – Rio de Janeiro: Muad X, 2016.

Alane Fraga do Carmo<sup>157</sup>, escrevendo sobre a Colônia Leopoldina, que estava situada na zona rural de vila viçosa, encontrou 23 africanos sendo arrolados no inventário de Zélia Montandon vivendo na fazenda Piqui. Estavam dispostos em sete casais. Entre estes encontrou alguns africanos sendo designados como Nagôs, Jeje, Monjolo, Cabinda, Benguela e, Moçambique e Haussá. A área pesquisada por Carmo pode ser caracterizada como uma área de *plantation* conforme o tamanho e função das senzalas, com uma população e uma entrada de escravizados muito maior que o contexto de Alcobaça. Mas pode servir como referência sobre as possíveis identidades étnicas africanas que compuseram a comunidade negra alcobacense do século XIX. Para confirmação seria necessário cruzamento com testamentos, o que nesta pesquisa não foi possível.

Uerisleda Alencar Moreira<sup>158</sup>, pesquisando a vila vizinha de Alcobaça e sede da comarca, Caravelas, encontrou algumas designações étnicas entre os anos de 1821 e 1823 entre os cativos adultos batizados na Igreja Matriz de Santo Antônio. Moreira encontrou vinte e cinco adultos africanos sendo batizados no período: oito destes, foram designados como Mina, dois como Cabinda, três como Moçambique, seis como Guiné, um como Nagô, dois como Ifá, um como Monjolo, outro como Rebolo e um último como Jeje. A composição étnica da população negra de Alcobaça no século XIX poderia descender e ser dos mesmos grupos, já que ambas as vilas citadas eram próximas e seus portos estavam inseridos comercialmente nas mesmas rotas atlânticas.

Sobre a diversidade de povos de diferentes origens africanas encontrados aqui no extremo sul da Bahia, vale lembrar de Robert Slenes<sup>159</sup> citando o susto de Johamm Mortiz Rugendas no Rio de Janeiro, sobre a diversidade étnica dos povos e tribos africanas no Brasil concentradas em uma cidade, que no continente africano nunca havia se encontrado, pois estavam separados por muitos quilômetros. E como pintor, Rugendas fica fascinado pelas diferentes características, fisionomias e vocabulários. Ao descrever o passeio de Rugendas, Robert Slenes introduz sobre outras questões importantes sobre as questões da identidade e solidariedade étnica no Brasil e na travessia atlântica. Primeiro ele traz a ideia de que no caminho até a costa, diferentes grupos étnicos foram misturados, como forma de se evitar a comunicação e as possíveis rebeliões. Mas ainda neste caminho até o Atlântico antes da

---

<sup>157</sup> CARMO, Alane Fraga, 2010, p.98.

<sup>158</sup> MOREIRA, Uerisleda Alencar. “**Africanos em Caravelas, Bahia: estratégias de batismo e compadrio (1821 - 1823)**” Revista África(s), v. 02, n. 04, p. 72-84, jul./dez. 2015. file:///C:/Users/labor/Downloads/4529-Texto%20do%20artigo-11967-1-10-20180312%20(1).pdf acesso em 29/01/2023

<sup>159</sup> SLENES, R. W. (1992). “**Malungu, ngoma vem!**”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, (12), 48-67. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i12p48-67>



travessia, estes povos já começaram a sintetizar um vocabulário comum ou um sentido comum a determinadas palavras, como a palavra “malungo”.

Moacir Rodrigo de Castro Maia<sup>160</sup> analisando esta questão das diferentes identidades e identificações étnicas dos africanos no Brasil, irá propor que muitas categorias de identificação de Africanos conhecidas nas Américas, durante o tráfico transatlântico de escravos, eram operativas ou nasceram na própria África, outras emergiram e ganhavam significado próprio na escravidão americana. O autor propõe ainda que estes termos irão mudar dependendo da nação europeia que está descrevendo. O que o autor chama de denominações metaétnicas, que são externas aos grupos, que serve para explicar como um grupo pode ser nominado pelo outro ou absorvido por outro maior. Deste modo, as regiões portuárias do Brasil e da África foram lugares de reelaboração identitária.

O autor se utiliza ainda do termo “grupo de procedência”, emprestado de Maria Inês Côrtes de Oliveira, para explicar o tipo de designação mais inclusiva que se refere ao escravizado pelo lugar de onde veio. Assim, Mina seria uma identidade de procedência, do forte de São José da Mina e ainda propõe que, na Bahia, indivíduos da África Ocidental foram amplamente designados como Mina. Sendo Jeje um termo encontrado na Bahia que não há informações destes em outras partes da Bahia. Maia supõe que jeje seria o nome que se origina de um grupo étnico da Costa dos Escravos, os idjés<sup>161</sup>. Gegês ou jejes na Bahia seria uma identidade mataétnica, pois na Bahia englobava outros povos.

Seriam necessárias maiores pesquisas na área da história da diáspora africana para entender melhor esta presença no extremo sul da Bahia, mas de todo modo, a bibliografia pesquisada já contém algumas indicações sobre com quais partes da África, esta região da Bahia estava ligada, ou estava sendo culturalmente retroalimentada através do tráfico negro.

#### 4.1 O PARENTESCO RITUAL E O SENTIDO DOS SEUS LAÇOS DENTRO DAS SENZALAS E FORA DELAS

Quando tratamos sobre esta criação do parentesco fictício ou parentesco espiritual através do batismo entre as populações escravas, algumas coisas precisam ser pontuadas. A primeira questão é que o cristianismo é uma religião exclusivista, um monoteísmo. No

---

<sup>160</sup> MAIA, 2022. Pg.83-90

<sup>161</sup> MAIA, 2022., P.88

entanto, a entrada no catolicismo através do rito por diversas pessoas de origem africana não significa afirmar um abono de toda a fé anterior. Algumas pesquisas recentes têm indicado mais no sentido de uma complementariedade do que uma mudança de fé. Neste sentido, os cultos e a fé anteriores à travessia atlântica permaneceriam convivendo com a nova fé adquirida, de modo prático, o mesmo indivíduo que está na missa batizando estava nos cultos, que eram pela mesma igreja, denotados como profanos, sem que necessariamente para ele, houvesse esta conotação.

Moacir de Castro Maia<sup>162</sup> em sua pesquisa indica o batismo cristão obrigatório, como um instrumento usado pelos africanos adultos recém-chegados para criação dos laços de parentesco através do apadrinhamento e compadrio. No mesmo texto, o autor demonstra que mulheres que estavam na linha de frente das festas da igreja e nas mesas das irmandades, também participavam dos ritos do *acontundá*, um culto da região do Uidá. Sobre isso ele propõe que:

No projeto de colonização do império português, os escravizados foram integrados à sociedade colonial, especialmente pela sua admissão como novos cristãos. A passagem pelos ritos particularmente o batismo, marcaria a entrada na comunidade, como símbolo de conversão e subordinação ao Estado Cristão e ao seu senhorio. Na conversão e controle de diferentes povos e etnias, o catolicismo foi recebido, ressignificado e apropriado pelos cativos. Partindo dessa noção, entendemos que muitos africanos, escravos e libertos aprenderam a se mover nas sociedades escravistas americanas, mantenedoras de valores do Antigo Regime<sup>163</sup>.

A passagem pelo batismo destas comunidades, de tão diversas origens, não se constituiu a partir desta visão como um ponto pacífico de conformação com a realidade vivida, mas como estratégias nos quais o que estava sendo imposto foi “mastigado” e ressignificado. Consoante a esta compreensão, sobre como se mover dentro da sociedade escravista, João José Reis<sup>164</sup> apresenta o africano liberto João do Nascimento que, em uma petição afirma, ser cristão e ter recebido batismo, ou seja, as credenciais da sua inserção na sociedade católica e o atestado da sua boa procedência. Dentro deste contexto de estratégias no uso do batismo e compadrio, pelos escravizados Stephen Gudeman e Stuart Schwartz<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> MAIA, 2022, P. 29

<sup>163</sup> MAIA, 2022, p. 29

<sup>164</sup> REIS, João José. “**Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia.**” São Paulo: Companhia das Letras, 2019. P. 125

<sup>165</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. “**Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII.**” In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora brasileira; CNPq, 1988 [1984], p. 33-59.

em um estudo sobre apadrinhamento e escravidão no Brasil, concluem que os senhores de escravos se desviavam de formar laços com suas senzalas.

O vínculo senhor-escravo representa um marcante contraste com aquele baseado na espiritualidade. A escravidão na Bahia não era apenas uma relação produtiva, mas instituição social de dominação. Florescia num contexto de colonização e expansão da economia de mercado, a escravidão definiu as condições de produção, lançou sua sombra sobre todas as outras relações. Os senhores detinham o direito sobre a energia de trabalho dos seus escravos; eles tinham o direito de disciplinar, vender, desfazer-se e matar seus escravos. O escravo era tido como uma peça de propriedade, uma espécie de ferramenta, ou uma peça de equipamento, embora viva. Com efeito, os senhores podiam destruir muito da humanidade de seus escravos, frequentemente atribuindo-lhes características de animalidade. Aos escravos era frequentemente negado o direito de casar ou ter famílias oficiais ou legítimas. A preocupação do senhor era manter seus escravos em boas condições de trabalho a custos mínimos. Se o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o vínculo senhor-escravo era uma relação assimétrica de propriedade. Onde um representava socorro, o outro significava subserviência.<sup>166</sup>

Evitavam batizar os que por eles escravizados, já que as responsabilidades assumidas com o bem-estar futuro do apadrinhado eram contraditórias e irreconciliáveis com a prática diária da escravidão<sup>167</sup>. Demonstrando como por ambas as partes o rito era levado a sério dentro da sociedade da época e, ao mesmo tempo, que as preocupações de um padrinho eram diferentes dos objetivos de um senhor.

Para ilustrar esta relação senhor-escravo que era incompatível com o contexto da escravidão vamos usar a família de João Camillo. Porcina Maria de Oliveira era esposa de João Camillo de Oliveira e com ele teve na década analisada três filhos: Albina (1852)<sup>168</sup>, João (1853)<sup>169</sup> e Manoel (1856)<sup>170</sup>. Seus filhos foram batizados por outros casais livres da vila de Alcobaça na pia batismal da vila. Neste período, não os encontramos formando laços espirituais como padrinhos de outros ingênuos da vila, porém são noticiados como senhores de escravos:

Em Alcobaça acaba o delegado de prender e formar o competente processo a Porcina Maria de Oliveira, mulher de Joao Camillo de Oliveira, que se evadiu, como um dos autores da morte da menor cabrinha sua escrava de nome Henriqueta. Constando ao delegado essa morte, foi a casa, e com efeito achou-se o cadáver, e fazendo-se o corpo de delicto conheceu-se que a victima, com 12 anos de idade, succumbira de uma surra que

<sup>166</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B, 1984 p. 41

<sup>167</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de e LIBBY, Douglas Col. 2016, p. 25

<sup>168</sup> Registro de batismo de Albina. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, P. 18

<sup>169</sup> Registro de batismo de João, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p. 38

<sup>170</sup> Registro de batismo de Manoel, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p. 75

soffrera no dia do óbito e no antecedente, tendo-se-lhe, para mais aumentar os seus tormentos, aplicado na via anterior uma cataplasma de pimentas. Que facto dessa infeliz mereceria tão enorme e bárbara punição? Que crueldade contra uma pobre menina, embora escrava!!<sup>171</sup>

A morte de Henriqueta em Alcobaça, aos 12 anos, demonstra sobre esta redução das vontades e individualidades do ser humano, que enquanto escravizado, foi reduzido a peça e o seu senhor é investido do direito de discipliná-lo. Porém, com uma alteração, a pesquisa de Stephen Gudeman e Stuart Schwartz<sup>172</sup> se refere ao século XVIII, no século XIX, propriamente 1855, já em um contexto de abolição gradual, o senhor possui ainda o direito sobre seus escravizados, mas não o direito de matar, como é possível verificar na reação inflamada do jornalista e no processo de investigação aberto contra o casal.

No total de assentos do período pesquisado na freguesia São Bernardo da Vila de Alcobaça, foi possível encontrar um total de 165 batismos de crianças escravas, deste total a família de 85 (51,55%) delas escolheram formar laços com madrinhas também escravizadas. E em 81(49,09%) vezes padrinhos escravizados também foram escolhidos. O que significa dizer que na vila de Alcobaça existia a possibilidade de escolha entre padrinhos livres e escravizados, e que o movimento de escolha foi dividido quase igualmente, demonstrando um certo equilíbrio entre o fortalecimento de laços horizontais (entre os seus iguais) e verticais (o socorro em um momento difícil). Notamos que os grupos de escravizados por cada senhor eram pequenos, porém, estes grupos parecem ter uma certa mobilidade no interior da vila – ou na zona rural - e possuíam alguns vínculos já estabelecidos. Foram recorrentes os dados com batismos de duas ou até três senzalas na relação, no qual o filho da genitora, que era de determinada senzala, recebia como compadre um escravizado de outra senzala e até uma madrinha de uma terceira.

O Coronel Bernardo José do Rosário foi o senhor de escravos com maior recorrência no período, o que é um indicativo do tamanho de suas posses. É possível que ele que também fosse dono de sumaca e, transportasse farinha para Salvador e comprasse seus escravos naquela cidade ou no Rio de Janeiro, para onde também se transportava e comercializava farinha de mandioca. Oito mães diferentes foram classificadas treze vezes como escravas de Bernardo. Custódia<sup>173</sup> compareceu à pia quatro vezes como mãe de Petronilla (1847), Antonia

---

<sup>171</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 **Ano 1855\Edição 00017 (1)** <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/9916> Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

<sup>172</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B, 1984 p. 41

<sup>173</sup> Registro de Batismo de Petronilla. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1850**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.41.

(1852), Cladino (1855) e Fermiano (1856), não existiu pai declarado para nenhuma das crianças e suas escolhas na formação de laços de compadrio foram interessantes. Custódia só formou laços de parentesco com homens livres e apenas dois, Emídio José Selestino batizou um dos seus filhos, e o vigário Francisco José Ferreira Gama foi o seu compadre preferencial, ele batizou três dos seus quatro filhos. Já como madrinhas, ela fez escolhas diversificadas: escolheu Nossa Senhora como madrinha, a livre Antônia Gonçalves e por duas vezes chamou de comadre Polidonia, que era escrava de Anna Pereira. As escolhas de Custódia demonstram que ela era bem articulada na vila tanto com livres como com escravizados, mesmo que fossem de uma propriedade diferente da sua. Remetem também a uma preocupação em escolher padrinhos que pudessem proteger ou interferir de algum modo na vida de seus filhos na sua possível ausência. A escolha das madrinhas passa a ideia de uma relação de vínculo afetivo, já os padrinhos, a noção da força necessária na dificuldade.

Venância,<sup>174</sup> que era também escrava do Col. Bernardo, compareceu à pia por três vezes para batizar seus filhos Maximiana (1851), Ursula (1852) e Bartholomeo (1856). As estratégias de compadrio desenvolvidas por Venância foram semelhantes às de Custódia: ela escolheu, por duas vezes, José Ferreira Loures para ser seu compadre, e por uma vez, Abel, que era escravo de Manoel Cândido Medeiros. Quanto às madrinhas dos filhos de Venância, encontramos a livre Lousinda Maria da Silva e por outras duas vezes, a madrinha simbólica, Nossa Senhora. Já as mães Lisbonia<sup>175</sup>, Laurinda<sup>176</sup> e Dominga<sup>177</sup>, com um filho cada, escolheram para padrinhos homens que eram da mesma senzala que elas, do seu círculo de sua convivência. Luiza (1846)<sup>178</sup> e Joaquina (1846)<sup>179</sup>, com um filho cada, fizeram escolhas

Registro de Antonia, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.24.

Registro de Batismo de Cladino, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.63.

Registro de Batismo de Fermiano, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.75.

<sup>174</sup> Registro de Batismo de Maximiana, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.08.

Registro de Batismo de Ursula, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.29.

Registro de Batismo de Bartholomeo, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.59.

<sup>175</sup> Registro de Batismo de Rosária, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1851**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.41.

<sup>176</sup> Registro de Batismo de Manoel, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1851-1873**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.08.

<sup>177</sup> Registro de Batismo de Laurêncio, **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1851**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, p.08.

<sup>178</sup> Registro de batismo de Luiza. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1850**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 24.

diferentes em relação ao laço de compadrio no batismo de seus filhos. Luiza chegou à pia sozinha com sua filha Luiza e a batizou firmando laços com Jacinto Garcia Trancoso, um homem livre e Nossa Senhora do Rosário como madrinha, ela escolheu uma relação vertical até mesmo na escolha da madrinha, mesmo tendo várias mulheres como ela, optou por uma madrinha simbólica. Já Joaquina se apresenta à pia batismal com seu filho Narcísio oriundo do seu casamento com “Feliz” e escolheram Joaquim e Roza como padrinhos para seu filho, ambos eram da senzala de Francisco Pavão da Silva. A escolha deste, foi dentro da mesma realidade vivida por eles, mas com pessoas de fora da senzala na qual vivia.

Outras reconstruções seriam possíveis para demonstrar o comportamento e a autonomia da população escrava na vila de Alcobaça, em relação às suas escolhas sobre como e com quem firmar laços de compadrio, mas o exemplo dos homens e mulheres que estavam sob o “controle” de Bernardo José do Rosário já servem como demonstrativo de como esta realidade era ampla e complexa. Dentro de um mesmo contexto social, eram realizados laços horizontais e verticais, cada um seguindo uma determinada lógica que tendia a se repetir de acordo com a reprodução familiar.

#### 4.2 LEGÍTIMAS FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS

Como já discutido anteriormente, Kátia Mattoso<sup>180</sup>, em estudo sobre as famílias baianas no século XIX, apresenta que a ilegitimidade era um fato recorrente entre as famílias do recôncavo baiano, e atribui fato aos custos das taxas para que celebração fosse realizada. Deste modo, a legitimação das relações afetivas não era uma ação requerida como primordial. No mesmo contexto analisado por Mattoso – Salvador, século XIX – Isabel Cristina Ferreira dos Reis<sup>181</sup> apresenta alguns dados sobre as famílias escravas, em sua pesquisa do período de 1801-1888, verificando os registros de casamentos da Paróquia da Sé, 884 (28,16%) casamentos envolviam afrodescendentes e africanos, deste total de casamentos, apenas dezoito deles eram entre homens escravos e mulheres escravas, oito entre homens escravos e mulheres libertas e dez entre homens escravos e mulheres livres.

---

<sup>179</sup> Registro de batismo de Narcísio. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça 1845-1850**, ACDTxC, Caixa 23, Maço 2303, pg. 24.

<sup>180</sup> MATTOSO, 1992, P.157

<sup>181</sup> REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX” Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. P.37

Consideramos que os motivos que levavam a sociedade católica soteropolitana à ilegitimidade poderiam ser de outra ordem que não propriamente financeira, já que mesmo em situações em que não era esperado, o gasto de recursos financeiros – em estado de escravidão - alguns se dispuseram ao casamento legítimo. Podemos pensar que simplesmente o rito católico não era importante para a uma parte da sociedade daquele contexto.

Em pesquisa realizada sobre a Colônia Leopoldina<sup>182</sup>, não foram encontrados casais escravizados com casamento legítimo, o que poderia refletir conjuntamente um desejo ou desinteresse dos próprios, como também uma política senhorial. Quanto à Vila de Alcobaça, foram encontrados oito casais de escravizados que viviam nas terras dos seus senhores – sete senhores diferentes – e possuíam uma relação legitimada, o que foge em partes do que tem sido visto em outras pesquisas, nas quais as famílias legítimas existiam, porém, como família legítima, era fato raro. Em termos de proporcionalidade, houve mais casamentos legítimos na Vila de Alcobaça do que na Igreja da Sé, em Salvador, no período pesquisado por Isabel Reis.

No dia 23 de fevereiro de 1845<sup>183</sup>, Thereza e Manoel comparecem à pia batismal da vila para levarem seu filho, Benedito, para ter água de batismo, são eles uma legítima família católica, com um casamento realizado pela igreja, o que era usual entre os brancos livres, mas não entre escravizados, e toda aquela família era cativa do Capitão Garcia. Neste mesmo dia, Benedito recebeu como padrinho Vitorino, que era escravizado por Maria Dantas, e como madrinha, Rafaela, que era escravizada por Leilton Amorim Filgueiras.

Feliz, era o pai de Narcisio<sup>184</sup> e, legitimamente, esposo de Joaquina e toda a família era escravizada pelo Capitão Bernardo José do Rosário. No dia 13 de março de 1846, Narcisio é batizado recebendo como padrinho Joaquim, que era da senzala de Francisco Pavão da Silva e Roza do mesmo senhor. Thereza e Manoel possuíam também uma união legitimada e faziam parte da senzala do Capitão Joaquim Garcia da Fonseca e, em 29 de julho de 1849, chegam à igreja para batizarem a sua filha Benedita<sup>185</sup>. Como padrinhos, a menina recebeu Macedônio

<sup>182</sup> SILVA, Aretuza da Cruz. “**Ungindo com os óleos santos na Bahia dos oitocentos: Compadrio entre escravos em Vila Viçosa e Colônia Leopoldina (1842-1849).**” Monografia (pós-graduação em História do Brasil) Faculdades Integradas Jacarepaguá, 2011.

<sup>183</sup> Assento de batismo de Benedito, p.03. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>184</sup> Assento de batismo de Feliz, p.24. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>185</sup> Assento de batismo de Benedita, p.61. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

de Medeiros Costa e D. Anna Garcia D'Azevedo. Em 12 de abril de 1852, Ronaldo<sup>186</sup> chega à pia batismal com seus pais Felippa e Joaquim, todos da senzala de João da Silva Gomes. O menino recebeu por padrinho Vitorino, um homem agora forro e Balbina, escrava de Maria Santos.

No mesmo dia, também, é batizado Henrique<sup>187</sup>, que era filho legítimo de Antônio e Maria, que eram escravizados por Gaspar Luís Maxado Brandão. Recebeu como padrinho, o agora Tenente Coronel Bernardo José do Rosário, e uma madrinha cujo nome ficou ilegível. Eufрасina<sup>188</sup> foi batizada em 21 de agosto de 1853, a menina era filha legítima de Maria e Antônio, escravizados de Gaspar Luís Maxado Brandão. Recebeu como padrinhos, Lourenço da senzala do Tenente Coronel Bernardo e Catharina da mesma senzala que eles.

A pequena Maria<sup>189</sup> foi batizada em 18 de abril de 1854; era filha legítima de Felippa e o seu pai não foi declarado, pode ter falecido após sua concepção. Ambas, a mãe e a filha, eram da senzala de João José da Silva Gomes Júnior. O menino Zeferino<sup>190</sup> era filho legítimo de Alexandrina e o seu pai não é declarado do assento, os dois estavam na senzala de Torquato dos Santos. Maria e Ricardo, em 21 de agosto de 1856, levaram Athanásio<sup>191</sup>, filho legítimo à pia para batismo, toda a família era escravizada por José Simplicio Trancozo. Athanásio teve como padrinho Targínio Borges Santos e Nossa Senhora do Rosário.

Importa pontuar sobre estas famílias que todas elas estavam constituídas dentro da própria senzala da casa do senhor, não foi registrado nenhum casamento legítimo entre escravizados de senzalas diferentes. Sabemos, no entanto, que estas relações afetivas existiam, porém, a legitimação destas, esbarrava em questões práticas. Estas relações legitimadas por vezes poderiam impedir a venda em separado, implicava em alguma autonomia cativa, às vezes em um tempo para cultivo das próprias comidas e a convivência em um espaço comum.

<sup>186</sup> Assento de batismo de Ronaldo, p.21. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>187</sup> Assento de batismo de Henrique, p.21. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>188</sup> Assento de batismo de Eufрасina, p.37. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>189</sup> Assento de batismo de Maria p.45. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>190</sup> Assento de batismo de Zeferino p.63. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>191</sup> Assento de batismo de Athanásio p.72. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.



Esta convivência em um espaço comum seria totalmente inviável com dois senhores diferentes na equação.

#### 4.3 ALFORRIA NA PIA BATISMAL

Ter restituída a sua liberdade era o principal objetivo dos homens e mulheres que viviam em cativeiro, esta poderia ser alcançada pela fuga ou pela carta de alforria. Vou seguir a discussão por dentro do sistema, a carta de alforria. A forma como a carta de alforria era alcançada poderia variar, principalmente através das relações sociais desenvolvidas por estes. Os que eram escravizados dentro da casa do senhor possuíam uma maior possibilidade de alcançar liberdade, que o escravizado que trabalhava no eito, por exemplo. Onde estava sendo escravizado, também alteravam as possibilidades em se alcançar alforria. A alforria poderia ser alcançada através do testamento- o qual não irei discutir aqui – por compra ou pela vontade do senhor, que, em alguns casos, possuía algum tipo de comprometimento.

Moacir de Castro Maia<sup>192</sup> buscando entender a presença Courá na zona do ouro em Minas Gerais, apresenta a quartação como uma das formas de se conseguir alforria; que consistia em negociar o valor da liberdade com o senhor e pagar parceladamente. Segundo seus dados, 114 pessoas de nação Courá, conseguiram alforria na Vila do Carmo (Mariana) e seu entorno entre 1715 e 1760. Deste total, 92 pessoas as compraram, 78% por quartação. A pessoa estabelecia um valor com o senhor, um prazo para pagamento, o parcelamento e trabalhava em serviços diversos para cobrir as parcelas e garantir o seu sustento. Na região pesquisada por Moacir Maia, algumas vezes, estas pessoas ainda conseguiam construir algum patrimônio e comprar escravizados, preferencialmente da mesma nação de origem.

Ainda, segundo os dados apresentados por Moacir Maia<sup>193</sup>, as mulheres possuíam maiores possibilidades de alcançar liberdade que os homens, já que 85 mulheres foram alforriadas no período e apenas 29 homens couranos. São vários fatores que aumentaram as possibilidades das mulheres quanto à alforria, alguns deles seriam: uma maior presença feminina no serviço interno da casa e uma maior possibilidade de um vínculo afetivo com o senhor ou a família, desequilíbrio demográfico em várias regiões do Brasil Colônia, representado por uma maior presença de homens que de mulheres, logo uma constante disputa

---

<sup>192</sup> MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. **“De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos courás do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760)”** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. P.112

<sup>193</sup> MAIA, 2022.

por relações sexuais, casamento ou concubinato. Um ponto acrescido por Maia<sup>194</sup> é a habilidade de muitas das mulheres africanas com o comércio e a garantia nas leis portuguesas, alguns comércios eram típicos de mulheres, como doces, quitutes, mariscos. Através deste comércio de alimento nas ruas, que já era praticado em África, algumas delas conseguiram pagar a sua quartação, construir algum patrimônio e ainda alforriar outros parentes seus.

João José Reis<sup>195</sup>, em “*Ganhadores*”, reitera este dado que a estrutura de ganho - a venda de algum serviço ou produto nas ruas – aumentava as possibilidades em se alcançar alforria. Algumas alforrias analisadas por Reis<sup>196</sup> no contexto de Salvador do século XIX foram compradas a crédito, ou seja, também no mesmo esquema de parcelamento e ainda em troca de uma determinada quantidade de trabalho diário por um determinado período. Alguns escravizados, quando não compravam a sua alforria ou de algum parente através deste tipo de negociação, gastavam um longo período juntando o necessário para o pagamento completo, e por vezes gastavam parte da vida trabalhando para tal.

Uma forma de alforria conhecida era o “forro de pia”, aquela em que a criança era alforriada no dia do seu batismo. Alguns motivos levavam a este tipo de alforria, o primeiro, seria o pagamento pela liberdade e, o segundo, a vontade senhorial. A vontade senhorial em libertar poderia ter sido motivada por diversos fatores, um deles seria o fato que era natural escravizar um filho. Então, quando o senhor acreditava ser seu o filho da mulher escrava, por vezes o libertava na pia sem pagamento de nenhum valor. De acordo com Afonso de Graça Filho e Douglas Cole Libby<sup>197</sup>, o registro eclesiástico de batismo era prova aos senhores escravistas da propriedade dos filhos de suas escravas ou das alforrias concedidas, o que pode ser observado nos registros paroquiais. Possuíam a mesma força de lei que as autenticações de atos e transações elaborados por escrivães públicos, ou seja, o assento substituíra uma carta de alforria.

Durante a pesquisa sobre compadrio em Vila Viçosa<sup>198</sup>, foi possível analisar dez alforrias em pia batismal, nenhuma destas foram alforrias por compra, mas justificadas na bondade senhorial, a bondade, nos casos apresentados, pode ser lida como ilegitimidade, paternidade, bastardia. Alguns colonos protestantes da Leopoldina viviam em concubinato

---

<sup>194</sup> MAIA, 2022, pp.188-189

<sup>195</sup> REIS, João José. “**Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia.**” São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

<sup>196</sup> REIS, 2019, p.71

<sup>197</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de; LIBBY, Douglas Cole. “As diversas fontes documentais de alforrias: alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rey, séculos XVIII e XIX” p.11-38 In: **História Social em Registros Paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)** / organização: Roberto Guedes, João Fragoso, -1ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p.12.

<sup>198</sup> Silva, 2011, pp.58-59

com suas escravas e tiveram filhos originários desta relação e no momento do batismo os alforriaram, alguns assumindo publicamente a paternidade e outros apenas a alforria. Sendo assim, a forma como algumas crianças alcançaram liberdade na Colônia Leopoldina estava ligada a uma relação afetiva ou no mínimo parental com os seus senhores.

Uerisleda A. Moreira<sup>199</sup>, em pesquisa sobre a Vila de Caravelas, apresenta dados sobre as crianças alforriadas em pia batismal e a condição da alforria adquirida. No período entre 1840 e 1860, ela registrou 13 forros de pia, sendo três destas pagas e dez gratuitas. A autora argumenta que estas alforrias gratuitas e incondicionais podem ter acontecido devido à proximidade senhorial, ou seja, eles eram da convivência dos senhores.

Na vila de Alcobaça, a população escravizada era menor que a população livre e, seria necessário analisar se os motivos para tal, é o constante uso da mão de obra indígena como força de trabalho e produção ou se o fato de a vila ser uma produtora de bens para uma economia de mercado interno interferiu na compra de trabalhadores. Acredito que são questões para outras investigações. No total de assentos tabulados na vila foram encontrados três forros de pias e os três foram libertos por diferentes motivos, como veremos.

Aos treze do mês de junho de mil oitocentos e cinquenta dois anos nesta freguesia de São Bernardo da Villa de Alcobaça, batizei solenemente e pus os santos óleos a inocente maria, nascida aos dezessete de abril do mesmo ano filha natural de Luitana escrava de Francisco Alvares Pereira, cuja **criança foi libertada na Pia no valor de cinquenta mil réis**, por consentimento do seo Senhor, que comigo abaixo assignou: forão seus padrinhos José Jacob Tarlé e Romana de Tal, todos moradores desta mesma vila. Do que para constar fiz este assento e assignei.

O vigº Francisco José de Oliveira Ferreira  
Francisco Alv. Pereira <sup>200</sup>

A primeira alforria que encontramos na Vila de Alcobaça se refere a uma liberdade comprada, provavelmente pelos parentes da criança que estava sendo liberta e batizada. O valor pago pela sua alforria – cinquenta mil réis - estava de acordo com os valores também encontrados por Uerisleda A. Moreira<sup>201</sup> em Caravelas, já que duas alforrias corresponderam ao mesmo valor e uma outra alforria por sessenta mil réis.

Aos dois dias do mês de julho de mil oitocentos e cinquenta e quatros anos nesta freguesia de São Bernardo da Villa de Alcobaça; batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Bemvindo, nascido aos trinta de abril, filho natural de Felisminda,

<sup>199</sup> MOREIRA, 2014, P.62

<sup>200</sup> Assento de batismo de Maria p.24 **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>201</sup> MOREIRA, 2014.

escrava de Bernardo paz Tourinho, o qual inocente elle forrou na Pia por sua livre vontade e por não saber lêr, e nem escrever pediu ao senhor José Jerônimo do Espirito Santo que a seo [ileg] assignasse: forão padrinhos Manoel José Boa Morte e Francisca Antônia de Jesus sua mulher todos moradores desta mesma vila. Do que para constar fiz este assento e assignei.

O vig<sup>o</sup> Francisco José de Oliveira Ferreira  
Arogo de Bernardo Paz Tourinho  
José Jerônimo do Espirito Santo<sup>202</sup>

Bernardo Paz Tourinho não justificou de algum modo a manifestação de sua vontade em alforriar o pequeno Bemvindo, nem ao mesmo existe indicativo que ele seja o pai da criança que está sendo alforriada, mas caso o fosse, ele não reconheceu o fato em público no batismo, o que o impediria de receber qualquer herança ou reconhecimento. A última alforria em pia batismal na Vila de Alcobaça encontrada é reveladora sobre um suposto pai:

Aos dezesseis dias do mês de julho de mil oitocentos e cinquenta e quatro annos nesta freguesia de São Bernardo da Villa de Alcobaça, batizei solenemente e pus os óleos santos a inocente Umbina, nascida aos vinte de junho do mesmo ano, filha natural de Salvadora escrava do Vigário abaixo assignado e por ser de minha livre vontade, a fôrro na Pia e por tal a considero, como se nascesse de ventre livre, forão seos padrinhos Francisco Guerreiro do Valle e sua filha D. Rita Jeronima do Valle todos moradores desta mesma Villa. Do que para constar fiz este assento e assignei.

O vig<sup>o</sup> Francisco José de Oliveira Ferreira<sup>203</sup>

A escrava do vigário Francisco se chamava Salvadora e sua primeira filha registrada se chamava Umbina que foi liberta na pia pelo mesmo pároco que a batizou. Umbina se torna livre “*como de ventre livre nascesse*”. Teria sido um ato de bondade cristã do padre? Poderia ser se não fosse pelo nascimento de Manoel<sup>204</sup>, dois anos depois, em 02 de fevereiro de 1856. Manoel nasce escravizado, filho da mesma Salvadora e assim permanece. Para poder compreender as diferentes condutas do padre Francisco, será necessário compreender melhor a legislação canônica sobre a questão.

Sobre o contexto em que deveriam viver os clérigos, o *título XII* das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>205</sup> expressa que os padres não deveriam conviver com

<sup>202</sup> Assento de batismo de Bemvindo p.49 **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>203</sup> Assento de batismo de Umbina p.50. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>204</sup> Assento de batismo de Manoel p.68 **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>205</sup> VIDE ,2010, p. 327

mulheres dentro de suas casas se estas não fossem suas parentes consanguíneas. Caso exista uma escrava a seu serviço, esta deveria ter mais que 50 anos. A ordem visava proteger a castidade do pároco como também a sua imagem da difamação pública. Em outro momento, o mesmo texto trata da situação dos padres que viviam “*amancebados*”<sup>206</sup>, já que os padres deveriam, segundo as normas católicas, permanecerem “*puros e castos*”. Considerava a situação do concubinato a mais indigna a um padre do que aos outros cristãos. A pena para os padres que vivam com mulheres portas adentro, inicialmente era financeira, podendo ser levados ao cárcere e até mesmo ao degredo em África. Mas, de modo geral, a prática do concubinato era tolerada e as punições eram brandas.

Maria B. Nizza da Silva<sup>207</sup> escreve que o desrespeito ao voto de castidade era fato recorrente no Brasil Colônia e alguns dos eclesiásticos não só viviam em concubinato como deixavam filhos desta relação, o que era chamado pela legislação canônica como *ilegitimidade sacrílega*. Os filhos oriundos desta relação só poderiam ser legitimados mediante ordem régia que era solicitada no Desembargo do Paço no Rio de Janeiro. Esta escritura de filiação e legitimação era demorada e como implicaria o reconhecimento do descumprimento do princípio da castidade, muitos párocos só o faziam no final da vida ou nunca a faziam. A autora observou que quase todos os pedidos de perfilhação de casos de ilegitimidade sacrílega analisados por ela, eram entre párocos e mulheres livres e solteiras. Já que em casos de relações adulterinas ou incestuosas estes pedidos não eram realizados, dada a natureza escandalosa da relação. Sobre o concubinato com escravizadas, a autora só encontrou um caso de pedido de legitimação e sobre isso conclui:

Tal como os demais segmentos da população masculina, também os padres não se davam ao trabalho de iniciar o processo de legitimação da prole escrava, preferindo cuidar dos filhos mestiços em vida através da concessão de alforria e de pequenas doações e legados que garantissem o futuro<sup>208</sup>.

Francisco Cancela<sup>209</sup>, ao analisar a administração religiosa e a atuação dos párocos da região extremo sul da Bahia, encontrou o concubinato como uma transgressão frequente cometida por párocos na região, no início do século XIX e final do século XVIII, chegando ao

---

<sup>206</sup> SILVA, 2017, p.493

<sup>207</sup> SILVA, 2017, Pp.144-147.

<sup>208</sup> SILVA, 2017, P.152

<sup>209</sup> CANCELA, F. E. T. Freguesias de índios na antiga capitania de Porto Seguro: administração religiosa, atuação dos párocos e protagonismo dos paroquianos indígenas no tempo do Diretório. **Saeculum – Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 44 (jan./jun.), p. 328–352, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.57728. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/57728>. Acesso em: 25 jan. 2023.

comentário do visitador pastoral Francisco dos Santos Pinto: “*não achei em todas as vilas do norte um sacerdote decente*”<sup>210</sup>. A ausência de sacerdote decente para o visitador estava caracterizada pelas denúncias de concubinato com mulheres livres e indígenas em trabalho compulsório e com suas próprias escravas e por viverem publicamente nesta situação. Dentro de todo o contexto apresentado, podemos ligar a alforria de Umbina a uma possível paternidade do padre Francisco, que não poderia ser reconhecida publicamente, dada a natureza da sua profissão. E esta afirmação acaba sendo reforçada pela não-alforria de Manoel, que, nascido dois anos depois, poderia suscitar dúvidas quanto a sua paternidade, o que não haveria quanto a Umbina. Uma possibilidade, não uma certeza.

#### 4.4 PRESENÇA INDÍGENA NA PIA BATISMAL E SEU CONTEXTO

A região extremo sul da Bahia foi a primeira a sofrer o choque da incursão portuguesa nas Américas, mas, no decorrer do processo, foi “abandonada”, devido à resistência dos grupos indígenas desta terra, a presença de colonos e também aos próprios interesses da Coroa na manutenção desta área fechada, por um certo período. Deste histórico, surge toda uma série de generalizações e denominações pejorativas aos grupos indígenas que viviam nestas terras. É interessante pontuar que as diversas etnias que ocupavam estes territórios possuíam concepções muito avessas ao que seria benéfico ao projeto de exploração português, neste caso que os indígenas servissem como mão de obra compulsória para a produção de gêneros agrícolas e na exploração da madeira.

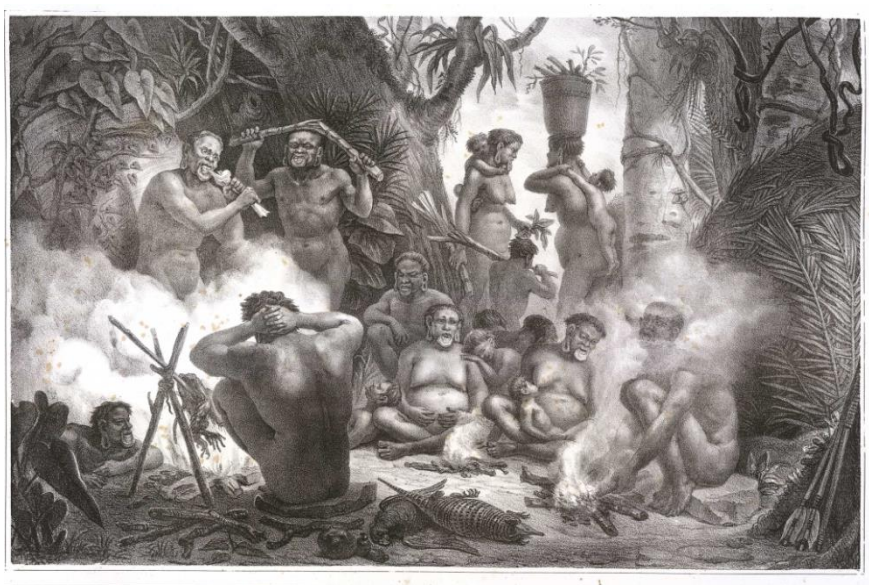
Os povos que viviam nesta região eram considerados nômades, termo que já carrega a noção preconceituosa de uma vida errante e sem destino. No entanto, “nomadismo” pode ser compreendido como o avesso ao sedentarismo, ou seja, estes povos possuíam uma noção mais ampla de território, que começava na nascente de um rio e terminava na sua foz. O caminhar, o ir e vir por estes territórios, fazia ou faz parte de quem estes povos eram. Não se tratava de uma perambulação errante, mas de rotas sazonais em uma área conhecida e dentro das necessidades dos grupos. Sejam estas necessidades a busca por alimentos, a fuga de conflitos com outros grupos, o contato com o mar e os alimentos deste, as estações de determinadas caças ou distanciamento das áreas de colonização.

---

<sup>210</sup> CANCELA, 2023, P.13

Paraíso<sup>211</sup> se utiliza de vários elementos para sustentar a tese de que as diversas nomenclaturas sob as quais se tratavam alguns grupos indígenas no sul da Bahia que não pertenciam aos Tupis, Botocudos ou Kamakã-mongoiô, na verdade, era referência a diversos grupos dos Maxakali. A autora se embasa para tal afirmação em resultados de pesquisas arqueológicas, em análise da cultura material descrita por diversos viajantes, no qual estes são sempre apresentados como semelhantes. Segundo ela, Maxakali e todas as outras nomenclaturas apresentadas são consideradas como inimigos dos Botocudos e genericamente denominados também como tapuios e, algumas vezes, se entregavam a catequização/cristianização como estratégia de fuga dos conflitos com os inimigos nos sertões de dentro. Passado um determinado período, abandonavam o contato.

**Figura 5 - Povos tratados como tapuios**



Botocudos, Buris, Patachos e Machacarís. Jean-Baptiste Debret<sup>212</sup>

Diferente da reunião em volta da fogueira desenhada por Debret, a autora demonstra que havia, dentro de processo estabelecido, guerras internas entre os grupos indígenas nos sertões. Os diversos grupos apontados por esta como Maxakalis (Amixokori, Pataxó,

<sup>211</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Amixori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutató, Kutatoi, Maxakali, Malali, e Makoni: Povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão.** Trabalho apresentado na XVI Reunião Anual da ANPOCS, GT sob a coordenação do Dr. John Monteiro, Caxambu, 20 a 23/10/1993.

<sup>212</sup> MOTTE, Charles Étienne Pierre. **Botocoudos, Buris, Patachos et Macharis.** Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1834. 1 grav, litografia, pb, 22,4 x 33,7cm em 21 x 32,3. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=8707](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8707). Acesso em: 26 jan. 2023.

Monoxó, Kumanaxó, Kutató, Kutatoi, Malali, e Makoni) estavam em constantes conflitos contra os Botocudos, e impelidos por estes em diferentes momentos, optaram por se entregar à “proteção” dos colonos para sobrevivência aos conflitos contra os Botocudos. Segundo Paraíso<sup>213</sup>, a sociedade Maxakali, com seus vários possíveis subgrupos, era caracterizada como caçadores e coletores com uma agricultura incipiente, logo o termo surge como uma decorrência desta organização econômica. Estes trânsitos dos vários grupos indígenas de diferentes nomenclaturas, provavelmente Maxakali (representado na Figura 4), possuíam uma noção de território ampliada, que envolvia os territórios de caça e perambulação, seria neste contexto o oposto aos objetivos luso-brasileiros, que desejam índios sedentários e aldeados para serem cristianizados e utilizados como força de trabalho compulsório.

**Figura 6 - Machari**



Machacari, Johann Moritz Rugendas<sup>214</sup>

A professora Vânia Maria Losada Moreira<sup>215</sup> problematiza a história do Espírito Santo, que é uma zona contígua ao sul da Bahia, como uma zona de contato de longa duração no contexto histórico brasileiro, quando discute sobre o trânsito de índios entre as fronteiras que, supostamente, separavam as vilas e os sertões e faz algumas análises sobre o caráter mestiço, híbrido e transcultural das pessoas e das organizações sociais das zonas de contato,

<sup>213</sup> PARAÍSO, 1993, p.17

<sup>214</sup> [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon94994/icon94994\\_079.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_079.jpg). Acesso em: 14 set. 2021.

<sup>215</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860” Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.



tomando como exemplo a vila indígena de Nova Almeida. A “nova história indígena” passou a considerar os índios como, segundo Vânia Losada Moreira<sup>216</sup>, “Numericamente expressivos na composição da população regional, os índios influenciaram direta e indiretamente muitos aspectos da organização social local e são parte integrante da experiência histórica brasileira.” A partir desta perspectiva é necessário considerar a revisão da historiografia tradicional que relegava aos povos indígenas o papel de passivos e estereotipados, sendo necessário considerá-los numa dinâmica mais ampla e complexa.

O trabalho da autora está longe de ideia “purista” de um índio isolado, mas os caracterizam inseridos em um movimento de ir e vir no espaço e nas relações culturais. Discute o conceito de sertão, como aquele território não policiado, sem domínio ou controle da colonização, com uma área de possibilidades para uma maior autonomia indígena sempre que necessário. Este território, está em oposição à zona policiada e sob o controle colonizador, neste processo se utiliza do conceito de “zona de contato” em oposição à ideia de uma fronteira fixa e sim porosa, para evidenciar uma área de conflitos, disputas e violências.

Área a qual diferentes sujeitos indígenas “mansos” ou “bravos” e sujeitos luso-brasileiros estão penetrando ou recrudescendo dentro destes espaços, a autora caracteriza estas zonas como áreas porosas e não-fixas que estão se dilatando diante de diferentes demandas e necessidades. Desta maneira, podemos caracterizar o interior e a beira da vila de Alcobaça acolhendo esta análise, onde se encontra uma “zona de contato”, um território em disputa a partir de diferentes lógicas, e que este choque permanece produzindo uma hibridização e não uma aculturação, no qual diferentes sujeitos estiveram modulando as suas relações através da violência do contato.

Segundo os dados apresentado por Paraíso e os dados demonstrados abaixo por Curt Nimuendajú, a região em torno do rio Itanhém, onde está localizado a vila de Alcobaça, era uma área de perambulação dos Maxakali e Pataxó e o processo de aldeamento acabou sendo uma necessidade dentro de conflitos que estes povos estavam envolvidos. Não podemos descartar dentro deste movimento a pressão do processo de colonização sobre estes, mas é necessário pontuar que algumas vezes estes foram obrigados a sair das matas e aldearem-se próximo ou em volta da vila de Alcobaça, ou de outras vilas como uma forma de sobrevivência.

---

<sup>216</sup> MOREIRA, 2017, p.27



padrinhos. Em 21 de agosto de 1854, Joanna batizou seu filho Manoel<sup>220</sup>. Eles também foram declarados como índios e o padrinho Manoel Bernardo do Rosário e a madrinha Maria da Conceição. Os grupos de indígenas presentes no rito do batismo escolheram alargar ou estabelecer laços de parentesco ritual com outras pessoas também livres da vila, o que seria reconhecido como uma aliança vertical de batismo, aqueles que talvez os poderiam ter socorrido em alguma necessidade.

#### 4.4.1 Os Kurukas no rito do Batismo

Parte dos estudos e pesquisas realizados neste recorte geográfico, o extremo sul da Bahia, possuíram como centralidade a questão indígena, devido a intensa presença destes, neste território. Porém, quando se trata da relação de compadrio, da sua menção no registro eclesiástico de batismo, a classificação do indivíduo como “índio” ou “índia” dependia do entendimento do pároco responsável pelo registro. Outro ponto relevante sobre esta questão é que os grupos indígenas que viviam nas vilas ou em volta delas não eram obrigados ao batismo, como eram os fregueses católicos e os escravizados recém-chegados de África.

Os fregueses católicos, eram, social e espiritualmente, obrigados ao cumprimento do rito do batismo, eles não iriam deixar os seus filhos morrerem “pagãos” e perderem a chance de alcançar a salvação e, mesmo se espiritualmente não cressem, iriam cumprir o rito para evitar o estigma. Já os africanos adultos recém-chegados iriam ser batizados por entendimento ou por cumprimento da obrigação do senhor como cristão, era responsabilidade dele levar, os que eram por ele escravizados, à pia batismal.

Se a situação entre senhores e escravizados era conflituosa e tensa, a situação entre os colonos e os grupos indígenas não eram diferente, a base da relação era a violência. Constantes são os relatos de ataques, conflitos, assassinatos, estupros de mulheres, os que eram forçados à soldada e os roubos de crianças, tanto no século XIX como até no século XX. É constante na oralidade regional o relato “*minha avó foi pegada a laço, com cachorro, era da aldeia...*” as vozes que ressoam como eco distante convergem sobre as bases nas quais as vilas litorâneas foram formadas.

No dia 26 de setembro de 1845, o vigário Vicente Ferreira Gama deixou um registro interessante, que foge ao padrão dos registros eclesiásticos de batismos, o que o torna tão

---

<sup>220</sup> Assento de batismo de Manoel p.53. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1873)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

relevante. O que seria um registro padrão de batismo? Seria assim: Uma mãe levava seu filho(a) até o vigário e este o batizava, registrando no assento seu nome, dia, nome da mãe, e o nome dos padrinhos e assina o registro. A mãe sempre estava presente ao batismo, o pai muitas vezes não, mas a mãe, sim, sempre presente. Por ser o registro da existência de uma pessoa, toda vez que o vigário cometia um erro, ele realizava na sequência a correção e anotava as informações corretas. É um padrão repetitivo, também o assento de batismo de uma pessoa por vez, com exceção do caso de gêmeos, mas quando aconteciam, estes eram registrados como gêmeos, sendo assim, temos o seguinte assento:

Aos vinte e seis dias do neste de setembro deste presente ano de mil oito centos e quarenta e cinco nesta freguesia de São Bernardo da Villa de Alcobaça batizei solenemente e pus os santos óleos **aos inocentes Joaquim e Maria índios tapuias forão** padrinhos o Doutor Leovigildo de Amorim Filgueiras e D. Líbania di Sousa Filgueiras e para constar fiz este assento e assignei.

Vigário Vicente Ferreira Gama <sup>221</sup>

O vigário batizou duas crianças, ambas com menos de sete anos, é o que o termo “inocente” pressupõe, no entanto, era padrão nesta vila registrar o dia do nascimento no assento, o que não acontece. As crianças são registradas em um único assento, mas, também, não há menção de que sejam gêmeos, se fossem, teria sido feito. O nome da mãe ou das mães também não é mencionado, o que significa que ela ou elas não estavam presentes ao batismo. Logo, Joaquim e Maria são batizados sem mãe, sem indicativo do dia que nasceram e apenas com a presença de padrinhos, colonos com título de distinção social, doutor e Dona, na Vila de São Bernardo de Alcobaça. Para compreender melhor sobre o que o doutor e sua esposa estavam fazendo precisaremos de mais algumas informações.

Leovigildo de Amorim Filgueiras<sup>222</sup>, formado em Direito no ano seguinte, em 1846, é mencionado como juiz municipal das vilas de Alcobaça e Prado, era um homem com título, poder e influência ao nível local. Em agosto de 1843, encontramos assinando um ofício na condição de juiz de direito interino da comarca de Porto Seguro<sup>223</sup>, endereçado ao presidente da província da Bahia referente à vila do Prado. O ofício expressa parte do pensamento da época sobre os povos indígenas, bem como os dele mesmo:

<sup>221</sup> **Livros de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850) e (1850-1873).** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>222</sup> O Guaycuru : Os princípios são tudo, os homens pouco (BA) - 1844 a 1860 Ano 1846/Edição 00147 (1) <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709794&pesq=alcoba%C3%A7a&hf=memoria.bn.br&pagfis=313> acesso em 05 de fevereiro de 2023

<sup>223</sup> FILGUEIRAS, Leovigildo de Amorim. Ofício do juiz de direito interino da comarca de Porto Seguro, endereçado ao presidente da província da Bahia, 25/09/1843. APEB. Seção Colonial e Provincial. Fundo Presidência da Província. Juizes MAÇO 2228 (1827-1862)

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor

Levo ao conhecimento de V Ex<sup>a</sup> que tem aparecido no sítio denominado Riacho Grande, distante da vila do Prado oito léguas, pertencente a dona Inácia Maria de Jesus, um considerável número de **gentios**, os quais lhe têm causado grande número de prejuízos em suas lavouras: ela, bem como a Câmara do lugar, oficiaram-me pedindo providências, vendo-se aquela obrigada a abandonar o dito sítio: não só por isso, como pelo terror, em que estavam os habitantes do Prado com **o receio** de que acometessem a vila, deliberei de acordo como delegado suplente do 2º termo, **colocar naquele sítio um destacamento de 20 guardas nacionais**, a ver se com a sua estada ali, eles se afugentavam: o que se fez, e por hora tem surtido bom efeito. Oficiei à Câmara para me dar uma informação exata do número deles, se eram **vagabundos ou aldeados**, para melhor poder levar à ciência de V Ex<sup>a</sup>; e obtive a informação que junto transmito: devo porém notar a V Ex<sup>a</sup> que eles por ora não têm feito mal a pessoa alguma, aparecem sempre despidos de suas armas próprias; **chegam-se sem receios nós nossos e sempre alegres. Assim fácil seria o catequizá-los: já lembrei-me de mandar ver um lugar a ver se conseguia virem para a vila e serem aplicados na lavoura, como trabalhadores**; mas o lugar não oferece garantia, e o número não é pequeno: portanto o comunico a V Ex<sup>a</sup> para indicar-me o que devo obrar, caso ameacem a segurança da vila, como temem seus habitantes (grifos meus) Deus guarde a V Ex<sup>a</sup>...<sup>224</sup>

Neste ofício, o mesmo Leovigildo padrinho do indígena Joaquim, nos comunica algumas coisas. Basicamente, ele está tentando liberar o território onde havia um sítio da presença indígena não aldeada, e este grupo, por sua vez, demonstra já estar acostumado com este tipo de contato e se apresenta solícito, provavelmente na intenção de trocas e presentes e não propriamente alegres com um aldeamento ao lado de alguma vila. Neste ponto, é possível verificar como a catequização ocupava um papel central na segurança das vilas, já que o aldeamento seria realizado conjuntamente a uma catequização ao mesmo tempo, em que após isto feito, eles seriam direcionados ao trabalho na lavoura. O juiz está tratando de conflito, terra, catequização e trabalho, os indígenas estão sendo olhados segundo este viés sob a possibilidade de uso destes.

Após compreender a posição de Leovigildo na região, voltemos à questão do batismo, porém em outra vila. Em 1848, aconteceu uma situação semelhante em Vila Viçosa<sup>225</sup>, o com outro menino também chamado Joaquim, batizado com cinco anos de idade sem pai ou mãe declarados e foi mencionado ser ele “índio”, também foi batizado por um morador da vila e mais nada soubemos sobre ele. Porém, se colocarmos Joaquim, Maria e o Joaquim de Vila Viçosa no contexto vivido pelas vilas de Alcobaça e Viçosa, se torna possível perceber que eles estavam sendo compelidos pela mesma dinâmica ou pelas mesmas violências.

<sup>224</sup> FILGUEIRAS, Leovigildo de Amorim. Ofício do juiz de direito interino da comarca de Porto Seguro, endereçado ao presidente da província da Bahia, 25/09/1843. APEB. Seção Colonial e Provincial. Fundo Presidência da Província. Juízes MAÇO 2228 (1827-1862)

<sup>225</sup> SILVA, 2011, P.30.

David Ferreira<sup>3</sup> recupera uma correspondência, de 1844, do Padre Antônio Miguel de Azevedo, pároco da vila de Porto Alegre, nesta ele descreve sua preocupação com o constante comércio de *Kurukas* - crianças indígenas - bem como o uso de meios violentos para conseguir estas crianças. O autor<sup>226</sup> elenca as formas pelas quais estas crianças eram retiradas de suas famílias, do aldeamento compulsório, e da atuação de pombeiros, durante combates e/ou conflitos; a partir da entrega feita por familiares ou membros dos grupos. Esta entrega seria uma via de sobrevivência para as crianças e, muitas vezes, do grupo em tempos de fome ou conflitos violentos com outros grupos indígenas, ou mesmos com as vilas. Em algumas ocasiões, representavam um símbolo de um acordo de paz ou uma tentativa de. E quando estes chegavam às vilas, poderiam acabar em mãos de um Leovigildo ou algum outro colono influente:

O destino dos *kurukas* em posse dos colonos era diverso, alguns ao serem capturados eram vendidos a fazendeiros e autoridades locais, e os preços fixados variavam de acordo com idade, sexo, condições físicas e de saúde. Outras crianças poderiam ser usadas como moeda de troca, ou ainda oferecidas como presentes para juízes, ministros e até presidentes de província em troca de favores ou benesses<sup>227</sup>.

Os assentos recolhidos não são apenas registros de batismos, mas registros de raptos, da face mais violenta destas sociedades, adentrando a matriz para receber água de batismo. Esta prática - o roubo de *kurukas* - não estava circunscrita apenas a Alcobaça e Vila Viçosa, mas toda esta região, que incluía o norte do Espírito Santo, leste de Minas Gerais e sul da Bahia. Maria Hilda Paraíso<sup>228</sup> escreve que, segundo alguns relatos, o comércio de *Kurukas* era um dos motivos das ações violentas dos grupos indígenas do Mucuri contra os nacionais, sendo que, em 1848, uma criança indígena chegava a custar cem mil réis na vila de Porto Alegre e era objeto de disputa entre os moradores da vila.

#### 4.5 ESCRAVIZADOS E INDÍGENAS ALGUMAS RELAÇÕES DE COMPADRIO E CASAMENTO

---

<sup>226</sup> FERREIRA, 2011, p.89

<sup>227</sup> FERREIRA, 2011, p. 90

<sup>228</sup> PARAÍSO, 2014, p.490

O processo de construção de qualquer texto sobre a presença negra e indígena se assemelha ao recolhimento de migalhas, pequenas, insignificantes, fora da curva estatística. Porém, estas vão demonstrando como os povos que não faziam parte do grupo hegemônico de controle, estabeleciam suas relações sociais e com quem. E como algumas ausências, o caso dos Kurukas, desvelam práticas sociais e violentas da vila de Alcobaça.

Como já foi possível notar até este ponto, o contexto social da vila de Alcobaça era um contexto socialmente plural, multiétnico, diverso. Estes diferentes agentes protagonizavam conflitos e interações e como também já demonstramos, o uso da violência era a tônica das relações. E por vezes, esta violência constante irá direcionar o sentido dos laços de compadrio e das alianças formadas. Os padrinhos fortes e influentes, mas também os semelhantes nas agruras, eram escolhidos.

Segundo Moacir de Castro Maia<sup>229</sup>, no projeto de colonização do império português, os escravizados eram integrados à sociedade colonial, através, principalmente, do catolicismo; porém este catolicismo foi recebido, ressignificado e apropriado pelos que, por ele, estavam sendo catequizados. Através da entrada na comunidade cristã, muitos destes grupos considerados subalternos aprenderam a usar seus signos para se mover dentro das sociedades escravistas americanas.

Por vezes, estes grupos formavam alianças entre si, contra um inimigo maior ou um oponente mais forte. Senão, uma aliança objetivamente desenvolvida, pelo menos uma solidariedade consentida. Algumas famílias, mesmo que de origens étnicas distintas, se identificaram e se aliançaram através do compadrio.

Generosa Maria e José Correia batizaram em 02 de junho de 1846, o seu filho legítimo José.<sup>230</sup> A família classificada pelo pároco como uma família indígena sem maiores indicativos de designações étnicas, escolheu para padrinhos do seu filho, o Luís e a Mariana que eram escravos de Francisco Munis, logo, eles fazem partes daquele grupo de indígenas que nominamos como “vilados” e que, além de estarem vivendo no contexto da vila, também estão com vínculos estabelecidos e sendo ampliados dentro da vila. Neste caso, com a comunidade negra da vila.

---

<sup>229</sup> MAIA, 2022, p.28

<sup>230</sup> Assento de batismo de José, p.26. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.



Em 22 de janeiro de 1847, Joana<sup>231</sup> chega com os pais à choupana que servia como Igreja na vila de Alcobaça. Ela é filha legítima de Marcellina Ribeira, que é denominada pelo pároco como “índia” e o seu pai é o Fernando, que é escravizado por Manoel Joaquim Baptista. Os padrinhos da pequena Joanna foram pessoas livres, o José Antonio Machalem e Maria da Conceição. A família da pequena Joanna foge à regra da vila ao mesmo tempo, em que demonstra uma composição legal e social diferente da maioria dos moradores de Alcobaça. A família residia na propriedade de Manoel Joaquim Batista. Como mulheres indígenas também eram vendidas, assim como as crianças, podemos também associar que ela era uma destas pessoas, e que trabalhava compulsoriamente na propriedade de Manoel Joaquim. O batismo da pequena Joana é um reflexo social deste uso que se fazia na vila de Alcobaça da mão de obra escrava consociada com a mão de obra indígena.

A única menção a uma identidade étnica indígena em todos os registros de batismos pesquisados acontece no batismo do pequeno Macedônio<sup>232</sup>, que aconteceu em 21 de setembro de 1851. O nome da sua mãe não é declarado. Foi levado à pia por seu pai Luduvino, ele foi batizado por Leandro Alexandrino da Cruz e Joanna Pataxó. Ela, não é como todos os outros classificada como livre, porém seu povo de origem se tornou sobrenome. O sobrenome de Joanna pode ser um indicativo de que os padres e moradores das vilas possuíam conhecimento das identidades e origens dos povos indígenas que habitavam a vila, porém elas foram simplesmente reduzidas à “índios”, como se o termo por si fosse capaz de grandes explicações. Talvez até fosse, pois explicitava que aquela pessoa pertencia a outro lugar, mesmo estando ali dentro da vila, praticando os seus códigos e movendo suas engrenagens.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que percorremos até aqui nos permite compreender Alcobaça como uma vila em crescimento, uma considerável presença livre, possuidora de um poder econômico dito limitado, porém com um papel essencial na produção e distribuição de gêneros alimentícios para o mercado interno. Mesmo com todas as supostas dificuldades climáticas e

---

<sup>231</sup> Assento de batismo de Joana, p.39. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1845-1850)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

<sup>232</sup> Assento de batismo de Macedônio p. 12. **Livro de assentos eclesiásticos de batismos da Freguesia de São Bernardo da Vila Alcobaça (1851-1863)** Caixa 23, Maço 2303, Arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas (ACDTxC) Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.



geográficas, a vila possuía uma ligação constante com a capital da província e algumas outras regiões, através da navegação de cabotagem. Este tipo de navegação era realizado, na maioria das vezes, em sumacas ou garoupeiras e, por vezes, os donos destas embarcações aparecem como proprietários de terras às margens de Itanhém, de escravizados e por vezes utilizando mão-de-obra indígena na forma de trabalho compulsório.

Demonstrando, que as atividades econômicas desenvolvidas por eles eram diversas, como a produção de farinha, garoupa salgada e a exploração da madeira. Eles, realizavam este serviço de ponta a ponta, ou seja, controlavam as plantações, produção, o transporte até a entrada nos portos da cidade-destino. A ligação da vila com a Cidade da Bahia, Rio de Janeiro e outras cidades eram caracterizadas por várias relações sociais e comerciais. Os moradores de Alcobaça produziam com mão-de-obra escravizada, livre e indígena, farinha de mandioca, peixe salgado, madeira, cocos, legumes e posteriormente algum café. Como a compra de escravizados procedentes de África não era a tônica da vila, a proibição do tráfico não parece, observando a partir dos registros eclesiásticos, ter alterado a dinâmica social ou econômica do lugar. Durante todo o período pesquisado, apenas um adulto foi batizado, o que era um indicativo que este chegou de uma terra distante e não cristã. Os moradores de Alcobaça não realizavam, no período pesquisado, compras frequentes de lotes de africanos escravizados, como se tem notícias em pesquisas sobre outras vilas. Se estas compras de trabalhadores escravizados foram realizadas, eles eram nascidos no Brasil e não necessitaram de batismo ao chegarem na vila de Alcobaça. Seriam necessárias outras fontes para verificar estas possíveis entradas. Porém, é possível afirmar que Alcobaça, no período pesquisado, pode ser caracterizada como uma vila com várias pequenas propriedades escravistas, como era a demanda da cultura da mandioca, muitos senhores com poucos escravizados, o que gerou um certo equilíbrio entre a presença livre e a escravizada, o que não significa dizer que a presença de escravizados na vila fosse pequena.

Como foi possível observar, a presença negra na vila de Alcobaça, tanto escravizada como livre, é frequente e, bem articulada entre si e com a comunidade indígena da vila. Pelos assentos de batismos, é possível entrever que eles gozavam de alguma autonomia e mobilidade e possuíam vínculos afetivos estabelecidos com pessoas cativas de outras fazendas, bem como com pessoas livres da vila, até mesmo senhores de outros cativos. Quanto ao compadrio, os laços estabelecidos por estes estavam consoantes as suas demandas e, dentro desta autonomia, escolheram por vezes brancos livres e senhores e, eventualmente, escravos e companheiros de cativeiro. Um dado relevante encontrado foi o número de famílias escravas legitimadas em comparação ao tamanho da vila, já que o casamento católico

neste período era fato raro até entre os livres e brancos. Observamos também que a escolha da madrinha obedecia a critérios diferentes da escolha do padrinho. A madrinha parece estar mais relacionada ao vínculo afetivo, enquanto o padrinho a poder e força.

Os grupos indígenas analisados apresentaram diferentes modos de se relacionar com os violentos processos aos quais estavam expostos. O grupo que é descrito como residentes da vila, ou ao lado dela, é o que seria caracterizado pelos cronistas como “índios mansos” ou “índios civilizados”. Já que estes, representavam para eles a realização do projeto de colonização, ou seja, mão de obra e força militar disponível e sedentarizada na vila. Neste processo a catequização era vista como fundamental. Porém, através do compadrio, demonstram as suas escolhas sobre como e com quem desejavam realizar seus laços, também foi possível vislumbrar que eles estavam sedentarizados em fazendas de particulares, trabalhando lado a lado com a população escravizada e, ocasionalmente, os indígenas vilados escolhiam estreitar os seus vínculos com eles.

O batismo e o compadrio na vila de Alcobaça desvelam que, quando se trata da experiência humana no tempo, nada é tão simples ou tão obvio. Uma vila pequena realizou escolhas segundo suas lógicas, a comunidade negra escravizada, por vezes, realizou batismos em conjunto com a comunidade indígena da vila, mas também em alguns casos escolheram brancos livres e fortes como padrinhos, uma forma de se preparar para um futuro incerto e do outro lado- o branco livre - uma forma de criar uma clientela, uma rede na economia de privilégios.

## **REFERÊNCIAS**

### **1. FONTES MANUSCRITAS**

## 1.1 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (LISBOA – PORTUGAL/PROJETO RESGATE)

**Autos de ereção e demarcação da nova vila de Alcobaça, na capitania de Porto Seguro.** Arraial de Itanhém, 12 de novembro de 1772. AHU, Catálogo Castro e Almeida, doc. 8.578. Disponível em: <<http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>>.

**Mapa e descrição da Costa, Rios e seus terrenos, de toda a Capitania de Porto Seguro e até onde pode chegar sumacas, lanchas e canoas em seus fundos, feito e examinado pelo Capitão-mor João da Silva Santos...** principiado em abril de 1803 e de sul para Norte. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 136\Doc. 27108.

**Carta do desembargador Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro (para Martinho de Melo e Castro) na qual lhe agradece a nomeação de seu irmão Francisco Machado para logar de Provedor da Comarca de Avieiro e lhe dá novas informações, relativas à Capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, de julho de 1776.”** AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 49\Doc. 9147 (1).

**Carta muito interessante do advogado da Bahia, para o dr. Domingos Vandelli, Diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, em que lhe dá notícia desenvolvida sobre a Bahia, descrevendo-lhe a cidade, as ilhas e guarnição, o commercio e a agricultura, e especialmente a cultura da canna de assucar, tabaco, mandioca e algodão. Dá também as mais curiosas informações sobre a população, os usos e costumes, o luxo, a escravatura, a exportação, as construções navaes, o commercio, a navegação para a Costa da mina, etc.** Projeto Resgate - Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807) AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 57\Doc. 10907 (1) <http://resgate.bn.br/docreader/005BACA/27980>[http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005\\_BA\\_CA&Pesq=jos%C3%A9%20da%20silva%20lisboa%201781&pagfis=27976](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&Pesq=jos%C3%A9%20da%20silva%20lisboa%201781&pagfis=27976).

## 1.2 ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE TEIXEIRA DE FREITAS/CARAVELAS

**Livro de Registros Eclesiásticos de Batismos de São Bernardo de Alcobaça 1845-1850.** Caixa 23, Maço 2303 Arquivo da Cúria Diocesana de Teixeira de Freitas/Caravelas/ACDTFC.

**Livro de Registros Eclesiásticos de Batismos de São Bernardo de Alcobaça 1851-1873.** Caixa 23, Maço 2313, Arquivo da Cúria Diocesana de Teixeira de Freitas/Caravelas/ACDTFC.

## 1.3 ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

**Relação circunstanciada das vilas e freguesias e povoações compreendidas na Comarca de Porto Seguro, capitania da Bahia, escrita pelo ouvidor interino João Almeida Freire.** Porto Seguro, 23 de agosto de 1817. ANRJ - Série Interior, IJJ-296A.

## 1.4 ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA – APEBA

Ofício encaminhado pela Câmara Municipal da Vila do Prado, dirigido à Presidência da Província (Vila do Prado, 09 de dezembro de 1848) Governo da Província: Juizes de Alcobaça:1827-1862, maço:2228.

FILGUEIRAS, Leovigildo de Amorim. **Ofício do juiz de direito interino da comarca de Porto Seguro, endereçado ao presidente da província da Bahia**, 25/09/1843. APEB. Seção Colonial e Provincial. Fundo Presidência da Província. Juizes MAÇO 2228 (1827-1862).

#### 1.4 BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

**Correio Mercantil : Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA) - 1836 a 1849**, Ano 1838\Edição 00557 (2) <http://memoria.bn.br/DocReader/186244/498> **Correio Mercantil (RJ) - 1830 a 1836 Ano 1831\Edição 00049 (2)**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/709530/834>>.

**Correio Mercantil (RJ) - 1830 a 1836 Ano 1830\Edição 00020 (1)**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/709530/80>>.

**Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868, Ano 1848\Edição 00089 (1)**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/357>>.

**Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 Ano 1848\Edição 00090 (1)**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/361>>.

**Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 Ano 1849\Edição 00280 (1)**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/2593>>.

**Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868. Ano 1850\Edição 00132 (1)**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/3423>>.

**Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 Ano 1855\Edição 00074 (1)**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/10152>>.

**Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 Ano 1855\Edição 00158 (1)** ). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/10493>>.

**Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868 Ano 1855\Edição 00175 (1)** ). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/10561>>.

**O Noticiador Catholico (BA) - 1849 a 1855**, Ano 1855\Edição 00103). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/709786/2329>>.

**Idade D' Ouro Do Brazil (BA) - 1811 a 1823**, Ano 1811\Edição 0004. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/2102>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2023.

#### Desenho:

DENIS, Ferdinand. **Préparation de la farine de mandioca**. Paris [França]: Firmin Didot frères et cie, 1846. 1 desenho, pb, 13,2 x 21,3. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=10034](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=10034)>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MOTTE, Charles Étienne Pierre. **Différentes formes de huttes des sauvages brésiliens**. Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1834. 1 grav, litografia, pb, 31,6 x 20,2cm em 33,1 x

21,6. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=8724](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8724). Acesso em: 26 jan. 2023.

RUGENDAS, Ruan Mortiz. **Machacari**. Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/acer\\_vo\\_digital/div\\_iconografia/icon94994/icon94994\\_079.jpg](http://objdigital.bn.br/acer_vo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_079.jpg). Acesso em: 14 set. 2021.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas**. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.17-38. Epub Aug 17, 2017. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>>. Acesso em 12/01/2021.

BARICKMAM, Bert Jud. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ªed 2003.

BRASIL, **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. Brasília: CONARQ, 2017. Disponível em: <[http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_digitalizacao\\_completa.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf)>. Acesso em 10/01/2021.

\_\_\_\_\_. **Peso e Medidas**. O Arquivo Nacional e a História Luso Brasileira. Disponível em: <[http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4020:peso-e-medidas&catid=182&Itemid=215#:~:text=At%C3%A9%20e%20nt%C3%A3o%2C%20as%20unidades%20de,a%20oitava%20\(3%2C586%20g\)](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4020:peso-e-medidas&catid=182&Itemid=215#:~:text=At%C3%A9%20e%20nt%C3%A3o%2C%20as%20unidades%20de,a%20oitava%20(3%2C586%20g))>. Acesso em: 05/ 01/ 2023.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **“Escolha de Padrinho e Relações de Poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850).”**In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **“Nação e Cidadania no Império.”** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **“Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730-1850)”** IX Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2000. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2000/brugger.pdf> acesso em 08/08/2022.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **“De Projeto a processo colonial: Índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. (1763-1808)”**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2012.

\_\_\_\_\_. **“Mapeando memórias, descrevendo histórias: a antiga capitania de Porto Seguro num manuscrito colonial inédito.”** Disponível em: <[https://www.academia.edu/41770324/Mapeando\\_mem%C3%B3rias\\_descrevendo\\_historias\\_a\\_antiga\\_capitania\\_de\\_Porto\\_Seguro\\_num\\_manuscrito\\_colonial\\_in%C3%A9dito](https://www.academia.edu/41770324/Mapeando_mem%C3%B3rias_descrevendo_historias_a_antiga_capitania_de_Porto_Seguro_num_manuscrito_colonial_in%C3%A9dito)>. Acesso em: 10/08/2022.

\_\_\_\_\_. **A igreja secular na antiga capitania de Porto Seguro: um estudo sobre expansão e organização eclesiástica no fim do período colonial**. História (São Paulo) [online]. 2022, v. 41 [Acessado 5 janeiro 2023], e2022044. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022044>>. Epub 16 Dez 2022. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022044>.

\_\_\_\_\_. Uma “Relação circunstanciada. de Porto Seguro”: memória e história dos índios em um manuscrito colonial. *ODEERE*, 3(5), 36-58, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/odeere.v3i5.4140>>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Freguesias de índios na antiga capitania de Porto Seguro: administração religiosa, atuação dos párocos e protagonismo dos paroquianos indígenas no tempo do Diretório. *Sæculum – Revista de História*, [S. l.], v. 26, n. 44 (jan./jun.), p. 328–352, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.57728. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/57728>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

**CARMO, Alane Fraga “Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina, 1850-1888.”** Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2010.

COSTA, I N e SLENES, R W e SCHWARTZ, S B. **Família escrava em Lorena (1801).** Estudos Econômicos, v. 17, n. 2, p. 245-95, 1987Tradução. . Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/bitstream/45e226de-2df1-438d-94c5-8661e32d90f3/768475.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GRAÇA FILHO, Afonso de; LIBBY, Douglas Cole. “As diversas fontes documentais de alforrias: alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rey, séculos XVIII e XIX” p.11-38 In: **História Social em Registros Paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**/ organização: Roberto Guedes, João Fragoso, -1ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GIL, Tiago Luís. “Geografia política e mobilidade social na América Lusa (São José dos Pinhais, 1770-1800)” p. 145-170 In: **História Social em Registros Paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**/ organização: Roberto Guedes, João Fragoso, -1ªed. – Rio de Janeiro : Mauad X, 2016.

GINZBURG, Carlo. “O queijo e vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.” São Paulo: Companhia das letras,1987.

\_\_\_\_\_. “Raízes de um paradigma indiciário.” In: **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. “A colônia em movimento: Rio de janeiro: Fortuna e família no cotidiano colonial” Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto. “Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social” Rev. Anos 90, Porto Alegre, v. 15n. 28, p. 57-72, jul. 2008. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7958/4747>>. Acesso em 12/01/2021.

\_\_\_\_\_. “Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845)” In: **História Social em Registros Paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**/ organização: Roberto Guedes, João Fragoso, -1ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FERREIRA, David Barbuda Guimarães de Meneses. “Entre contatos, trocas e embates: Índios, missionários e outros atores sociais no sul da Bahia (séculoXIX)”. Dissertação

(mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2011.

FONSECA, Halysson Gomes da. **"As dinâmicas econômicas do Sul da Bahia na crise do Antigo Sistema Colonial"** In: PINHO, José Ricardo Moreno; NUNES, Antonieta D'aguiar. "Capítulos de História da Bahia: Formação econômica." Salvador: EDUNEB, 2020.

FRAGOSO, João. "Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XIII)" p.21-126 In: **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental/** organização: João Fragoso, Roberto Guedes e Antônio Carlos Jucá de Sampaio -1ªed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

**GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora brasileira; CNPq, 1988 [1984], p.33-59.**

LINDLEY, Thomás. **"Narrativa de uma viagem ao Brasil"**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969.

LIMA, Lana Lage da Gama. **O Padroado e a sustentação do Clero no Brasil Colonial**, 2014, p. 49, Saeulum - REVISTA DE HISTÓRIA [30] João Pessoa, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12146/22231-44226-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. **"De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos couras do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760)"** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800).** São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. **"Bahia, século XIX: Uma província no Império"** Ed. Nova Fronteira, 1992.

MOREIRA, Uerisleda Alencar. **"Laços afetivos e familiares: Relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas, BA, entre 1840-1960"**. Dissertação (mestrado), Programa de Mestrado em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2014.

NEVES, Maria de Fátima R. **"Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: História e população: estudos sobre a América Latina."** 1990. p. 237-243.

NIMUENDAJÚ, Curt (1883-1945). **"Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes [recurso eletrônico] / Curt Nimuendajú"**; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2. ed. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF: 16 megabytes). – Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017. P. 123.

REGO, André de Almeida. **“Trajetórias de vidas rotas: Terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822-1862)”** Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2014.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **“Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX”** Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, João José. **“Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”** Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1996, p.7-33.

\_\_\_\_\_. **“Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia.”** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Rodrigues Jaime. **“De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica.** Rev Bras Hist [Internet]. 2017May;37(R. Bras. Hist., 2017 37(75)):69–95. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>.

OLIVEIRA, Anderson José de Machado de. **“Os processos de habilitação sacerdotal dos homens de cor: perspectivas metodológicas para uma História Social do catolicismo na América portuguesa”** p. 329-362 In: **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental/** organização: João Fragoso, Roberto Guedes e Antônio Carlos Jucá de Sampaio -1ªed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

PAES, Maria Thereza Duarte Paes. **“As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural”** GEOgraphia, ano. 17, nº33, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/labor/Downloads/13697-Texto%20do%20Artigo-53047-1-10-20150730.pdf> Acesso em: 30 de janeiro de 2022.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **“O tempo da dor e do trabalho: A Conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”.** Salvador: Edufba, 2014.

\_\_\_\_\_. **Amixori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutató, Kutatoi, Maxakali, Malali, e Makoni: Povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão.** Trabalho apresentado na XVI Reunião Anual da ANPOCS, GT sob a coordenação do Dr. John Monteiro, Caxambu, 20 a 23/10/1993.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **“Batismos, casamentos e formação de redes: os homens cariocas nas fontes paroquiais setecentistas”** In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e JUCÁ de SAMPAIO. **“Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII”.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

SILVA, Tharles Souza. **“O “Escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”: Economia e sociedade no fim do período colonial”** Salvador: Sagga, 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **“Família e herança no Brasil Colonial.”** Salvador: EDUFBA, 2017.

SILVA, Aretuza da Cruz. **“Ungindo com os óleos santos na Bahia dos oitocentos: Compadrio entre escravos em Vila Viçosa e Colônia Leopoldina (1842-1849).”** Monografia (pós-graduação em História do Brasil) Faculdades Integradas Jacarepaguá, 2011.



SILVA, Franciso Carlos Teixeira da. **“A morfologia da escassez: Crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)”** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990

SLENES, Robert W. **“Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX”** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Slenes, R. W. (1992). "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, (12), 48-67. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i12p48-67>

THOMPSON, E. P.. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras 1998.

VIDE, Sebastião Monteiro Da. **“Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”**. FEITLER, Bruno, Et. All. (Orgs.) “Estudo Introdutório e edição” São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010